



RELATÓRIO DE GESTÃO

2022

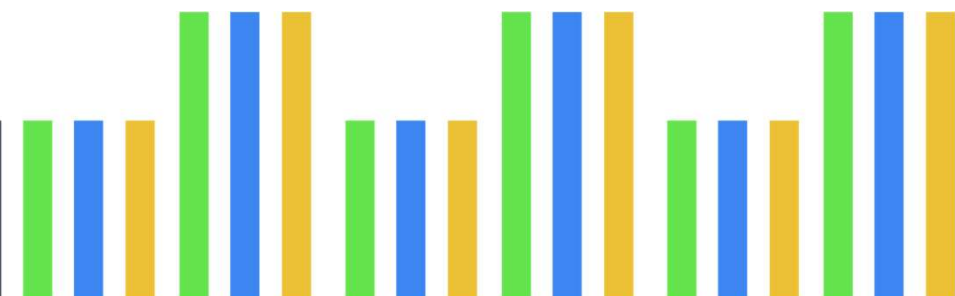
Janeiro - Dezembro





Sumário

1.	<u>Visão geral organizacional e ambiente externo</u>	04
	<u>1.1. Identificação, missão e visão</u>	<u>05</u>
	<u>1.2. Ambiente externo</u>	<u>05</u>
	<u>1.3. Estrutura organizacional</u>	<u>06</u>
	<u>1.4. Estrutura de governança</u>	<u>11</u>
	<u>1.5. Cadeia de Valor</u>	<u>12</u>
	<u>1.6. Políticas e programas de governo</u>	<u>13</u>
2.	<u>Gestão de riscos, oportunidades e perspectivas</u>	17
	<u>2.1. Gestão de riscos e controles internos</u>	<u>18</u>
	<u>2.2. Principais ações do plano de integridade 2022</u>	<u>19</u>
	<u>2.3. Implementação da metodologia de gestão de riscos nos processos de trabalho</u>	<u>21</u>
	<u>2.4. Atuação correcional</u>	<u>23</u>
3.	<u>Governança, estratégia e desempenho</u>	26
	<u>3.1. Ciclo de Gestão Estratégica 2022 – até 4º trimestre</u>	<u>27</u>
	<u>3.2. Apoio da estrutura de governança à capacidade de gerar valor</u>	<u>36</u>
	<u>3.3. Resultados e desempenho da gestão</u>	<u>37</u>
	<u>3.3.1 Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão</u>	<u>37</u>
4.	<u>Informações orçamentárias, financeiras e contábeis</u>	114
	<u>4.1. Execução orçamentária e financeira – até 4º trimestre</u>	<u>115</u>
5.	<u>Anexos e apêndices</u>	122
	<u>5.1. Lista de siglas e abreviações</u>	<u>123</u>



Mensagem do Ministro **Marcelo Sampaio Cunha Filho**

Com este Relatório de Gestão, o segundo atualizado periodicamente, inauguramos um novo modelo de prestação de contas com vistas a dar maior publicidade das políticas, ações e práticas desse ministério.

Antes anual, pretende-se, em seguida, estabelecer periodicidade similar às práticas empresariais, com oferecimento de informações trimestrais consolidadas aos acionistas, para que os sócios do ministério da infraestrutura, todos os brasileiros, possam escutinar nossos resultados, assim como os órgãos de controle, braços da sociedade para acompanhar e fiscalizar a utilização dos recursos públicos.

Os temas constantes deste relatório são tanto os que produziram maior impacto para a sociedade no período, para garantia da operação racional e segura dos transportes de bens e pessoas, como aqueles referentes à modernização dos marcos legais e regulatórios, alinhados aos objetivos estratégicos da Pasta, por meio de estrutura recomendada na Instrução Normativa TCU nº 84/2020.

Temos um desafio a ser superado: a falta de recursos públicos para levar a cabo os projetos que o Brasil precisa. Para isso, temos usado como princípio a necessidade de incrementar a participação privada nos investimentos em infraestrutura, além da criação de novos formatos de concessão e fontes de financiamento, como as rodadas de concessão reunindo aeroportos superavitários e deficitários, as contas vinculadas às concessões, além dos investimentos cruzados. Também nesse espírito, propusemos as modernizações dos marcos legais dos setores de ferrovias, navegação e aéreo. Não obstante este desafio, avançamos em obras estruturantes para o nosso País, conectando alguns Estados por pontes (Abunã (AC/RO), Xambioá (TO/PA), Santa Filomena (PI/MA) e 2ª Ponte de Foz do Iguaçu (BR/PUY)), com criatividade e parceria com Estados. Um total de 310 obras públicas concluídas até a publicação deste relatório.

Estamos olhando para frente, firmes na busca do equilíbrio da matriz de transportes, por meio da priorização de projetos mais sustentáveis, da redução dos custos logísticos, do incremento da competitividade e a ampliação da conectividade em todas as regiões do país.

Com isso, a contar de 2019, atingimos o patamar de 100 ativos transferidos para o parceiro privado e a expressiva cifra de R\$ 116 bilhões em investimentos contratados, o que vai representar a geração de mais de 2 milhões de empregos.



1.



Visão geral
organizacional e
ambiente externo

1.1 Identificação, missão e visão

O Ministério da Infraestrutura (MInfra) é o órgão central da Administração Pública Federal Direta responsável pela formulação, coordenação e supervisão das políticas nacionais de trânsito e de transportes rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroviário.

Ocupa-se, ainda, dentre outras atribuições: (i) da formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e instalações portuárias marítimas, fluviais e lacustres e execução e avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura dos portos e das instalações portuárias marítimas, fluviais e lacustres; (ii) da formulação, coordenação e supervisão das políticas nacionais do setor de portos e das instalações portuárias marítimas, fluviais e lacustres; (iii) da participação no planejamento estratégico, no estabelecimento de diretrizes para sua implementação e na definição das prioridades dos programas de investimento em transportes; e (iv) da elaboração ou aprovação dos planos de outorgas, na forma prevista em legislação específica.

De forma geral, as competências do MInfra estão estabelecidas no art. 35 da Lei 13.844/2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios e no art. 1º, Anexo I, do Decreto nº 10.788, de 06 de setembro de 2021, que trata da estrutura regimental e do quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério.

Em 2019, foi criado o Ministério da Infraestrutura que sucedeu o extinto Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e absorveu as atribuições do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) do então Ministério das Cidades. Com a edição do Decreto nº 10.788/2021, foi criada, no Ministério da Infraestrutura, a Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN), órgão máximo executivo de trânsito da União, a quem cabe exercer as competências estabelecidas no art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).

Quando da atualização do planejamento estratégico para o período de 2019 a 2022 e da elaboração do correspondente Mapa Estratégico - aprovado pelo Comitê Estratégico de Governança (CEG) - o Ministério da Infraestrutura instituiu sua nova missão e visão:



1.2 Ambiente externo

Os órgãos públicos e privados estão sujeitos a variáveis externas que podem abalar a performance das suas atividades e a forma como são planejadas. Essas variáveis podem ser econômicas, políticas, ambientais, tecnológicas, legais e sociais. Mudanças significativas no ambiente externo, que normalmente está fora do controle da organização, podem impactar significativamente a execução da estratégia desenhada, forçando as entidades a se reinventarem.

Ao contrário dos dois últimos anos, com o avanço da vacinação, a pandemia do Coronavírus teve um recuo neste primeiro semestre de 2022, o que representou o início da retomada da atividade econômica na maioria dos países. Agora, o cenário é de enfrentamento das consequências para a saúde pública e para a economia, com expectativa de crescimento da atividade em nível global, mesmo que ainda com incertezas e problemas, como o aumento da inflação causado pelo descompasso entre oferta e demanda a nível internacional. O início de conflitos armados no leste europeu se apresentou como desafio adicional neste primeiro semestre de 2022, com impactos na cadeia de vários suprimentos, em especial nos setores de óleo e gás, fertilizantes e produtos agrícolas.

Apesar do recuo, os efeitos da pandemia da Covid19 ainda impactaram significativamente a gestão do MInfra. Contudo, esses efeitos se apresentam paulatinamente menores sob uma perspectiva de curto prazo.

No setor aéreo, os níveis de demanda e oferta no mercado doméstico apresentaram-se em patamares próximos daqueles registrados no ano de 2019, enquanto o mercado internacional apresenta um padrão de retomada mais lenta, sob efeitos do câmbio desfavorável ao Real e impactos da redução da oferta de petróleo devido ao conflito no leste europeu.

Nesse sentido, destaca-se que as medidas emergenciais previamente adotadas para a aviação civil brasileira, por meio da edição da Lei nº 14.034/2020, tornaram-se prescindíveis, ocorrendo o fim da vigência da flexibilização para pagamento de reembolsos e concessão de créditos em 31 de dezembro de 2021.

A estratégia adotada pelo MInfra nos últimos anos, qual seja, a de transferir ativos para a iniciativa privada e manter a gestão eficiente dos recursos públicos no âmbito de um cenário de restrição fiscal vêm se mostrando acertada. Pode-se afirmar que o Brasil possui o maior programa de parcerias de investimentos com a iniciativa privada de sua história. Programa que já é uma realidade e está em franca execução. Somente na área de infraestrutura de transporte, já foram realizados 84 leilões/prorrogações, com imensa quantia de recursos em investimento previstos para os próximos anos.

1.3 Estrutura organizacional

A Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, convertida na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, estabeleceu nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, na qual foi criado o Ministério da Infraestrutura, integrando atribuições do extinto Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) do então Ministério das Cidades. No § 1º do art. 1º da Lei nº 13.844/2019, foi estabelecido que o detalhamento da organização dos órgãos de que trata essa Lei será definido nos decretos de estrutura regimental.

O decreto de estrutura organizacional do Ministério da Infraestrutura mais recente é o **Decreto nº 10.788, de 6 de setembro de 2021**. Tal normativo é fruto de atualizações de vários decretos, todos revogados: (i) Decreto nº 9.676, de 2 de janeiro de 2019; (ii) Decreto nº 9.684, de 14 de janeiro de 2019; e (iii) Decreto nº 10.368 de 22 de maio de 2020. A principal alteração do novo Decreto foi a transformação do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) em Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN), agora integrante da alta administração do Ministério da Infraestrutura, que terá uma estrutura mais robusta composta por três Departamentos: (i) Gestão da Política de Trânsito; (ii) Segurança no Trânsito; e (iii) Regulação e Fiscalização.

As atualizações dos decretos citados, inclusive do atual Decreto nº 10.788/2021, decorreram de aprimoramentos da organização, com vistas a melhorar o desempenho institucional de modo a garantir o alcance dos objetivos estabelecidos com foco na geração de valor para a sociedade, e tiveram como pressupostos: (i) a melhoria das condições de funcionamento a fim de obter melhor desempenho no exercício de suas competências institucionais; (ii) o fortalecimento da capacidade institucional; e (iii) a mitigação dos riscos de sobreposição de competências identificados.

As responsabilidades do Ministério são compartilhadas com as suas entidades vinculadas, sendo algumas executoras, a exemplo do DNIT, da VALEC, da INFRAERO, da EPL, e das COMPANHIAS DOCAS) e outras regulatórias do setor (ANTT, ANTAQ e ANAC), assim classificadas:

a) Autarquias:

1. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT);
2. Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT);
3. Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); e
4. Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

b) Empresas Públicas:

1. VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.;
2. INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária;
3. EPL - Empresa de Planejamento e Pesquisa;
4. Companhia Docas do Pará (CDP);
5. Companhia Docas do Ceará (CDC);
6. Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN);
7. Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA);
8. Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA);

9. Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ); e
10. Autoridade Portuária de Santos S. A. (Santos *Port Authority* - SPA).

Integram a estrutura básica do Ministério cinco Secretarias finalísticas:

1. Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC);
2. Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA);
3. Secretaria Nacional de Transportes Terrestres (SNTT);
4. Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP); e
5. Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN).

e seis Conselhos/Comissão:

1. Conselho de Aviação Civil (CONAC);
2. Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN);
3. Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM);
4. Comissão Nacional das Autoridades Aeroportuárias (CONAERO);
5. Comissão Nacional das Autoridades nos Portos (CONAPORTOS); e
6. Comissão Nacional das Autoridades de Transportes Terrestres (CONATT).

O Ministro da Infraestrutura preside o Conselho de Aviação Civil (CONAC) e o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). O Conselho de Aviação Civil (CONAC) é órgão de assessoramento do Presidente da República para a formulação da política de ordenação da aviação civil. O CONTRAN é órgão máximo normativo e consultivo do Sistema Nacional de Trânsito. Ele elabora as diretrizes da Política Nacional de Trânsito e coordena todos os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito.

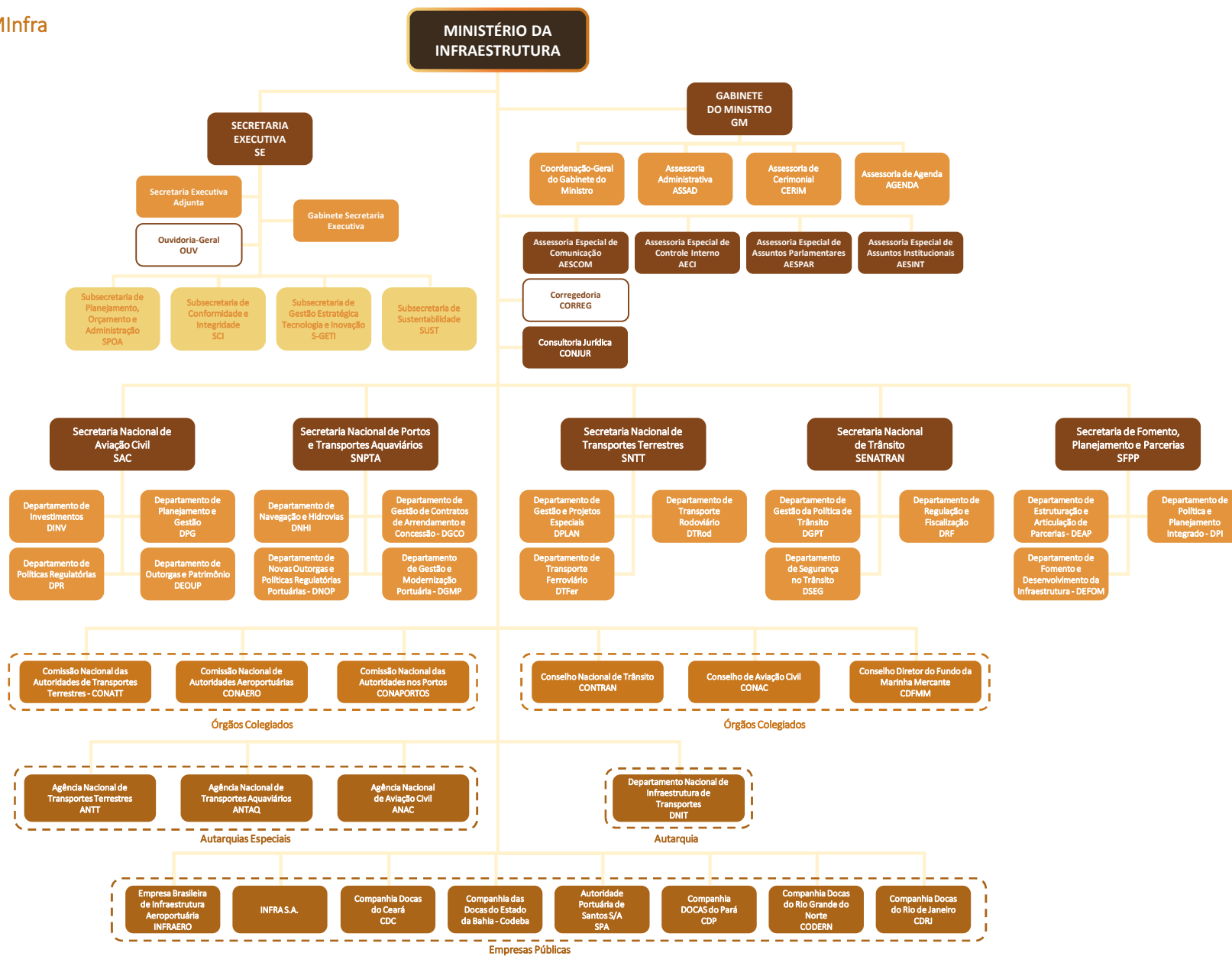
Por sua vez, o Ministério coordena os seguintes órgãos colegiados: i) Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM); ii) Comissão Nacional das Autoridades dos Portos (CONAPORTOS); iii) Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (CONAERO); e Comissão Nacional das Autoridades de Transportes Terrestres (CONATT).

A sessão pública do leilão para desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA) e a concessão pública dos Portos de Vitória e Barra do Riacho foi realizado em março de 2022, e resultou em uma outorga de R\$ 106 milhões. Pelos próximos 35 anos, o investimento será de pelo menos R\$ 850 milhões, sendo R\$ 335 milhões na ampliação dos portos de Vitória e de Barra do Riacho.

Por fim, foi publicado, em maio deste ano, o Decreto nº 11.081, que autoriza a incorporação da Empresa de Planejamento e Logística S.A. pela Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. Em 30 de setembro de 2022 a EPL e Valec foram unificadas, dando origem a uma nova estatal, a Infra S/A. A vocação da companhia resultante da fusão será de fomentar o desenvolvimento e a inovação da infraestrutura de transporte e logística multimodal no Brasil de forma sustentável, abrangendo a realização de diagnósticos, estudos e planejamento de Infraestrutura multimodal para apoio na elaboração de políticas públicas e o desenvolvimento de modelagem de concessão de ativos.

A figura a seguir apresenta o organograma contendo as unidades da Alta Administração do Ministério da Infraestrutura de acordo com o Decreto nº 10.788, de 6 de setembro de 2021.

Organograma do MInfra



Perfil dos dirigentes

MINISTRO DA INFRAESTRUTURA

MARCELO SAMPAIO



Mestre em Planejamento de Transportes com estudos em Avaliação de Vulnerabilidade de Infraestrutura de Transportes, pela Universidade de Brasília, Especialista em Economia no setor Público e MBA em Gestão Pública, Graduado em Engenharia Civil com ênfase no Setor de Transportes pela UnB. É Analista de Infraestrutura do Ministério da Economia. Foi Diretor do Departamento de Informações e Gestão Estratégica em Transportes do MInfra.

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

BRUNO EUSTAQUIO FERREIRA CASTRO DE CARVALHO



Secretário Executivo do Ministério da Infraestrutura, Servidor efetivo da carreira de analista de infraestrutura do Ministério da Economia. Atuou como Secretário Executivo Adjunto do MME e coordenador de projetos como: Cessão Onerosa, Novo Mercado de Gás, Transposição do São Francisco, Leilões de Mineração, entre outros. É membro do Conselho de Administração da Santo Antônio Energia S.A., bem como do Conselho de Administração da Eletrobras, onde atua como coordenador do Comitê de Estratégia, Governança e Sustentabilidade da Eletrobras (CEGS). Foi coordenador dos temas de Minas e Energia pelo grupo de infraestrutura na transição governamental. Atuou como Diretor e Secretário Substituto em coordenação e estruturação de projetos no setor de Energia, Petróleo e Gás e Mineração no Programa de Parceria de Investimentos (SPPI/PR), e ainda como coordenador da carteira de Projetos do PPI e da agenda de licenciamento ambiental. Foi Assessor, Chefe de Gabinete e Coordenador de Projetos de Infraestrutura nos temas de (modelagem climática, energia, recursos hídricos, drenagem, portos e rodovias) na Secretaria de Assuntos estratégicos da Presidência da República (SAE/PR). Em 2012 foi Assessor no Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos do Ministério da Integração Nacional. Em 2009 atuou como Assessor na Secretaria Executiva e, em seguida, na Secretaria de Ambiente Urbano no Ministério do Meio Ambiente. Conselheiro de Administração certificado pelo IBGC no padrão IBGCA+. Professor em outras instituições de formação de agentes públicos nos temas de PPPs e regulação de infraestrutura. Membro de bancas de doutorado no tema de regulação, economia e infraestrutura.

SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO

ALAN DE OLIVEIRA LOPES



Alan de Oliveira Lopes, Servidor público de carreira, Perito Criminal Federal da Polícia Federal – PF (outubro de 2002 até o momento). Atualmente é Secretário-executivo Adjunto do Ministério de Infraestrutura. Atuou como Chefe Substituto do Serviço de Perícias de Engenharia do Instituto Nacional de Criminalística (janeiro de 2004 a novembro de 2007 – agosto de 2017 a agosto de 2019) Assessor Especial do Ministro de Estado da Infraestrutura (agosto de 2019 até maio de 2020). Foi Diretor Técnico-Científico da Polícia Federal (maio de 2020 até abril de 2021) e Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Infraestrutura (junho de 2021 até abril de 2022).

Perfil dos dirigentes

SECRETÁRIA DE FOMENTO, PLANEJAMENTO E PARCERIAS

RAFAEL MAGALHÃES FURTADO



Formado em Direito desde 2001 pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Mestrado em Administração Pública e Governo pela na Fundação Getúlio Vargas e Gestão e Logística Portuária pela Universidade Politécnica de Valência (UPV), Espanha. Em 2002 atuou como advogado na Procuradoria Jurídica nas áreas de Direito Administrativo e do Consumidor, na Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece). Atuou na Caixa Econômica Federal, na área da Advocacia Judicial e Consultiva direcionado ao sistema financeiro da habitação, contratos e processo civil. Em 2003, ingressou no serviço público como Procurador Federal. No mesmo ano, passou no concurso de Advogado da União, cargo que ocupa atualmente. No próximo ano completará 20 anos como Advogado da União. Em 2003, foi cedido para a Consultoria Jurídica do Ministério dos Transportes. De 2014 a 2015 atuou como Chefe da Assessoria Jurídica da Secretaria de Portos da Presidência da República. Em 2015 foi Consultor Jurídico do Ministério dos Transportes. Assumiu a Coordenador Geral de Reestruturação, Desestatização e Reorganização Institucional na extinta Secretaria de Fomento e Parcerias de 2019 a 2020, ano em que foi nomeado ao cargo de Diretor do Departamento de Fomento e Desenvolvimento da Infraestrutura. Em sua gestão como Diretor se destacou batendo recorde de emissão de Reide e Debêntures Incentivadas no ano de 2021 no valor de R\$ 14,03 BI, além de participação no processo da Desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa).

SECRETÁRIO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RONEI SAGGIORO GLANZMANN



O Secretário Nacional de Aviação Civil é pós-graduado em Análise Macroeconômica e MBA em Mercado de Capitais, Economista do Banco Central do Brasil, entre 2006 e 2011 trabalhou na Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), responsável pela Gerência de Acompanhamento de Mercado, e representou o Brasil no Painel de Estatística da Organização da Aviação Civil - OACI. Desde 2011 na Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), chefiou o Departamento de Outorgas e Patrimônio (2011/2017) e o Departamento de Políticas Regulatórias (2017-2019), liderando o programa de concessões aeroportuárias. Entre 2012 e 2016 foi Vice-Presidente do Conselho de Administração do Aeroporto de Brasília e integrou a Comissão de Especialistas do Senado Federal para Revisão do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA).

SECRETÁRIO NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

FELIPE FERNANDES QUEIROZ



O Secretário Nacional de Transportes Terrestres do Ministério da Infraestrutura é mestrando em Economia pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EESP/FGV), especialista em Gestão Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV) e graduado em Geografia pela Universidade de Brasília (UNB), com foco em planejamento territorial de transportes. É servidor público da carreira de Analista de Infraestrutura do Ministério da Economia, possui 15 anos de experiência na Administração Pública, tendo passado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Além disso, foi Conselheiro de Administração na Concessionária Aeroportuária Rio Galeão, presidente do Conselho Fiscal da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) e Conselheiro na Companhia Docas do Maranhão, em Liquidação (Codomar), exerceu a função de Secretário Executivo Adjunto da Secretaria Executiva do Ministério da Infraestrutura (MInfra), onde também atuou como Chefe de Gabinete e Assessor.

Perfil dos dirigentes

SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO FREDERICO DE MOURA CARNEIRO



Engenheiro Civil pela Universidade de Brasília, Mestre em Transportes, com especialidade em Segurança no Trânsito, pela Universidade de Brasília. Perito Criminal da Polícia Civil do Distrito Federal, lotado na Seção de Delitos de Trânsito do Instituto de Criminalística, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, na Área de Trânsito, Transportes e Desenvolvimento Urbano e Diretor-Geral do DENATRAN.

SECRETÁRIO NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS MÁRIO POVIA



Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Mário Povia é especialista em Direito Processual e do Trabalho pela Universidade Mackenzie, com MBA em Regulação de Serviços Públicos pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, pós graduado em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie e graduado em Direito e em Tecnologia Operacional Elétrica pelas Universidades Paulista e Mackenzie respectivamente. Atualmente, Povia é conselheiro do Conselho de Administração da SCPar Participações e do Fórum Brasil Export; além disso, também é membro do Conselho Superior de Infraestrutura - COINFRA da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP. Já foi presidente do Conselho Sudeste Export e do Conselho de Autoridade Portuária – CAP do Porto Organizado de São Sebastião. Antes de assumir o atual cargo na Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA, Mário ocupou o cargo de diretor de gestão portuária, na Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, e trabalhou na Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, entre 2009 e 2020, nos cargos de diretor, diretor-geral e interino; superintendente de portos; e assessor técnico. No biênio 2006-2007, foi diretor institucional da ANER - Associação Nacional dos Especialistas em Regulação e, nos anos 2008 e 2009, foi diretor científico e tecnológico da ASANTAQ - Associação dos Servidores da ANTAQ.

1.4 Estrutura de governança

Governança Pública é definida pelo Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, como o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução das políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Cada vez mais a sociedade tem demandado dos governantes racionalização dos gastos públicos, equilíbrio fiscal, estabilidade monetária e investimentos em infraestrutura, saúde, educação, mobilidade urbana, habitação e segurança. A boa governança nas organizações públicas contribui para a superação desses desafios.

São princípios da governança pública, conforme o art. 3º do Decreto 9.203/2017: capacidade de resposta; integridade; confiabilidade; melhoria regulatória; prestação de contas e responsabilidade; e transparência.

O modelo de governança Corporativa do Ministério da Infraestrutura, representado abaixo, apresenta os diversos atores envolvidos nas funções de governança e gestão e como eles se relacionam. Tem como base as referências de melhores práticas, incluindo o Referencial Básico de Governança do TCU, aplicável aos Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal.



A figura a seguir esquematiza a interação das instâncias de governança do MInfra e como os mecanismos de gestão de riscos, transparência, *accountability*, controles internos, integridade, entre outros, relacionam-se para garantir efetividade e amplitude à governança do órgão.



São instâncias de Governança do MInfra, conforme o disposto na Portaria nº 1.633, de 15 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a Política e as Instâncias de Governança da Pasta:

Comitê Estratégico de Governança - CEG/MInfra, composto pelo Ministro de Estado da Infraestrutura, pelo Secretário-Executivo, e pelos titulares das Secretarias Finalísticas. Atua como instância deliberativa, exercendo o papel de orientar, incentivar, apoiar, promover, supervisionar e recomendar as iniciativas e ações estratégicas de Governança

Comitê Técnico de Governança - CTG/MInfra, composto por um representante do Gabinete do Ministro, da Secretaria-Executiva, e de cada Secretaria Finalística. Trata-se de instância supervisora e propositiva, à qual compete estimular, disseminar, apoiar, avaliar e orientar as demais instâncias no cumprimento das determinações, recomendações e orientações emanadas pelo CEG, bem como propor e submeter, à instância deliberativa, ações, iniciativas e procedimentos referentes à Governança.

Comitê Técnico de Integridade - CTI/MInfra, composto pelo Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, bem como pelos titulares da Subsecretaria de Conformidade e Integridade, Corregedoria, Ouvidoria-Geral e pelo Presidente da Comissão de Ética. Trata-se de instância de suporte técnico às instâncias deliberativa (CEG), supervisora (CTG) e operacionais (UGIRC e Gestores de processos), com os seguintes papéis: prestar assessoria sobre as iniciativas e ações necessárias à Integridade e à Transparência. No tocante às instâncias operacionais, orientar, mapear, estimular e disseminar a forma de atuação e prevenção neste campo da Governança.

Núcleo de Governança - NG/MInfra, composto por servidores com conhecimentos em temas afetos à gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão, sendo dois do Gabinete do Ministro, dois da Secretaria-Executiva, dois da Assessoria Especial de Controle Interno, e dois da Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação. Também de suporte técnico, compete orientar todas as instâncias no campo da Gestão de Riscos e da melhoria constante dos mecanismos de Controle Interno.

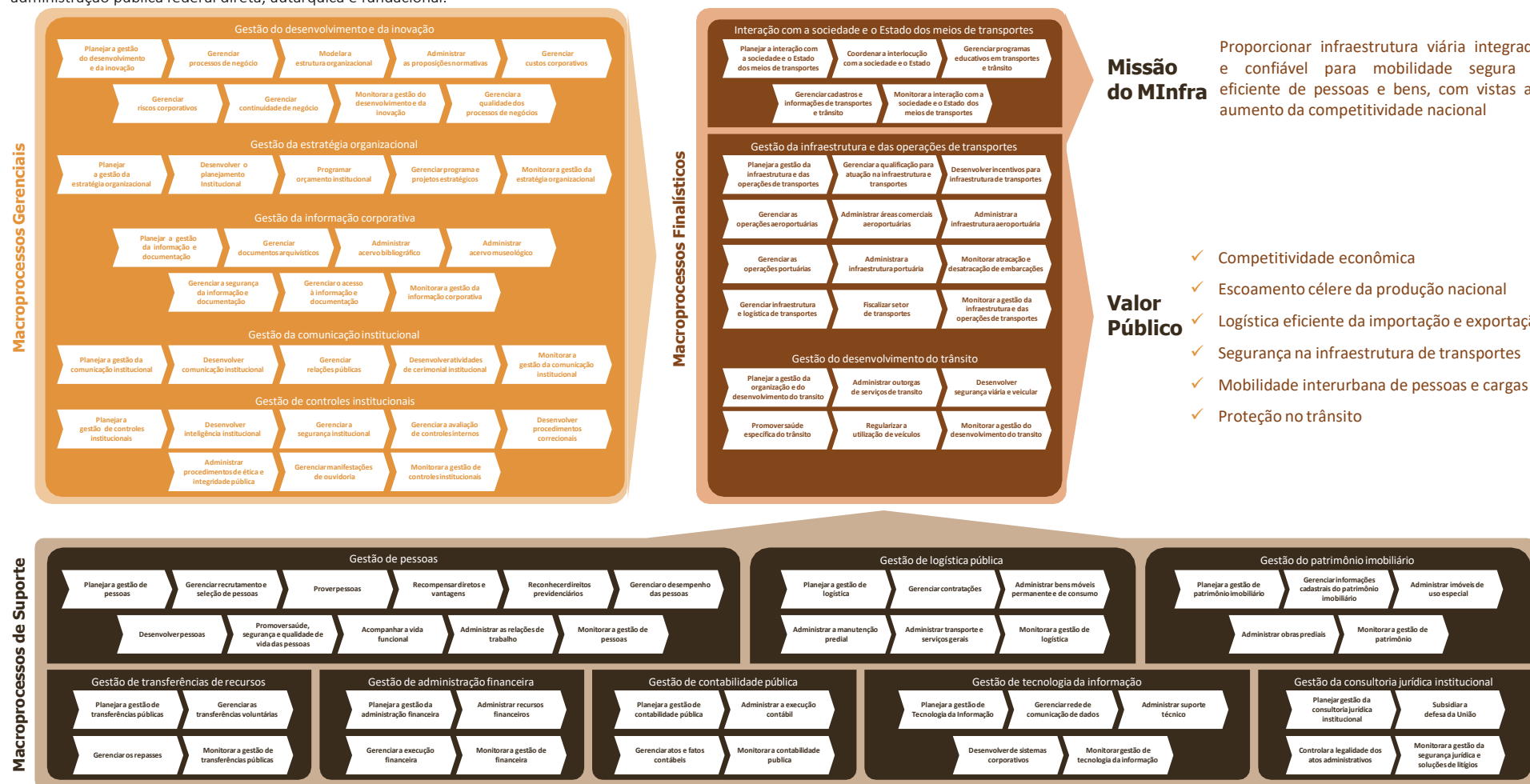
Unidades de Gestão, Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão - UGIRC/MInfra, compostas, em cada Secretaria e Subsecretaria do Ministério, pelo titular da Unidade e por servidores por ele designados, com conhecimentos nos temas afetos à gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão. São as instâncias de execução no nível operacional. A estas compete propor e apresentar iniciativas e ações de Governança às instâncias superiores e promover, adotar, identificar, mapear, gerir e executar as ações de Governança no tocante aos seus riscos, à melhoria constante dos mecanismos de controle interno, ao aperfeiçoamento da transparência e à integridade operacional.

Gestores de Processos de Gestão, que correspondem a todo e qualquer responsável pela execução de determinado processo de trabalho, conforme as atribuições previstas no decreto de estrutura regimental vigente.

1.5 Cadeia de valor

Em 2020, a Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação concluiu o mapeamento da Cadeia de Valor Integrada do Ministério da Infraestrutura, modelo estratégico que permite entender como os processos desenvolvidos na Pasta interagem entre si, a fim de cumprirem sua missão gerando valor à sociedade. Iniciada em junho de 2020, a construção da CVI foi elaborada a partir de entrevistas por videoconferência e reuniões com servidores das unidades finalísticas da Pasta e das entidades vinculadas.

O Mapeamento da Cadeia de Valor foi uma das ações decorrentes do Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado (TransformaGOV), instituído pelo Decreto nº 10.382, de 28 de maio de 2020, que altera o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, estabelecendo medidas de eficiência organizacional para a modernização das estruturas regimentais e o aprimoramento da gestão estratégica nos órgãos integrantes da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.



1.6 Políticas e programas de governo

Política e planejamento

A Política Nacional de Transportes (PNT), instituída por meio da Portaria nº 235, de 28 de março de 2018, além dos princípios, objetivos e diretrizes para o transporte nacional, estabeleceu os instrumentos para sua implantação. Entre esses instrumentos está o Planejamento de Transportes.

A Portaria nº 123, de 21 de agosto de 2020, instituiu o Planejamento Integrado de Transportes (PIT), que contempla os subsistemas federais rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroviário, e as ligações viárias e logísticas entre esses subsistemas e desses com os sistemas de viação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O PIT é composto, em nível estratégico, pelo Plano Nacional de Logística (PNL) e, em nível tático, pelos Planos Setoriais específicos de cada modo de transporte (Plano Setorial Terrestre, Plano Setorial Portuário, Plano Setorial Hidroviário e Plano Aeroviário Nacional), pelo Plano Geral de Parcerias e, conforme Portaria nº 792, de 1º de julho de 2021, pelo Plano Geral de Ações Públicas.

O PNL 2035 aporta a visão estratégica ao Planejamento Integrado de Transporte, por meio da identificação de necessidades e oportunidades, presentes e futuras, de oferta de capacidade dos subsistemas de transporte, servindo de referencial para os planos setoriais. O PNL 2035 foi desenvolvido numa parceria entre o DPI e a EPL (atual Infra SA), tendo sido aprovado pelo Comitê Estratégico de Governança do MInfra, por meio da Resolução CEG nº 6/2021, sendo aprovado também pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos- CPPI, por meio da Resolução CPPI Nº 211, de 16 de dezembro de 2021.

Nessa perspectiva, os Planos Setoriais elaborados pela Infra SA, em 2022, fazem a conexão entre o PNL e as ações do Ministério da Infraestrutura (MInfra), indicando as iniciativas que deverão ser estudadas em detalhe, seja para execução com recursos públicos ou por meio de parceria com a iniciativa privada.



Ativos de informação MInfra

Durante o ano de 2022, esta pasta publicou importantes ativos de informação com o objetivo de apresentar ao público as realizações e informações atinentes à infraestrutura existente.

Para isso, foram elaboradas publicações como o Caderno Transportes 2021, Anuário Estatístico de Transportes 2010-2021 e o Panorama Transportes.

Com tais ativos de informação foi possível dar maior transparência às ações da pasta, no que diz respeito aos investimentos realizados, além de informações consolidadas sobre os modos e indicadores do setor de transportes.



Bases Geográficas de Transportes na INDE

Modos rodoviário, ferroviário, aeroviário e aquaviário

Foram disponibilizados na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), as bases e os metadados contendo informações de rodovias federais, ferrovias, aeródromos civis públicos e privados, instalações portuárias, vias economicamente navegadas, linhas de travessia aquaviárias federais, poligonais portuárias, hidrovias, linhas de cabotagem e navegação de longo curso.



O domínio das ferramentas de disponibilização vem sendo aperfeiçoado, com avanço na organização das bases georreferenciadas e promoção da estruturação dessas bases no ambiente de TI (nó próprio), o que facilitará a gestão e o acesso dos interessados: INDE, usuários internos, comunidade acadêmica, e sociedade.

GEOTransportes

É um portal no qual o Ministério da Infraestrutura visa o uso inteligente das bases georreferenciadas do setor transportes, proporcionando unicidade, integridade, transparência e disponibilização das informações geoespaciais produzidas pelas secretarias e órgãos vinculados para a sociedade.

O objetivo central é possibilitar aos usuários a elaboração própria de mapas temáticos de infraestrutura de transportes.



Governança do PIT

Comitê Gestor do PIT

A governança deste sistema de planejamento foi aperfeiçoada, em decorrência de recomendações do Acórdão nº 1472/2022 do TCU – Plenário relativo a Auditoria Operacional do Processo de Construção do PNL 2035.

Foram estabelecidos mecanismos de acompanhamento, avaliação e atualização da implementação do PIT, além da proposta de criação de uma nova instância que auxiliará na tomada de decisão relativa aos planos, o Comitê Governança do PIT.

REDE SEMÂNTICA

DE TRANSPORTES

A Rede Semântica dos Transportes é uma forma de representação do sistema de transportes, e indica seus resultados, propriedades, componentes, ambiente e mecanismos, de forma a padronizar a elaboração dos planos setoriais e a sistematização da informação no âmbito do PIT.



Corredores de Transportes

Integrar as prioridades de investimentos que resultam dos 4 Planos Setoriais, por meio de corredores de transportes, com vistas ao desenvolvimento dos Planos Gerais, partindo da identificação dos corredores e sua governança enquanto instrumento de planejamento.

Acompanhamento da elaboração dos Planos Setoriais



Os planos setoriais Terrestre, Portuário e Hidroviário (PST, PSPort e PSH) foram elaborados pela Infra S.A. juntamente com as respectivas secretarias finalísticas. Estes planos tiveram como base projeções de demanda, matrizes origem-destino de cargas e pessoas e simulações de cenários unificadas, de maneira a se observar de maneira integrada a competição e, especialmente, a complementariedade dos diferentes modos.

Plano Aeroviário Nacional (PAN) foi elaborado pela Secretaria Nacional de Aviação Civil com auxílio da Universidade Federal de Santa Catarina. Houve padronização e adequação de termos e definições voltadas à compreensão conjunta do PAN e demais planos, especialmente no que tange às diretrizes objetivos setoriais.

Processo de Tomada de Subsídio





Planejamento Estratégico para o aperfeiçoamento do Programa de Concessões de Rodovias Federais – Plano Setorial de Parcerias

Foi dado andamento ao projeto que visa estabelecer proposta de governança do Plano de Parcerias Terrestres do modo rodoviário – instrumento integrante do Plano Setorial Terrestre, que compõem o Planejamento Integrado de Transportes, a ser finalizado em 2023

Governança e
Resiliência

Monitoramento e
Avaliação

Guia e
Treinamento

Estudo de aprimoramento da Metodologia de Devolução e de Reaproveitamento de trechos e ramais ferroviários

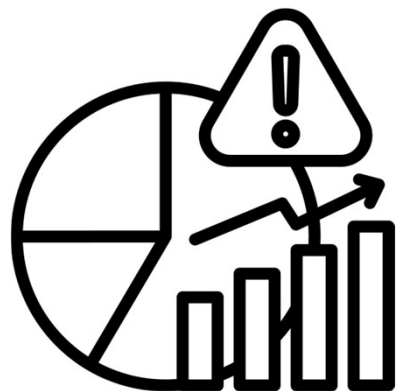
Estabelecimento de proposta de metodologia e aplicativo para simulação da economicidade dos trechos ferroviários

Metodologia

Aplicativo

Treinamento e Estudo
de Caso

2.

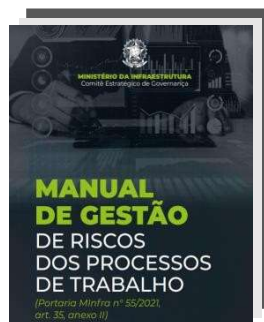


Riscos,
oportunidades e
perspectivas

2.1. Gestão de Riscos e Controles Internos

Em atendimento ao disposto no Art. 17 do Decreto nº 9.203/2017, decreto de governança do Poder Executivo Federal, em que é determinado: “a alta administração das organizações da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverá estabelecer, manter, monitorar e aprimorar sistema de gestão de riscos e controles internos com vistas à identificação, à avaliação, ao tratamento, ao monitoramento e à análise crítica de riscos [...]”, o Escritório de Gestão de Riscos - EGR/AECI-MInfra desenvolveu as ações destacadas a seguir.

Aplicação da metodologia de gestão de riscos dos processos de trabalho



Com a implementação da Metodologia de Gestão de Riscos dos processos de trabalho, no ano de 2021, foi necessária a partir de então a criação de um meio para monitorar as ações desenvolvidas nos diversos processos de trabalho, inclusive as ações definidas como aprimoramento nos controles internos para a adequada mitigação dos riscos mapeados. Para tanto, foram desenvolvidos Painéis em Power BI, onde todos os dados lançados no sistema Ágatha podem ser acompanhados pelos gestores das áreas, possibilitando uma melhor interação da equipe de trabalho, bem como a disponibilização desses dados para acompanhamento dos órgãos nos níveis tático e estratégico do Minfra.

Aprovada pela Resolução CEG nº 2/2021, de 28/05/2021

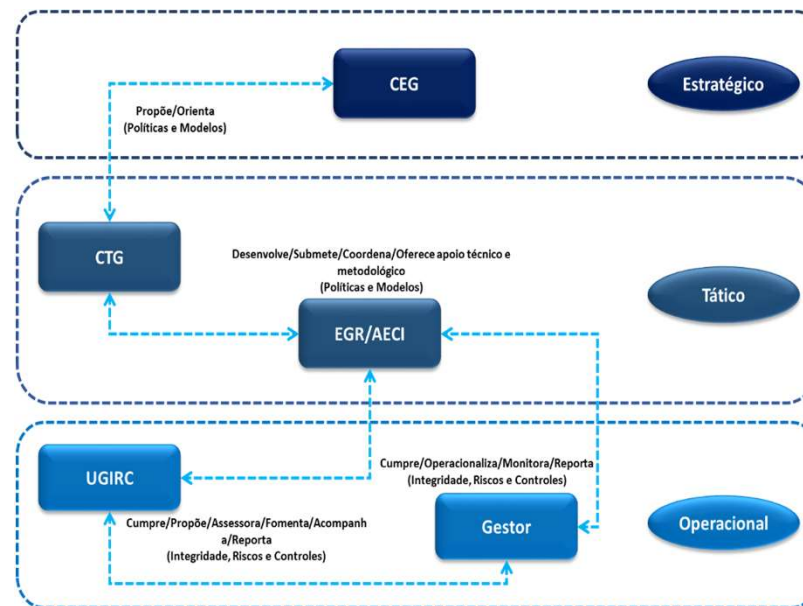
Painel Geral – em Power BI

No painel geral, demonstrado a seguir, o gestor pode analisar ou reportar qualquer situação do seu processo de trabalho aos seus subordinados e/ou à alta administração dos riscos mais críticos nos diversos processos de trabalho do Ministério.



Utilização da ferramenta nas reuniões do Comitê Técnico de Governança – CTG

O Comitê Técnico de Governança, o qual é composto por representantes de todos os órgãos do Ministério, poderá ter um acompanhamento em tempo real dos riscos e discutir diretamente com o representante de cada área o andamento das melhorias nos processos de trabalho, bem como submeter ao Comitê Estratégico de Governança alguma situação para qual seja necessária deliberação urgente para uma melhor gestão dos recursos públicos.



Tempo de Resposta

A agilidade na disponibilização dos dados visa o atendimento a um dos princípios da governança pública definido no Decreto nº 9.203/2017 que é a capacidade de resposta. A disponibilidade dos dados e informações sobre os riscos identificados no Ministério possibilita uma resposta tempestiva na solução de questões críticas identificadas o que aumenta as chances de atingimento dos objetivos propostos, melhorando a eficiência dos processos e o atendimento dos anseios do cidadão.

2.2. Principais ações do Plano de Integridade 2022

Integridade Pública



Capacitação sobre Governança/Gestão de Riscos/Controles Internos no Ambiente Virtual de Aprendizagem – Disponibilização de vídeos.

Assinatura dos RAFs – Relatório de Análise Final das empresas que estão concorrendo ao Selo Fomento Infra+ Integridade 2022.

Visita de Supervisão Ministerial

- CDP
- SPA
- CDRJ
- INFRAERO
- CODEBA
- CODERN

Elaboração e aprovação da nova Portaria e Edital que trata de concessão do Selo Fomento Infra+ Integridade 2023.

Capacitação para uso do sistema e-Agendas.

Aplicação de questionário sobre Integridade Pública (3º ano).

Aprovação do Plano de Integridade 2023

Campanhas 2022



Vídeos institucionais desenvolvidos e veiculados em 2022



Boletins "Momento Integridade" 2022

Divulgação de 18 boletins, abordando temas relativos às funções de Integridade Pública, compreendendo:

- ✓ Conflito de Interesses
- ✓ Riscos para a Integridade
- ✓ Código de Conduta
- ✓ Código de Ética
- ✓ e-Agendas
- ✓ SIPEF



Curadoria de Integridade



O Comitê Técnico de Integridade – CTI/MInfra desenvolveu, em conjunto com a Coordenação-Geral de Pessoas - COGEP/SPOA, o projeto de curadoria de cursos e capacitações destinada aos servidores e colaboradores da Pasta.

Foram criadas 4 (quatro) linhas de aprendizagem, com cursos iniciais gratuitos e online nas áreas de Governança, Integridade, Gestão de Riscos e Controles Internos, elaborados pela AECI.

O servidor interessado pode seguir a linha de aprendizagem e se capacitar de acordo com a área de interesse.

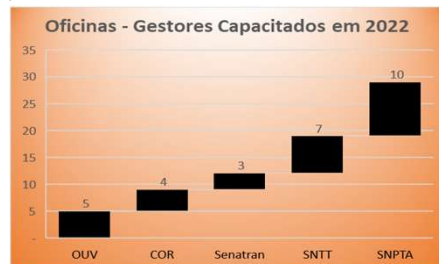
Após a conclusão dos cursos disponibilizados, os participantes recebem certificado e terão preferência no acesso aos cursos estratégicos de instituições renomadas.



2.3. Implementação da Metodologia de Gestão de Riscos nos processos de trabalho

Oficinas realizadas

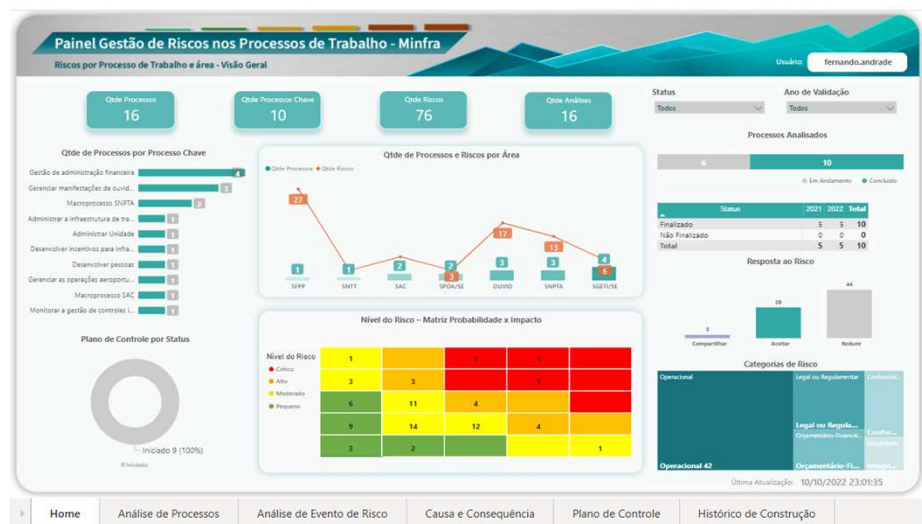
Com o avanço do nível de maturidade dos gestores do Minfra, em questões relativas à gestão de riscos, observou-se a necessidade de revisão de alguns dos processos já mapeados. Para tanto, foram realizadas algumas oficinas junto às áreas gestoras para revisão destes processos. Outro ponto de destaque é que estes gestores capacitados na metodologia se tornaram multiplicadores em suas áreas para repasse da metodologia aos demais gestores de outros processos de trabalho.



Criação de Painéis BI analíticos – Nível Operacional – Processos de trabalho

Para o nível operacional foram desenvolvidos painéis, mais detalhados, em Power BI, para uma melhor análise dos riscos nos diversos processos de trabalho. Foram desenvolvidos 6 painéis onde é possível uma melhor visualização e cruzamento dos dados lançados no sistema Ágatha.

A seguir um dos modelos desenvolvidos para análise dos processos de trabalho, onde é possível a apresentação das informações dos processos em análise, quais os gestores responsáveis, quantos processos já foram concluídos. Tais informações possibilita o cruzamento de dados visando a disponibilização de informações para decisão dos gestores.



Criação de Painéis BI analíticos – Nível Operacional - Riscos

A seguir, um dos modelos desenvolvidos, onde é possível a avaliação dos diversos riscos, suas causas e consequências, as ações de mitigação propostas e os controles internos existentes, possibilitando aos gestores uma melhor visualização destes dados para uma adequada tomada de decisão.



Criação de Painéis BI analíticos - Nível Operacional – Planos de controle

Um ponto fundamental na gestão de riscos é a implementação de melhorias nos controles internos existentes para a adequada mitigação dos riscos identificados. O que faz com que o atendimento aos prazos de implementação destas melhorias se torne fundamental para o sucesso da gestão. A seguir um painel que nos possibilita o acompanhamento de todas as ações de melhorias propostas nos diversos processos de trabalho.



Método de Priorização de Processos

O método de priorização de processos – MPP (aprovado pela Resolução CEG nº 08/2021), foi aprimorado em parceria com o Escritório de Processos do Minfra. O novo formato tornou mais fácil a vinculação do processo de trabalho em análise com cadeia de valor integrada do Minfra. O MPP continua sendo o instrumento de trabalho a ser utilizado pelas áreas para definir a ordem em que a metodologia de gestão de riscos dos processos de trabalho será implementada.

Ministério da Infraestrutura Método de Priorização de Processos de Trabalho - MPP									
Unidade Organizacional:									
Tipo de Macroprocesso	Macroprocesso	Processo CHAVE	Processo da ÁREA	Relevância Estratégica do Processo	Tipo de Processo	Impacto na Imagem	Demandas Órgão de Controle	Matrícula do Processo	Classificação / Prioridade
Finalístico	Interação com a sociedade e o Estado dos meios de transportes	Monitorar a interação com a sociedade e o Estado dos meios de transportes		3	3	3	1	2	13,50
Generalista	Gestão de informação corporativa	Monitorar a gestão da informação corporativa		3	3	3	3	3	27,00
SupORTE	Gestão de pessoas	Reconhecer direitos previdenciários		1	1	1	1	1	0,00
									0,00
									0,00
									0,00
									0,00

Legenda:	Classificação entre	Prioridade	Sinaliza
	≥ 0	≤ 6	Minima
	> 6	≤ 18	Média
	> 18	≤ 81	Máxima
			Ação no longo prazo
			Ação no médio prazo
			Ação Imediata

Criação de projeto para monitoramento dos riscos e dos processos de trabalho

Foram definidos relatórios quadrimestrais para documentar o andamento dos trabalhos na área de risco visando o acompanhamento periódico do nível de risco em cada processo de trabalho, bem como o andamento das melhorias propostas para a adequada mitigação dos riscos, conforme a seguir demonstrado:

1. Relatório dos Riscos Mapeados

Este relatório apresenta os riscos mapeados no Ministério da Infraestrutura e destacam os processos de trabalho com as análises em andamento.

2. Relatório dos Planos de Controle em andamento

Neste relatório serão destacadas as melhorias nos controles internos propostas e o acompanhamento da sua efetiva implementação para a adequada mitigação dos riscos identificados.

3. Relatório Riscos Emergentes por área / processo

Neste relatório são destacadas as alterações pontuais nos diversos processos de trabalho analisado, mudança na legislação, mudanças na gestão e qualquer outro evento incerto que venha a ocorrer e que impacte na gestão de riscos dos processos de trabalho.

4. Relatório necessidades de mitigação de riscos

Neste relatório serão destacadas as ações de monitoramento necessárias nos diversos processos de trabalho já mapeados, onde será necessária uma nova avaliação dos riscos identificados.

5. Relatório de cumprimento de metas

Neste relatório serão demonstradas, sempre que houver, o atendimento às metas estabelecidas pelo Comitê Estratégico de Governança relativa à gestão de riscos dos processos de trabalho.

Foram criados ainda 2 painéis em Power BI para demonstrar o atendimento aos prazos das melhorias propostas nos diversos processos de trabalho, visando a mitigação dos riscos identificados e demonstrando a necessidade ou não de revisão dos processos de trabalho já mapeados.

Monitoramento das Melhorias nos Processos de Trabalho

Em função das análises realizadas nos processos de trabalho, encontram-se em monitoramento 59 Planos de Controle contendo melhorias de controles internos para a mitigação dos riscos críticos identificados, conforme quadro a seguir:

Área	Melhorias propostas por processo de trabalho	Qtde melhorias
1 OUVIDORIA	Atendimento ao cidadão	9
2 OUVIDORIA	Pedido de acesso à informação - SIC	14
3 OUVIDORIA	Tratamento de denúncias	7
4 SAC	Análise de OPEA em face da PNAC.	9
5 SAC	Termo de Entrega	2
6 SGETI	Administrar Recursos Financeiros	3
7 SGETI	Gerenciar a Execução Financeira e Orçamento	2
8 SGETI	Monitorar a Execução Financeira	1
9 SGETI	Planejar a Gestão da Administração Financeira	2
10 SNPTA	Análise da proposta de atualização do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ	5
11 SNTT	Monitoramento e Supervisão dos Indicadores do PROCROFE	3
Total Geral		57

2.4 Atuação Correcional

A unidade setorial de correção do Ministério da Infraestrutura apresenta o panorama de suas ações relativas aos resultados de 2022.

Esta unidade correcional tem pautado suas ações em conformidade com a cadeia de valor e o alinhamento estratégico do Ministério.

Com o intuito de atender à Avaliação e Acompanhamento da Gestão Correcional das Unidades do SISCOR, promovida pela Controladoria-Geral da União, esta unidade elaborou o Plano de Providências de Curto Prazo.

AÇÕES CORREGEDORIA

- ✓ Proposta de alteração das competências da Corregedoria no novo decreto de estrutura;
- ✓ Fortalecimento e vinculação direta à autoridade máxima do órgão (participação nas ações do CTI, SELO Fomento INFRA + Integridade e reuniões periódicas do Balanço Radar);
- ✓ Encaminhamento de minuta da Portaria de regulamentação da atividade correcional no Ministério da Infraestrutura;
- ✓ Conclusão do mapeamento de competências das áreas da Corregedoria junto à COGEP;
- ✓ Início do mapeamento de processos da Corregedoria junto à COGEP;
- ✓ Avaliação da gestão pela Corregedoria Geral da União, com elaboração de Plano de Providências de Curto Prazo;
- ✓ Classificação dos processos a partir dos critérios e priorização da unidade;
- ✓ Planejamento de ações de capacitação e treinamento para utilização do Sistema e-PAD pelos servidores da unidade;
- ✓ Reformulação do gerenciamento de dados e transparência ativa (Projeto POWER BI);
- ✓ Reestruturação do espaço físico da Corregedoria, em vista a inclusão de novos servidores no Programa de Gestão (PGD);
- ✓ Participação em eventos com as demais unidade de integridade do Ministério;
- ✓ Capacitação de servidores.

AÇÕES DE CURTO PRAZO

Ações previstas no Plano de Providências de Curto Prazo:

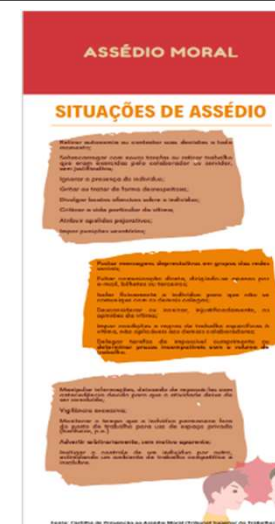
- ✓ Saneamento de processos;
- ✓ Utilização do e-PAD.

PRINCIPAIS MELHORIAS

- ✓ Mapeamento de competências das áreas da Corregedoria;
- ✓ Melhoria de juízo de admissibilidade;
- ✓ Aplicação mais efetiva do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC como mecanismo preferencial de solução de conflitos;
- ✓ Levantamento de informações para subsidiar a tomada de decisão;
- ✓ Aperfeiçoamento da supervisão, controle e qualidade dos trabalhos das comissões;
- ✓ Avanço na transparência ativa nos dados da Corregedoria.

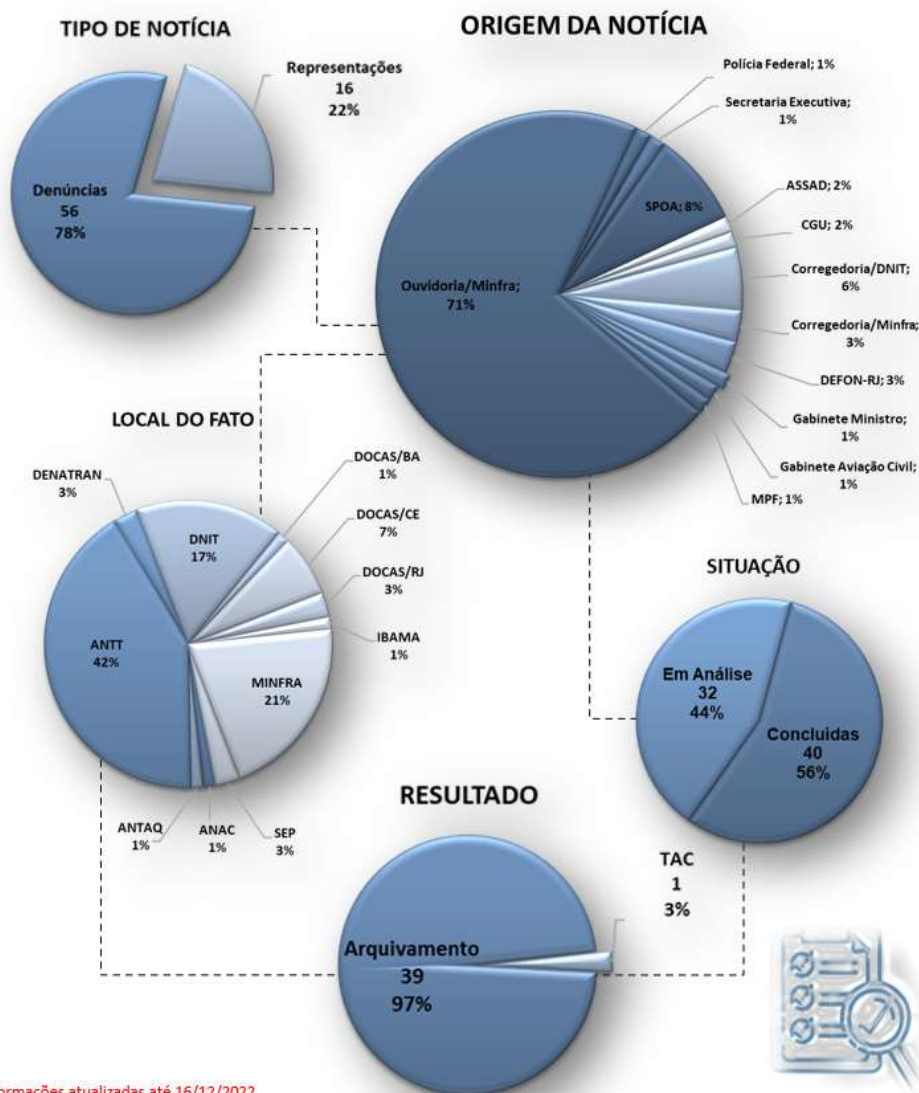
MEDIDAS DE PREVENÇÃO

- ✓ Acompanhamento sistemático dos procedimentos de admissibilidade e processos acusatórios;
- ✓ Elaboração de consultas à CRG para uniformização de entendimentos e definição de competências;
- ✓ Emissão de nada consta correcional em processos de desligamento e nomeação de servidores;
- ✓ Divulgação da atividade correcional em eventos de integridade;
- ✓ Elaboração de material preventivo para o “Momento Integridade” no Ministério da Infraestrutura (infográfico assédio moral).



INDICADORES (JANEIRO/DEZEMBRO)

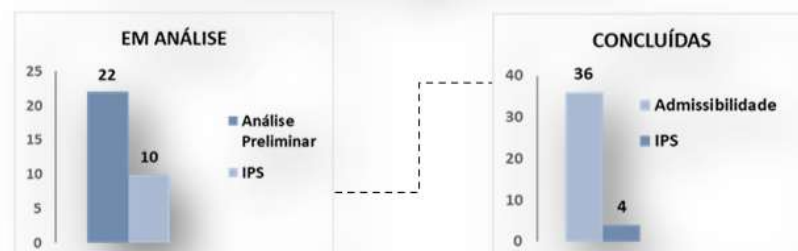
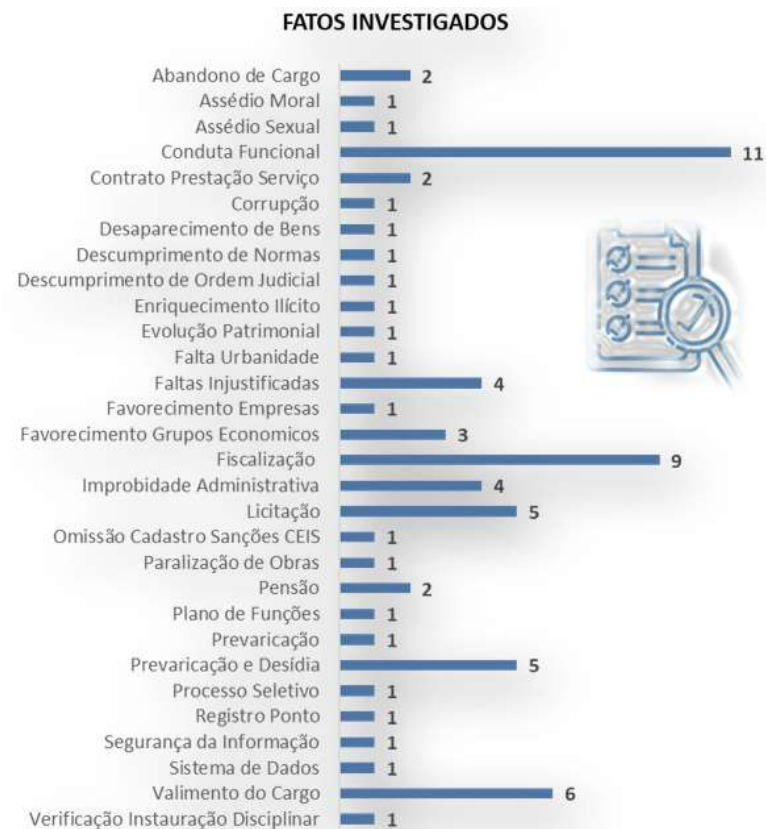
ADMISSIBILIDADE



*Informações atualizadas até 16/12/2022

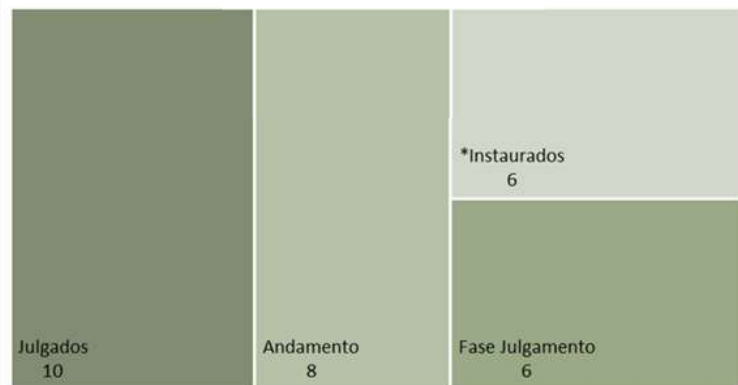
INDICADORES (JANEIRO/DEZEMBRO)

ADMISSIBILIDADE



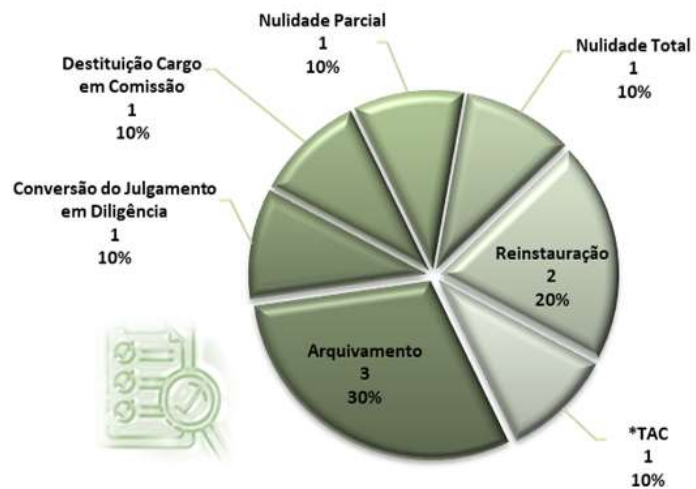
INDICADORES (JANEIRO/DEZEMBRO) ACUSATÓRIOS

PROCEDIMENTOS CORRECIONAIS ACUSATÓRIOS



* Houve a reinstauração de 6 processos acusatórios, não havendo registro de novas instaurações no período.

PROCEDIMENTOS JULGADOS



*Decisão do processo acusatório: Celebração de 2 (dois) TACs

TRANSPARÊNCIA ATIVA

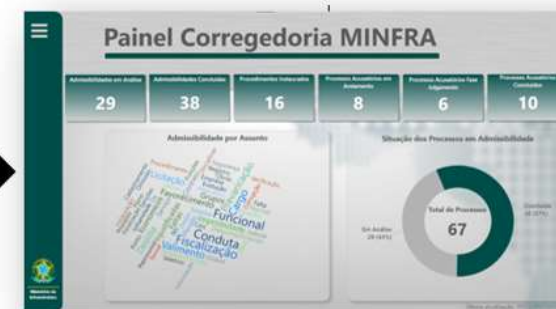
- Histórico;
- Relatórios;
- Pesquisas;
- Resultados;
- Modelo Maturidade;
- CTC;
- Cursos CGU;
- Capacitação;
- Normas Correcionais.



A página da Corregedoria é uma ferramenta de gerenciamento de informações sobre as atividades correcionais.

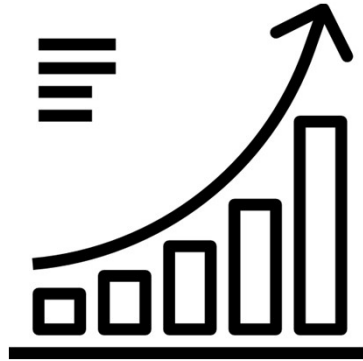
<https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/corregedoria>

- Resumo das Informações;
- Admissibilidade;
- Procedimentos Instaurados;
- Processos Acusatórios;
- Procedimentos Acusatórios Concluídos.

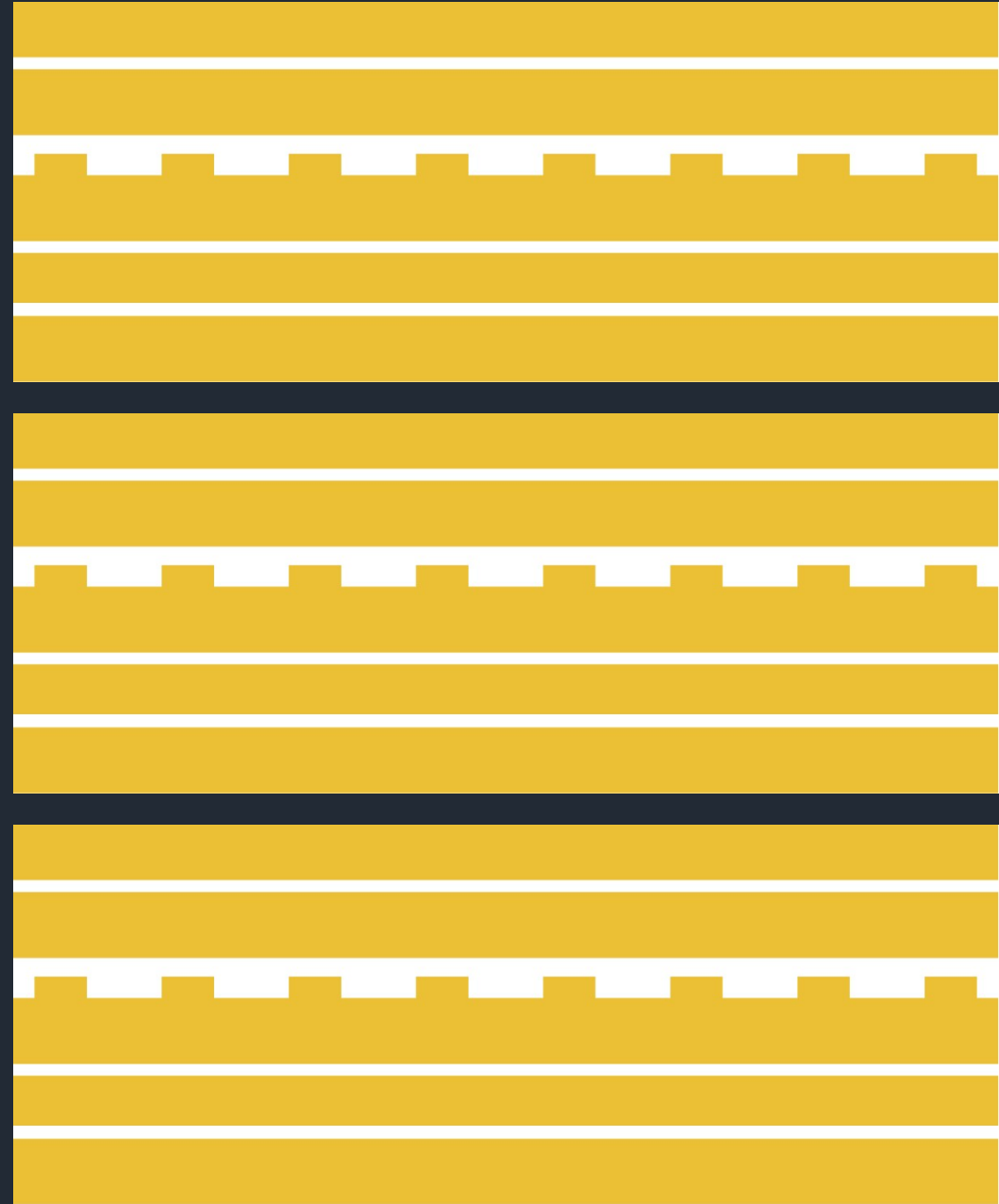


O Painel em Power BI apresenta elementos de análise que demonstram o resultado dos trabalhos ao longo do ano.

3.



Governança,
estratégia e
desempenho



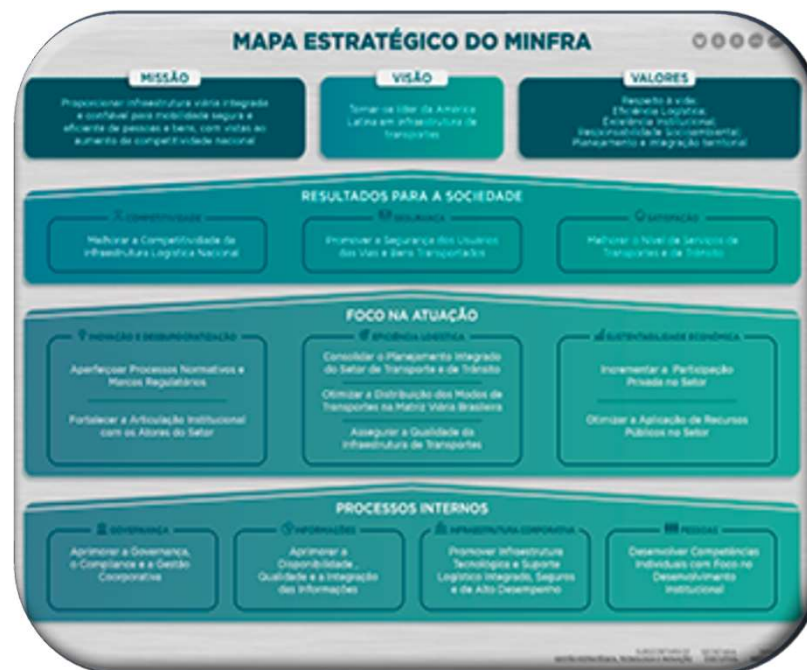
3.1 Ciclo de Gestão Estratégica 2022

Para melhor acompanhamento público e interno, em 2022, foi criado o ambiente "Lidera Infra" comportando todos os painéis utilizados na gestão da Estratégia. O ambiente permite que as informações sejam atualizadas para a tomada de decisão com foco na estratégia organizacional de levar o Brasil à liderança em infraestrutura da América Latina.

Em 2022 realizou-se ciclos de avaliação da Gestão Estratégica, com a execução de 220 reuniões de monitoramento, 15 Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE), sendo 13 Setoriais e 02 Ministeriais. Foram abordados os 31 Programas Estratégicos, com uma carteira de 232 Projetos Estratégicos, que se desdobram em 433 entregas estratégicas realizadas. Foi alcançado 82% de execução do planejado, fruto da dedicação de todos e do gerenciamento de problemas e riscos estratégicos com os respectivos encaminhamentos e diligências.

Foi realizada também a revisão do Planejamento Estratégico, com a aprovação do novo Mapa Estratégico para o período 2023-2026. Foram realizados diagnósticos internos, uma pesquisa aberta, 6 workshops setoriais e uma audiência externa com a participação de entidades do setor privado. No total foram mais de 400 participantes e 1.700 contribuições com objetivo de encontrarmos os Fatores Críticos de Sucesso para atingimento das metas estratégicas. As informações coletadas nas oficinas e pesquisas foram analisadas e consolidadas visando a elaboração do Planejamento Estratégico para o novo ciclo.

Outro passo importante foi a publicação da Portaria nº 1.633, de 15 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a Política e as Instâncias de Governança do Ministério da Infraestrutura, especialmente com a criação do Comitê de Gestão Estratégica – CGE e do Comitê Setorial de Gestão Estratégica - COSEGE.



Gestão Estratégica – Janeiro a Dezembro de 2022

O ambiente de governança, que subsidia o monitoramento, a avaliação, a tomada de decisão, e a gestão organizacional, compreende, no seu detalhamento, os objetivos, as metas, os indicadores de desempenho definidos para o exercício e os resultados por eles alcançados. Todos esses vinculados aos objetivos estratégicos e à missão do Mlnfra. O alinhamento dessas ações se estende ao Plano Plurianual, aos planos nacionais e setoriais do governo e dos órgãos de governança superior.

Os objetivos, indicadores, metas e resultados alcançados estão detalhados nos gráficos a seguir, bem como nos programas e projetos, além das ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto, com indicação dos valores alcançados no período e acumulado no exercício.



Programa Segurança na Aviação Civil



Programa Concessões e Renovações Ferroviárias



Programa Transformação Digital



Programa Reordenação Institucional do Setor



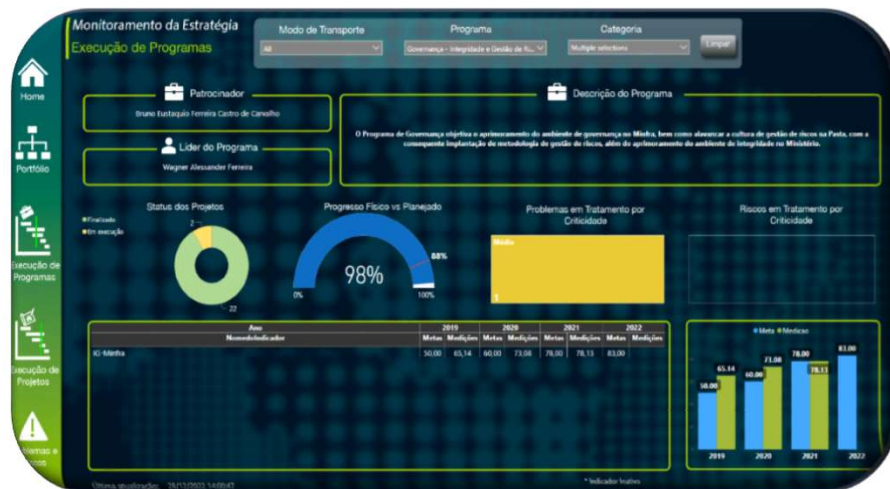
Programa Modernização de Gestão Portuária



Programa PNATRANS



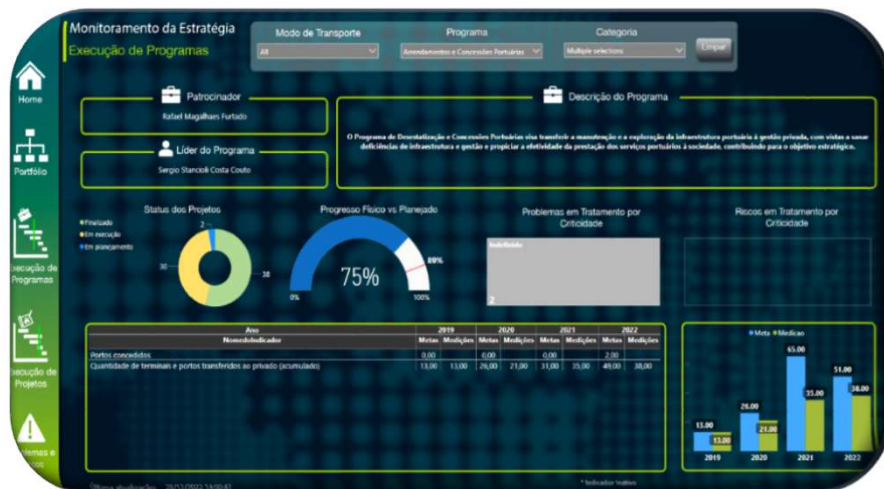
Programa Nacional de Manutenção de Infraestrutura Rodoviária



Programa Governança – Integridade e Gestão de Riscos



Programa Fomento e Melhoria do Ambiente de Negócios



Programa de Arrendamentos e Concessões Portuárias



Programa Empreendimentos Aeroviários



Programa Modernização e Expansão do Sistema Ferroviário



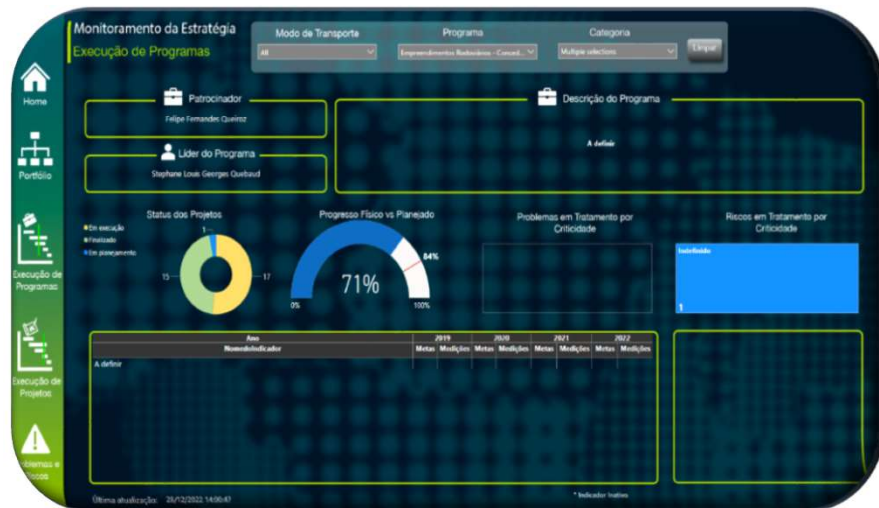
Programa Integração das Informações do Setor de Transporte



Programa INFRA Competitividade



Programa Planejamento Integrado MINFRA



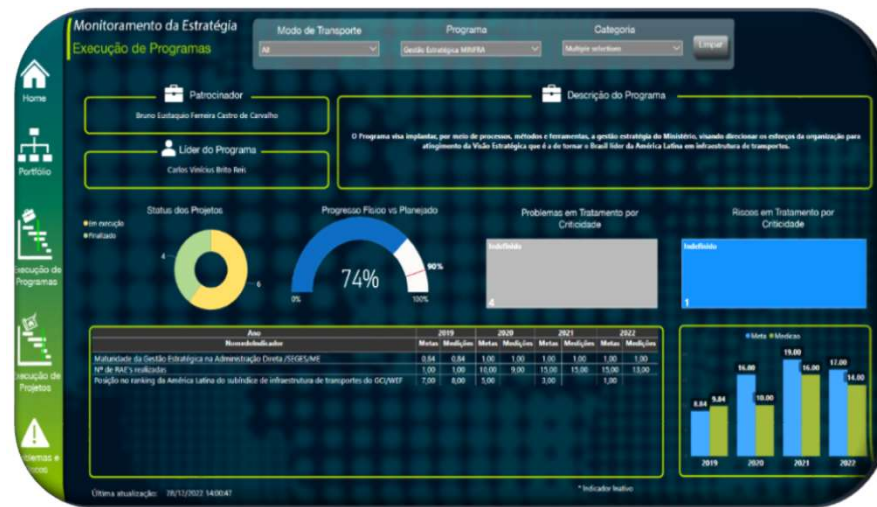
Programa Empreendimentos Rodoviários - Concedidos



Programa Concessões Rodoviárias



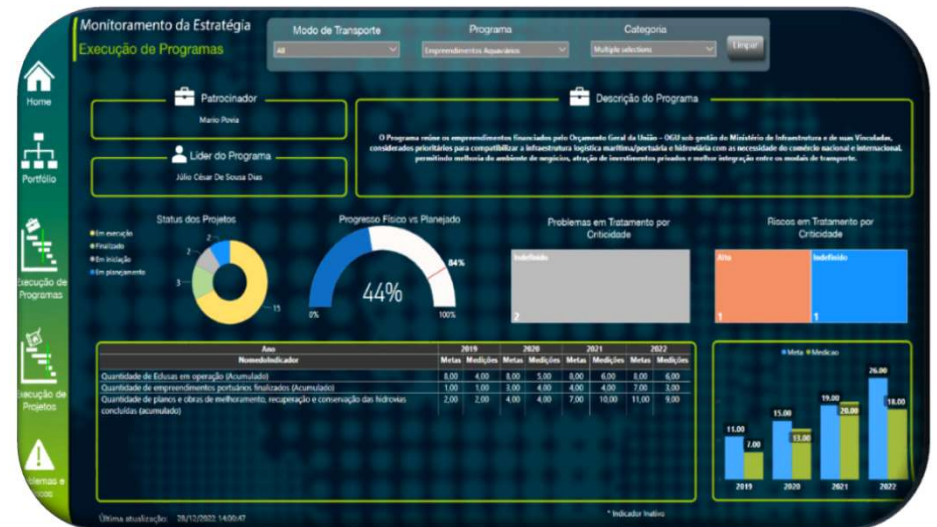
Programa Empreendimentos Rodoviários - Públicos



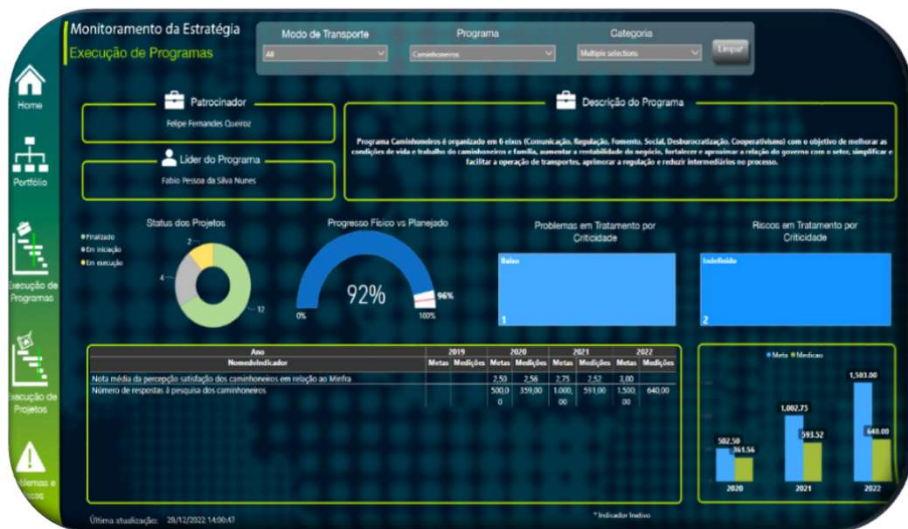
Programa Gestão Estratégica MINFRA



Programa Eficiência Administrativa



Programa Empreendimentos Aquaviários



Programa Caminhoneiros



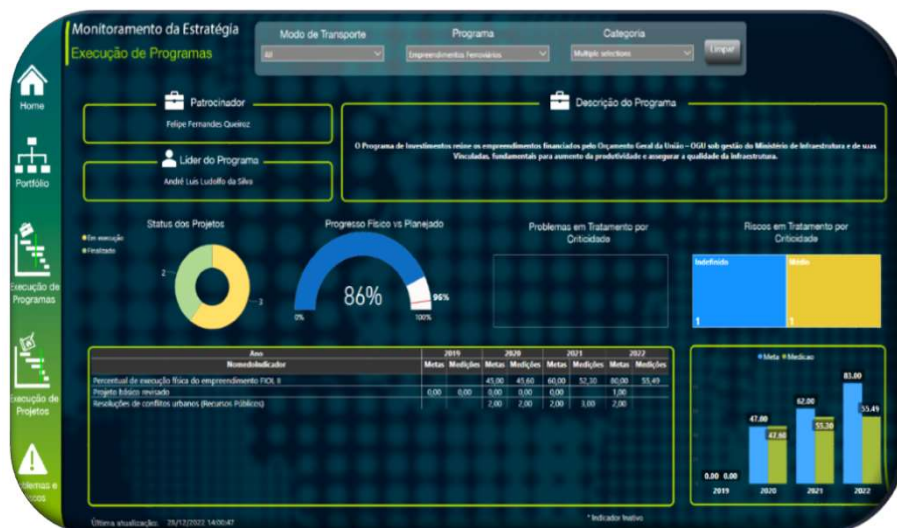
Programa Inov@BR



Programa Desenvolvimento da Navegação Doméstica



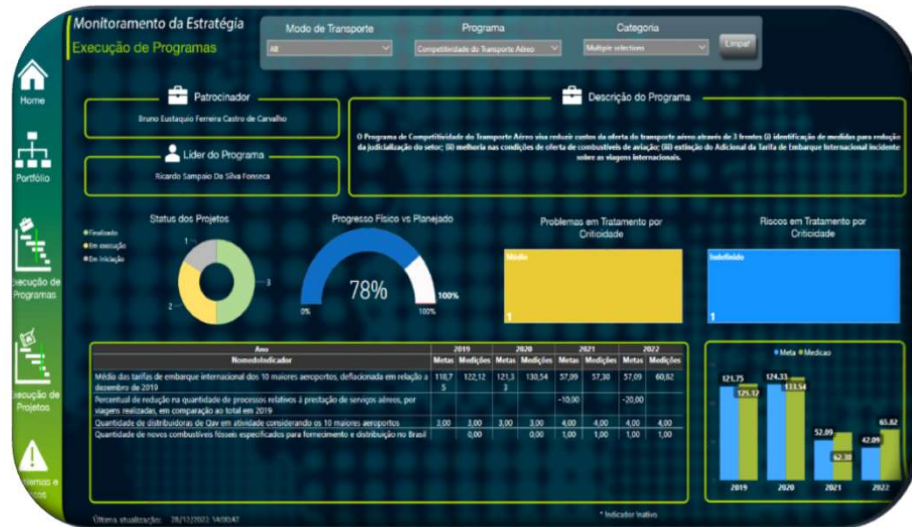
Programa Desenvolvimento de Pessoas e Clima Organizacional



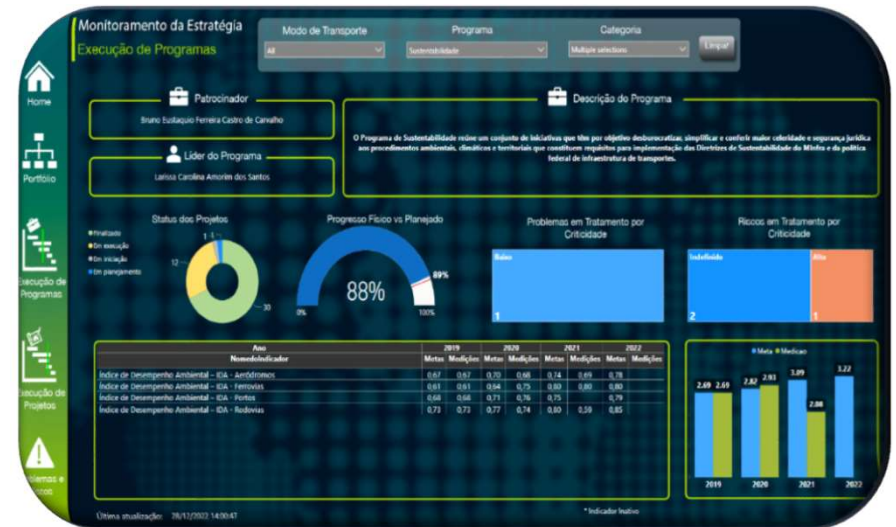
Programa Empreendimentos Ferroviários



Programa Documento Eletrônico de Transporte (DT-e)



Programa Competitividade do Transporte Aéreo



Programa Sustentabilidade



Programa Concessões de Aeroportos

3.2 Apoio da estrutura de governança à capacidade de gerar valor

A estrutura de governança propicia que as organizações públicas cumpram efetivamente seus objetivos estratégicos, gerando valor público de melhor qualidade. Isso normalmente ocorre com os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para direcionar, avaliar e monitorar a atuação da gestão.

No setor público, a expressão “gerar valor” é entendida como produzir resultado que atenda às necessidades de interesse da sociedade, ao contrário do setor privado que significa obter lucro.

O comprometimento da Alta Administração, empenhada na busca constante pelas boas práticas de gestão, alinhada aos princípios da integridade e da eficiência pública, foram basilares ao aprimoramento da governança no MInfra no decorrer do exercício de 2022.

Fruto de atenção aos temas relacionados à Gestão Estratégica, Integridade, Gestão de Riscos, *Accountability* e Controles Internos, o Ministério da Infraestrutura tem buscado, de forma constante, o aprimoramento da governança na Pasta.

Considerando a necessidade de se aferir a evolução do Indicador de Governança, afeto também ao Programa Estratégico de Governança, Integridade e Gestão de Riscos no MInfra, foi elaborado, a partir do Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública – IGG/TCU, o IG-MInfra, o qual auxilia na aferição anual da evolução da Governança no âmbito da Pasta, além de possibilitar a identificação de assuntos relacionados à Governança Pública no Ministério que necessitem de aprimoramento. Nova aferição será realizada em janeiro de 2023.

Programa de Governança, Integridade e Gestão de Riscos				
	IG MInfra 2019	IG MInfra 2020	IG MInfra 2021	IG MInfra 2022
Meta Pactuada	50%	60%	78%	83%
Resultado	65,14%	73,08% Aferido Jan/2021	78,13% Aferido Jan/2022	

Legenda:

0% a 14,9% - Inexpressivo	
15% a 39,9% - Inicial	
40% a 69,9% - Intermediário	
70% a 100% - Aprimorado	

A seguir, são apresentados os resultados das aferições do iGG pelo TCU, o que permite verificar a evolução da governança na Pasta ao longo do tempo.

Resultados MTPA (2017 e 2018) e MInfra (2022)			
	iGG 2017	iGG 2018	iGG 2021
iGG (Índice Integrado de governança e gestão públicas)	38%	44%	72,1%
iGovPub (Índice de governança pública)	36%	40%	83,6%
iGovPessoas (Índice de governança e gestão de pessoas)	30%	39%	78,7%
GestãoPessoas (Índice de capacidade em gestão de pessoas)	25%	43%	68,0%
iGovTI (Índice de governança e gestão de TI)	29%	40%	82,2%
GestãoTI (Índice de capacidade em gestão de TI)	44%	42%	68,3%
iGovContrat (Índice de governança e gestão de contratações)	41%	36%	57,6%
GestãoContrat (Índice de capacidade em gestão de contratações)	41%	53%	72,1%
iGovOrcament (Índice de governança e gestão orçamentária)	-	-	77,3%
iGestOrcament (Índice de capacidade em gestão orçamentária)	-	-	61,6%

Além disso, em 2022, as instâncias de governança do MInfra, de que tratam a Portaria nº 1.633/2022, atuaram em sintonia e permitiram a realização das seguintes entregas, aprovadas pelo Comitê Estratégico de Governança:

- Regimento Interno do Comitê Estratégico de Governança (CEG) do Ministério da Infraestrutura.
- Minuta de Portaria Interministerial (MInfra e MJSP) do Embarque+ Seguro
- Política Setorial de Segurança da Informação do Ministério da Infraestrutura e suas entidades vinculadas
- Manual de Avaliação da Qualidade Normativa do MInfra e das suas Agências Reguladoras Vinculadas
- Planos Setoriais integrantes do Planejamento Integrado de Transportes, e posterior submissão à consulta pública.

Cabe mencionar ainda a Gestão da Integridade, cujos mecanismos de conformidade, transparência, correição, controle interno, ética, dentre outros, permite a tomada de decisão subsidiada em critérios técnicos consistentes, gerando significativos ganhos de qualidade na prestação de serviços públicos e, em consequência, na agregação de Valor Público.

Nesse sentido, o Plano de Integridade 2022 consubstanciou medidas / ações implementadas pelo Ministério para prevenir, detectar e remediar riscos para a integridade.

Por fim, ainda no contexto do seu Programa de Integridade, o MInfra passou a divulgar a Marca de participante do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção, assumindo mais um compromisso na implementação de boas práticas de prevenção, detecção, investigação, correção, Monitoramento e Transparência.

3.3 Resultados e Desempenho da Gestão

3.3.1 Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão

Secretaria Nacional de Transportes Terrestres - SNTT

Plano Setorial de Transportes Terrestres

O Plano Setorial de Transportes Terrestres – PSTT configura-se como o instrumento de planejamento tático para os subsistemas federais de transportes terrestres (rodoviário e ferroviário), constituindo-se em uma peça política integrante do sistema encadeado de instrumentos no âmbito do Planejamento Integrado de Transportes – PIT, instituído pela Portaria nº 123, de 21 de agosto de 2020.

Nessa condição, e à luz dos desenvolvimentos técnicos, conceituais e metodológicos voltados à definição dos objetivos, diretrizes, iniciativas, metas e indicadores setoriais, bem como à constituição de uma rede semântica e ao desenvolvimento e aplicação de uma metodologia de classificação, análise de pré-viabilidade e priorização das ações (empreendimentos e iniciativas) setoriais, propôs-se, ao longo de 2022, a constituição de um Plano de Ações para o planejamento tático dos modos de transportes terrestres, de modo que, no último trimestre, foram realizadas as seguintes etapas:

- Validação final dos dados e informações das iniciativas e dos investimentos em empreendimentos de transportes terrestres, para fins de composição da carteira de análise e simulação (prognósticos) dos cenários de oferta;
- Análise das contribuições advindas do processo de participação social (Tomada de Subsídios) no âmbito da avaliação das diretrizes e premissas metodológicas empregadas no desenvolvimento do plano setorial;
- Compatibilização, no que compete ao escopo do PSTT, dos resultados provenientes do estudo “Desenvolvimento de um Plano Estratégico e Sustentável de Infraestrutura de Transportes e Logística”, em desenvolvimento por um consórcio contratado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e coordenado pela Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP), para a elaboração do Plano Setorial de Parcerias – Modo Rodoviário;
- Tratativas de compatibilização do Plano Setorial com o Plano de Desenvolvimento do Transporte Ferroviário de Passageiros – PDTFP;
- Análise preliminar da minuta do Relatório Final do Plano Setorial de Transportes Terrestres, com vistas a submissão do produto ao Comitê Estratégico de Governança – CEG, instituído pela Portaria nº 2.873, de 28 de junho de 2019, para fins de posterior submissão ao processo de legitimação social (Consulta Pública).

Vale ressaltar que as atividades técnicas e produtos estão sendo desenvolvidos a partir de uma cooperação entre a Secretaria Nacional de Transportes Terrestres – SNTT e a Diretoria de Planejamento da Infra S.A. segundo esforços de compatibilização, concatenação e integração das ações, considerando as especificidades, entre os distintos planos setoriais táticos.

Programa de Modernização de Rodovias Federais

Em 2021, foi editado o Decreto nº 10.648 instituindo a política de modernização da infraestrutura federal de transporte rodoviário bem como a Portaria nº 512/2021, instituindo no âmbito do Ministério da Infraestrutura - MInfra e de suas vinculadas, o Programa de Modernização das Rodovias Federais, o inov@BR.

O Programa baseia-se em 3 eixos de atuação, quais sejam, segurança viária, fluidez e tecnologia, objetivando elevar o padrão de segurança nas rodovias federais, melhorar a fluidez das vias, proporcionando eficiência logística, modernizar as principais rodovias federais e aprimorar processos, procedimentos, instrumentos regulatórios e recursos técnicos.

O inov@BR está em fase de implementação e no primeiro semestre de 2022, foram definidas as possíveis iniciativas do Programa junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e Concessionárias. Dentre essas iniciativas, 09 (nove) foram validadas e receberam a certificação do selo inov@BR, concedidos pelo MInfra: Contratação do IRAP para rodovias do DNIT; Publicação da Portaria MCOM 4.732/2022 – Estabelece as diretrizes gerais e os quesitos necessários para o Serviço de Radiovias; Autorização para execução do Serviço de Radiovias para CCR Nova Dutra; Certificação de Pontos de Parada de Descanso – PPDs; Implementação de Sistemas Multi-Lane Free Flow, Ponte Rio-Niterói; Publicação da Portaria MInfra 1.228/2022 – Procedimentos para solicitação e operacionalização do Serviço de Radiovias; RDT – Desenvolvimento de metodologia computacional para automação de postos de pesagem veicular (Autoscale) na rodovia BR-050/MG/GO; Instalação de Carregadores para veículos elétricos e híbridos nas rodovias BR-050/GO/MG e BR-364/365/GO/MG.

Pilares



Segurança
Viária



Fluidez



Tecnologia

Secretaria Nacional de Transportes Terrestres - SNTT

Transporte Ferroviário de Passageiros

No primeiro semestre de 2022, foi concluída a proposta de instrumento legislativa com o objetivo de instruir a Política Nacional do Transporte Ferroviário de Passageiros – PNTFP. Ainda após avaliação da proposta pela alta gestão do MInfra decidiu-se pela alteração do instrumento proposto em nível de lei para o nível de decreto. Nesse sentido, foi finalizada a análise de impacto regulatório e encontra-se na Consultoria Jurídica a análise da minuta de Decreto.



Nada obstante a alteração do instrumento legislativo que instituirá a política pública específica para o transporte ferroviário de passageiros na malha federal sob responsabilidade do MInfra, houve avanços nos instrumentos de implementação da mesma. Merecendo destaque o Plano de Desenvolvimento para o Transporte Ferroviário de Passageiros, cuja proposta foi concluída em setembro/2022, que contempla aproximadamente 6050 km de extensão da malha ferroviária federal existente e 1085km de trechos novos a serem estudados com vistas a sua implantação em parceria com a iniciativa privada.

Além da realização da conclusão da proposta de plano, foi finalizado o estudo que visa propor metodologia para análise de externalidades associadas a investimentos em infraestrutura e serviços de Transporte Ferroviário de Passageiros, com vistas a monetizar os benefícios socioeconômicos, estando em desenvolvimento os estudos de pré-viabilidade de algumas das ligações contempladas pelo plano.

Medida Provisória nº 82

A lei nº 13.298, de 20 de junho de 2016, determinou à União a reincorporação de 10.007 km de rodovias federais que tinham sido transferidas pela Medida Provisória nº 82 (MP 82/02). Deste total de 10.007 Km, restam a ser reincorporada apenas a extensão de 215,3 km referente à malha rodoviária do Estado do Piauí e assim, finalizar o processo de reincorporação das rodovias estaduais à malha federal.

Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE-combustível)

A CIDE-combustível, instituída pela Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, incide sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. A União repassa aos Estados e ao Distrito Federal parte dos recursos arrecadados, conforme percentual de distribuição calculado pelo Tribunal de Conta da União, para serem aplicados, obrigatoriamente, no financiamento de programas de infraestrutura de transportes dos respectivos Estados e DF.



Nesse sentido, o papel do MInfra em relação a CIDE-combustível é verificar a conformidade do programa de trabalho proposto por cada uma das 27 unidades da federação, o qual contém a descrição dos projetos de infraestrutura de transportes, os respectivos custos unitários e totais e os cronogramas financeiros correlatos, visando a utilização em programas de infraestrutura de transportes dos recursos, em percentual definido pelo TCU, destinados a cada ente da federação.

No período de janeiro a dezembro de 2022, os recursos repassados pelo Governo Federal às 27 Unidades da Federação foram de R\$ 520.396.106,79 para serem utilizados em programas de trabalho, em empreendimentos que atendam ao Planejamento Integrado de Transportes. Dentre os investimentos realizados, foram contemplados projetos e obras de construção, restauração, duplicação e conservação de grandes extensões de trechos rodoviários estaduais, além de outras modalidades que possuem ligação com o sistema rodoviário federal, com corredores logísticos estratégicos ou atendem a ligações intermodais.

Cabe registrar que, de janeiro a dezembro de 2022, foram encerrados e arquivados os processos relativos ao Relatórios Anuais Demonstrativos de Execução Orçamentária e Financeira da CIDE – RADEOFs do ano de 2021 de todas as 27 Unidades da Federação, bem como aprovadas as Alterações do Programas de trabalho de 2022 solicitadas pelos Estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rondônia.

Também foi concluída a etapa de automação do sistema da CIDE Combustíveis na fase de Informar e Aprovar os Programas de Trabalho para 2023. Assim, todas as 27 Unidades da Federação apresentaram seus Programas de Trabalho para 2023 no mês de outubro de 2022, os quais foram publicados no DOU, na data de 22/12/2022 – Portaria nº 1.604, de 08/12/2022, seção 1, páginas 149 a 153.

Secretaria Nacional de Transportes Terrestres - SNTT

Transporte Rodoviário de Cargas

No último trimestre do ano de 2022, prosseguiram sendo sentidos os resultados das medidas adotadas visando à redução dos preços dos combustíveis no mercado doméstico, consubstanciadas, especialmente, na Lei Complementar (LCP) nº 194 de 2022, a qual determinou, entre outros, que a base de cálculo do ICMS do diesel seria a média móvel dos preços ao consumidor praticados nos últimos 60 meses anteriores à sua fixação; assim como zerou os tributos federais (PIS/Pasep, Cofins e Cide) sobre gasolina e etanol até 31 de dezembro de 2022. Esta alteração propiciou significativa melhoria na formação dos custos incorridos na realização do serviço de transporte rodoviário de cargas, que vinha, durante todo o primeiro semestre, sendo submetido a pressões em suas margens operacionais que comprometiam a sustentabilidade dos negócios.

Até este mês de Dezembro de 2022 terá vigência, também, o Benefício Emergencial em favor dos Transportadores Autônomos de Cargas (TAC) para enfrentamento do estado de emergência decorrente da elevação extraordinária e imprevisível dos preços do petróleo, combustíveis e seus derivados, e dos impactos sociais deles decorrentes, instituído pela Emenda Constitucional nº 123, de 14 de julho de 2022. O Benefício Caminhoneiro-TAC previu o pagamento de seis parcelas mensais, no valor de R\$ 1.000,00 (cada), observado o limite global de recursos.

Como resultado das ações para fomentar o número de Pontos de Parada e Descanso-PPD adotadas durante o ano de 2022, encontra-se plenamente disponível a ferramenta digital em que os estabelecimentos interessados podem manifestar seu interesse em se tornar um PPD. O número desses importantes equipamentos disponibilizados aos caminhoneiros atingiu 139 unidades em dezembro de 2022, em todas as regiões do País, havendo vários outros PPD em fase de certificação.

Seguem em evolução as funcionalidades do aplicativo InfraBR, no qual é possível se obter as versões digitais da CNH e do CRLV, efetuar o cálculo atualizado dos pisos mínimos de frete, acessar as contribuições feitas em nome do autônomo junto ao INSS e acessar serviços de entidades parceiras, a exemplo do SEST/SENAT.

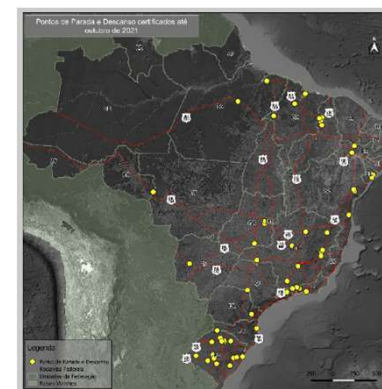
Ademais, ressalta-se que o Ministério da Infraestrutura segue firmemente engajado na busca da superação de entraves atualmente vivenciados pelos transportadores rodoviários de cargas na contratação de seguros, assim como em favor da viabilização da contratação direta do TAC, sem intermediários.



Campanha publicitária do Ministério da Infraestrutura para captação de mais empresários para se tornarem Pontos de Parada e Descanso - PPDs



Certificação de **37 PPDs** em 2022, totalizando **139 PPD's** em diversas regiões do Brasil.



Secretaria Nacional de Transportes Terrestres - SNTT

Transporte Ferroviário (DTFER)

PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO FERROVIÁRIA: coordenação de ações e monitoramento de investimentos privados (Concessão e Autorização) e publicação de normativos atinentes a política pública setorial.

CONCESSÕES E PRORROGAÇÕES:

- Assinatura do Contrato da **Prorrogação Antecipada da MRS Logística S.A.** em 29 de julho de 2022.
- Protocolado, pelo MInfra, no dia 1º de julho de 2022, no Tribunal de Contas da União (TCU), as alternativas à caducidade dos processos da TLSA e FTL. O acórdão favorável do egrégio Tribunal permitiu a assinatura do **1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Transnordestina Logística S/A (TLSA), no dia 23/12/2022.**
- Em 2022 foram iniciados os trabalhos de terraplenagem nas obras da **Ferrovia de Integração Centro-Oeste – FICO**, e foi finalizada a desapropriação dos primeiros 30 quilômetros de área pelo processo de desapropriação.

Conclusão da entrega de trilhos adquiridos por meio de investimento cruzado nos canteiros da **FIOLII**

- Emitidas **diretrizes** de investimentos em contrapartida à **prorrogação antecipada do contrato de concessão da Ferrovia Centro-Atlântica – FCA.**

PRO TRILHOS: o Ministério da Infraestrutura emitiu 6 contratos de autorização no âmbito do Pro Trilhos, ainda durante a vigência da MPV 1065/2021, expirada em 06/02/2022:

- **Contrato de Adesão nº 1/2022** – com a empresa Porto do Açu Operações S.A., para a exploração indireta do serviço de transporte ferroviário da estrada de ferro EF-A13, em São João da Barra/RJ, acesso ferroviário ao Porto de Açu.
- **Contrato de Adesão nº 2/2022** – com a empresa VLI Multimodal S.A., para a exploração indireta do serviço de transporte ferroviário da estrada de ferro EF-480, de trecho localizado entre Cubatão/SP e Santos/SP.
- **Contrato de Adesão nº 3/2022** – com a empresa Morro do Pilar Minerais S.A., para a exploração indireta do serviço de transporte ferroviário da estrada de ferro EF-A16, de trecho localizado entre Colatina/ES e Linhares/ES.
- **Contrato de Adesão nº 4/2022** – com a empresa Petrocity Ferrovias Ltda., para a exploração indireta do serviço de transporte ferroviário da estrada de ferro EF-355, de trecho localizado entre Unaí/MG e Campos Verdes/GO.

- **Contrato de Adesão nº 5/2022** – com a empresa 3G Empreendimentos e Consultoria Ltda., para a exploração indireta do serviço de transporte ferroviário da estrada de ferro EF-152, EF-A09 e EF414, de trechos localizados entre Barcarena/PA a Santana do Araguaia/PA.

- **Contrato de Adesão nº 6/2022** – com a empresa Rumo S.A., para a exploração indireta do serviço de transporte ferroviário da estrada de ferro EF-441, de trecho localizado entre Bom Jesus do Araguaia/MT e Água Boa/MT.

AUTORIZAÇÕES FERROVIÁRIAS: o Ministério da Infraestrutura se manifestou favoravelmente quanto a aderência à Política Pública de Transporte de 11 requerimentos de autorização ferroviária, com o processo regulamentado sob a vigência da Lei nº 14.273/2021, sob gestão da ANTT, já tendo sido assinados 5 desses contratos:

- **Contrato de Adesão nº 1/ANTT/2022** – com a empresa Rumo S.A., para a exploração indireta do serviço de transporte ferroviário da estrada de ferro entre Santa Rita do Trivelato/MT e Sinop/MT.

- **Contrato de Adesão nº 2/ANTT/2022** – com a empresa Rumo S.A., para a exploração indireta do serviço de transporte ferroviário da estrada de ferro entre Primavera do Leste/MT e Ribeirão Cascalheira/MT.

- **Contrato de Adesão nº 3/ANTT/2022** – com a empresa Petrocity Ferrovias Ltda., para a exploração indireta do serviço de transporte ferroviário da estrada de ferro entre Corumbá de Goiás/GO e Anápolis/GO.

- **Contrato de Adesão nº 4/ANTT/2022** – com a empresa VLI Multimodal S.A., para a exploração indireta do serviço de transporte ferroviário da estrada de ferro entre Riachão das Neves/BA e São Desidério/BA.

- **Contrato de Adesão nº 5/ANTT/2022** – com a empresa VLI Multimodal S.A., para a exploração indireta do serviço de transporte ferroviário da estrada de ferro entre Correntina/BA e Arrojoândia/BA.

ESTUDOS E NORMATIVOS FERROVIÁRIOS:

- Entregues estudos para **Benchmarking do Modelo de Autorização Ferroviária Meta 2/TED 001/SNTT/2021** em set/2022.

Secretaria Nacional de Transportes Terrestres - SNTT

Transporte Ferroviário (DTFER)

- Emitidas **diretrizes** à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT **para regulamentação do Recurso de Desenvolvimento Tecnológico – RDT e Recurso de Preservação de Memória Ferroviária – RPMF.**
- Publicada a Portaria nº 1.324, de 29 de setembro de 2022, que institui, no âmbito do Ministério da Infraestrutura, o programa **Frota Ferroviária Verde.**
- Publicação do Decreto nº 11.245, de 21 de outubro de 2022, que **regulamenta a Lei nº 14.273/2021, novo marco legal das ferrovias.**
- Publicação do Decreto nº 11.265, de 24 de novembro de 2022, que institui o Comitê de **Classificação de Imóveis Ferroviários (CCIF)**, que tem a finalidade de classificar e dar destinação adequada aos bens imóveis provenientes da extinta Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA, e aos relacionados à prestação do serviço público de transporte ferroviário de passageiros das Linhas 1 e 2, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para fins de privatização do Veículo de Desestatização MG Investimentos S.A.

PROGRAMA DE EMPREENDIMENTOS FERROVIÁRIOS: coordenação de ações e monitoramento de investimentos públicos (DNIT e INFRA S/A)

A construção da **Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL)**, entre Caetité/BA a Barreiras/BA, sob gestão da INFRA S.A., possui 485 km de extensão e um investimento total estimado de R\$ 3,18 bilhões (base: set/09). Em novembro de 2022, as obras apresentavam avanço físico de 57,71%, contando com a mão de obra direta de 861 trabalhadores e a utilização de 320 equipamentos. A montagem dos trilhos na grade já foi concluída em 44% da extensão total.

As obras de **adequação da linha férrea em Juiz de Fora/MG**, sob a gestão do DNIT, consistem na execução de nove OAE (viadutos e pontes), das quais cinco foram entregues entre 2016 e 2021, para mitigação de conflitos urbanos, com investimento estimado em R\$ 96 milhões. As duas próximas OAE a serem executadas são o viaduto Benjamin Constant, que teve seu projeto executivo aprovado em 2022 e está em fase de contratação de obras, e o viaduto Mariano Procópio, que está em fase de ajuste do projeto executivo.

As **obras ferroviárias em Barra Mansa/RJ**, investimento estimado em R\$ 224 milhões, sob a gestão do DNIT, consistem na adequação geométrica de linhas férreas (5,8 Km), transferindo-se parte da linha da FCA para a faixa de domínio da MRS, construção de pátio ferroviário (7,0 ha) e outros dispositivos, além da realização de obras complementares. Foram investidos R\$ 116 milhões desde que as obras foram iniciadas em 2010. Em 2022, estavam em andamento as obras do Viaduto Saint Gobain e Ponte sobre o Rio Barra Mansa, com previsão de conclusão para o 1º semestre de 2023, período para o qual também está prevista a contratação das Obras Complementares.



Trilhos adquiridos por investimento cruzado na FIOL II



Pátio da FIOL2 Lote 7

Secretaria Nacional de Transportes Terrestres - SNTT

Transporte Rodoviário (DTROD)

Concessões rodoviárias: foram leiloados 726,90 km, correspondendo aos trechos das BR-116/465/493/RJ/MG totalizando R\$ 11,3 bilhões em investimentos;

Construção ou adequação de rodovias federais: foram executados 304,4 km de obras de construção/adequação rodoviária. Os empreendimentos executados foram regionalizados da seguinte forma: no Nordeste 57,3 km; no Sul 72,8 km; no Centro-Oeste 106,9 km; no Sudeste 30,9 km e no Norte 39,5 km;

Restauração/revitalização de rodovias federais: foram executados 2.049,7 km de obras de restauração/revitalização rodoviária. Os serviços executados foram regionalizados da seguinte forma: no Sul 134,5 km; no Centro-Oeste 965,4 km; no Sudeste 111,9 km e no Norte 322,3 km; e no Nordeste 515,6.

Manutenção de rodovias federais: atualmente, 57.565,79 (93,9 %) de um total de 61.304,66 km (7.952,90 km não pavimentados e 53.351,76 km pavimentados) da malha rodoviária federal encontram-se assegurados por serviços de manutenção, todos cobertos por contratos que podem ser: Programa Anual de Trabalho e Orçamento (PATO), Contratos de Recuperação e Manutenção (CREMA) e Contratos de Restauração. O percentual de 94 % supera a meta de 90% prevista para 2022.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS:

No primeiro semestre de 2023 um dos objetivos será cobrir toda a malha rodoviária com contratos de manutenção que atualmente encontra-se com 94% da malha coberta; além de elaborar 8 mil km de projetos de manutenção estruturada (CREMA e Restauração). Também pretende-se avançar nos contratos do PROARTE (manutenção e Reabilitação) e nos projetos e contratos do BR-Legal2. Com relação às obras de construção Rodoviária importante destacar a continuidade de empreendimentos prioritários, como as pontes de Xambioá (230/PA), a conclusão da 2ª Ponte de Foz do Iguaçu (277/PR), Luís Alves (080/GO), a ponte sobre o Rio Parnaíba (330/PI) e a elaboração dos projetos da Ponte de Porto Xavier (392/RS) e Ibicuí (472/RS). Já em relação a obras em regiões urbanas, destaca-se a conclusão das Travessias de Tianguá (BR-222/CE), o início do projeto da Travessia Urbana de Juazeiro (407/BA), a licitação do remanescente da Travessia de Santa Maria (158/RS), a continuidade das obras na BR-230/PB entre Campina Grande e Farinha, assim como o segmento entre o km 0 ao 28, além das obras do Contorno de Teresina na BR-343/PI e no Contorno Norte de Cuiabá/MT. A respeito dos grandes corredores de implantação, Pavimentação ou Duplicação, destacam-se as obras nas seguintes rodovias: 319/AM, 156/AP, 419/MS, 163/MT, 116/BA, 101/BA, 101/SE, 101/AL, 416/AL 304/RN, 104/PE, 407/PE, 280/SC, 470/SC, 282/SC, 116/RS, 290/RS, 487/PR, 317/AC (Contorno de Brasília), 316/PA, 222/CE, 135/MA, 316/MA, 135/MG, 367/MG, 447/ES, 101/ES, 401/RR.

Com relação às concessões rodoviárias está prevista a realização de leilões de 03 ativos, gerando aproximadamente R\$ 20,5 bilhões em investimentos durante o período concedido: BR-381/MG (296,3 km) e Rodovias Integradas do Paraná – Lote 01 e 02 (1.077,2 km).

INVESTIMENTOS PLURIANUAIS PRIORITÁRIOS:

O Ministério da Infraestrutura possui 12 investimentos plurianuais prioritários rodoviários listados no anexo III da Lei do PPA nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019:

BR-280/SC - Adequação - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul: o empreendimento tem 73,9 Km de extensão e 3 lotes de obras. Não foram realizadas novas entregas no primeiro semestre de 2022. No segundo semestre foi entregue o viaduto I04 em outubro com previsão de entregar 2,3 Km de duplicação em dezembro de 2022. Para o Primeiro semestre de 2023 está previsto "vazar" o túnel esquerdo do Lote 2.2" até março de 2023.

BR-116/RS - Adequação - Eldorado do Sul – Pelotas: o empreendimento dividido em 10 lotes teve início em 2012, tendo uma extensão de 210,03 km, dos quais já foram executados 84% das obras. Não foram realizadas novas entregas no primeiro semestre de 2022. No segundo semestre foram entregues 11,3 Km de duplicação no lote 1-2 em outubro de 2022.

BR-470/SC - Adequação - Navegantes - Rio Sul: Obra iniciada em 2013, o empreendimento tem 73,2 Km de extensão dividido em 4 lotes de obras. Há 36 km de duplicação concluídos. Em maio de 2022 foi entregue o viaduto de acesso a ponte do Vale no município de Gaspar. Para o segundo semestre há previsão de conclusão do viaduto do Km 72 em dezembro de 2022. Para o Primeiro semestre de 2023 está prevista a conclusão das OAES do Km 71 e 67 em março de 2023.

BR-101/BA - Adequação - Divisa SE/BA- Entr. BR-324: Empreendimento de 169,2 km, dividido em 4 Lotes, foi iniciado em 2014 e tem 55% dos serviços executados. Em abril de 2022 foram entregues 5 km de duplicação no lote 4 (município de Conceição do Jacuípe). Não há entregas previstas para o segundo semestre de 2022.

BR-381/MG - Duplicação - Gov. Valadares - Belo Horizonte: Obra iniciada em 2013, o empreendimento tem 66,1 Km de extensão dividido em 2 lotes de obras. No segundo semestre de 2022 foi entregue o segmento que inclui os túneis do Piracicaba e 3,5 km de pista duplicada, incluindo as pontes do Severo e do Prainha e o Viaduto sobre a Ferrovia Vitória-Minas. Para o Primeiro semestre de 2023 está prevista a conclusão de 2 contenções em janeiro. A rodovia está dentro do plano de concessão do Governo Federal.

Secretaria Nacional de Transportes Terrestres - SNTT

BR-163/PA - Construção Miritituba – Rurópolis – Empreendimento iniciado em 2013, tem 112,7 km de extensão, dos quais 37,7 km já foram pavimentados. Obra retomada em 2021, com previsão de conclusão 4,0 km no exercício. O segmento entre o entroncamento com a BR-230/PA e a divisa com o estado do Mato Grosso foi leilado para concessão em julho de 2021, com contrato assinado em 04/2022, com serviços em andamento. Não há entregas previstas para o segundo semestre de 2022.

BR-222/CE - Acesso rodoviário ao Porto de Pecém: o empreendimento tem 58,5 Km de extensão e um lote de obras. O objeto do contrato é a construção de oito novas pontes, a restauração de três pontes existentes, três passarelas e passagens inferiores, além de um viaduto para linha férrea. O Termo de Recebimento Provisório do empreendimento já foi emitido pelo DNIT em 23/03/2022. Consequentemente, em 04/04/2022, foi emitida a Portaria nº 1658, designando a comissão responsável pelo RECEBIMENTO DEFINITIVO das obras.

BR-163/MT - Adequação - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil: o empreendimento é dividido em seis lotes e possui 403 km de extensão, em agosto/2021 foi concluída a duplicação de todo o trecho entre Rondonópolis e Cuiabá. No Lote – 2 a contratação do remanescente foi paralisada em função da expectativa de solução por parte da ANTT a respeito da concessão.

BR-101/AL - Adequação - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE: o empreendimento teve início em 2010, tendo uma extensão de 248,4 km. Até o presente momento já foram executados no contrato (extensão total 78,11 km) duplicados e liberado para o tráfego 63,40 km, que corresponde a 81% do total da obra. Em maio de 2022 foram entregues 9 km de pista duplicada, e concluídos os serviços da erosão de São Miguel. Em relação as 22 OAE's novas, 19 estão concluídas e das 06 OAE's a Restaurar, 04 estão concluídas. O empreendimento tem sua conclusão prevista para o primeiro semestre de 2023.

BR-163/PR - Adequação - Cascavel – Guaíra: o empreendimento tem 147 Km de extensão e dois lotes de obras. Entre maio e setembro de 2022 foram entregues o viaduto no acesso de Toledo, 2,4 km de pista duplicada e 5 km de marginais dentro do município - Toledo – Marechal Cândido Rondon. A obra encontra-se com os seguintes serviços realizados: terraplanagem, drenagem e sub-base em macadame. A obra encontra-se paralisada.

BR-163/PR - Adequação Entr.BR-277 - Cascavel – Marmelândia: o empreendimento tem 74 Km de extensão e apenas um lote de obras. Os serviços em andamento são referentes à manutenção de drenagem. O contrato da obra foi rescindido em novembro de 2022, entretanto foi realizada nova contratação com vistas a execução dos serviços complementares visando a liberação de 20 Km de pista até dezembro de 2022. Atualmente estão liberados 12,5 km ao tráfego.

BRs-116/290/RS - Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Guaíba: a travessia principal foi entregue em dezembro de 2020. Em agosto de 2021, o contrato foi encerrado com execução física de 93,74% dos serviços contratados. Entre os serviços previstos neste contrato, estavam o apoio social para a realocação das famílias e com a falta deste serviço o DNIT não prosseguiu com as ações judiciais que envolvem a desapropriação e reassentamento por dificuldades operacionais. O Empreendimento encontra-se concluído.



Segmento duplicado da BR-101/AL



Túneis concluídos na BR-381/MG

Secretaria de Nacional de Trânsito - SENATRAN

Dados Gerais da SENATRAN

Termos de autorização de acessos aos sistemas e subsistemas da SENATRAN (até 15 dezembro): 138

Municípios integrados ao SNT em 2022 (até 15 dezembro): 43 - Total de Municípios integrados: 1826

Órgãos aderidos ao RENAINF em 2022 (até 15 dezembro): 41 - Total Órgãos aderidos ao RENAINF: 1.666

Órgãos aderidos ao SNE em 2022 (até 16 dezembro): 55 / Total Ativos: 737

RENAVE (usados): 6 (seis) UF's aderidas: Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Mato Grosso, Goiás e Pernambuco

RENAVE (Zero Km): Todas as UF's já aderiram

RENAVE Zero km – fase 02 - veículos inacabados foi implantado em 09/08/2022, visando o cumprimento dos artigos 125 e 330 do Código de Trânsito Brasileiro, o art. 11 da Resolução CONTRAN nº 797, de 2 de setembro de 2020 e a Resolução CONTRAN nº 818, de 17 de março de 2021, onde passou-se a acompanhar no RENAVE todo o processo de encarroamento, implementação e complementação de veículos 0km com montagem inacabada. A ampliação do sistema RENAVE envolve empresas que comercializam veículos que necessitem de complementação, como concessionárias que vendem veículos inacabados; revendedores atacadistas que não possuem fábricas no Brasil e vendem veículos inacabados; implementadores, transformadores e encarroçadores que trabalham com veículos inacabados.

A inclusão dos veículos inacabados no **RENAVE Zero Km** cria dois cenários possíveis: a transferência de estoque para um implementador/encarroçador, para que finalize o veículo; ou a saída de estoque de um veículo inacabado para que o cliente procure um implementador/encarroçador.

Certificados de Adequação a Legislação de Trânsito (CAT): 5008 CAT's - Emitidos em 2022 (até 15/12/2022).

Certificados de Segurança Veicular (CSV): 1.810.451 emitidos em 2022 (até 15/12/2022).

Instituição Técnica Licenciada (ITL): 476 Instituições ativas em 2022 (até 15/12/2022).

Parcerias firmadas em 2022

WRI Brasil

Bases técnicas, operacionais e administrativas visando ao desenvolvimento de estudos e ações conjuntas nas áreas de segurança viária, trânsito e desenvolvimento urbano sustentável para os municípios brasileiros, com vistas a contribuir para a gestão e implementação do PNATRANS.

Associação Brasileira de Engenharia Automotiva – AEA

Bases técnicas, operacionais e administrativas para então promover o desenvolvimento de estudos e ações conjuntas na área de segurança veicular, com vistas a contribuir para a implementação do PNATRANS.

Observatório Nacional de Segurança Viária- ONSV

Aliança estratégica para desenvolver ações de comunicação, educação, capacitação, estudos, análises técnicas na área de segurança viária, aplicação de novas tecnologias, realização de pesquisas, implementação de campanhas de conscientização, visando reduzir mortes e acidentes de trânsito no Brasil.

Fundação MAPFRE

Implementação e desenvolvimento de campanhas de conscientização, visando reduzir mortes e acidentes de trânsito no Brasil.

Universidade de Brasília – UnB

Compartilhamento de dados de acidentes de trânsito constantes do RENAEST, para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltadas para a redução de acidentes de trânsito.

Instituto Nacional de Projetos para o Trânsito e Segurança - IMPROTRAN

Implementação e desenvolvimento de campanhas de conscientização, visando reduzir mortes e acidentes de trânsito no Brasil.

Secretaria de Nacional de Trânsito - SENATRAN

Parcerias firmadas em 2022

Ministério da Justiça e Segurança Pública - Conselho Nacional de Justiça - CNJ

Política de modernização e aperfeiçoamento do acesso à justiça, bem como promover a política de tratamento de bens apreendidos, por meio da disponibilização da ferramenta eletrônica RENAUD, versão WEB ou WS, por parte do MInfra, para utilização pelo CNJ.

Ministério de Desenvolvimento Regional - MDR

Ações voltadas à segurança no trânsito, ao fortalecimento e integração do Sistema Nacional de Trânsito, por meio do desenvolvimento de projetos de segurança viária, comunicação, educação e saúde para o trânsito, usuários vulneráveis, capacitação, estudos, materiais técnicos, eventos e oficinas técnicas, promovendo a gestão dessas políticas e formas para o seu financiamento, visando reduzir mortes e acidentes de trânsito no Brasil, tendo como parâmetro o PNATRANS.

Ministério da Cidadania - MC (Prorrogação)

Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Ministério da Cidadania, visando a Implementação de Programas e Ações de Comunicação, Educação e Informação relativas às consequências do uso de drogas lícitas e ilícitas no trânsito, de modo a promover a saúde e reduzir mortes e acidentes viários no Brasil.

Associação Nacional de Segurança Viária - ABSeV

Promoção do diagnóstico, sensibilização e confecção de projetos sustentáveis de segurança viária, utilizando os dados estatísticos fornecidos pelo RENAEST, para o desenvolvimento de pesquisas, documentos técnicos, manuais e eventos de capacitação, tendo como parâmetro o PNATRANS.

Acordo de Cooperação firmado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, Valec - Engenharia, Construções E Ferrovias S.A. - Infra S.A., Melhores Rodovias Do Brasil - ABCR, Associação Brasileira das Empresas de Engenharia de Trânsito - Abeetrans, Instituto Nacional de Projetos para o Trânsito e Segurança - Inprotran, Associação Brasileira de Segurança Viária - Absev, International Road Assessment Programme - Irap, e Observatório Nacional De Segurança Viária – ONSV.

Com o objetivo de realizar a conjugação de esforços entre os partícipes para compor uma agenda permanente pela segurança viária, com a colaboração de diversos atores, tendo por finalidade fomentar ações que contribuam para a prevenção de sinistros nas rodovias e estimular políticas públicas voltadas à segurança viária.

Acordo de Cooperação Técnica com a Polícia Rodoviária Federal (PRF)

Tem por objeto a colaboração mútua visando o intercâmbio de informações e ações de interesse dos partícipes, bem como a operacionalização de dados entre os sistemas informatizados da SENATRAN e da PRF, com o objetivo de aprimorar a base de dados para estatísticas de trânsito.

Acordo de Cooperação Técnica com o DETRAN/RO

Visa a promoção do diagnóstico, sensibilização, com vistas à elaboração e execução de projetos sustentáveis de segurança, trânsito e mobilidade urbana, baseados nos dados estatísticos fornecidos pelo RENAEST.

Acordo de Cooperação Técnica com o DETRAN/MS

Tem o objetivo de promover o intercâmbio de experiências e de informações, a operacionalização de dados entre sistemas informatizados, o desenvolvimento de projetos de sistemas, além de capacitações relacionadas à segurança, educação e meio ambiente para o trânsito.

Acordo de Cooperação Técnica com o DETRAN/PR

Tem o de promover ações de educação, saúde, meio ambiente e segurança para o trânsito, em colaboração mútua, por meio do intercâmbio de informações, da construção de projetos de ensino, da cessão, compartilhamento e desenvolvimento de sistemas informatizados, em consonância com o PNATRANS.

Acordo de Cooperação Técnica com o DETRAN/MG

Tem o de promover o intercâmbio de experiências e de informações, a operacionalização de dados entre sistemas informatizados, e o desenvolvimento de projetos de sistemas que busquem, por meio da transformação digital, trazer soluções para a atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres.

Secretaria de Nacional de Trânsito – SENATRAN

Transformação Digital

Desburocratização, simplificação e a redução de tempo e de custos, permitindo a agilidade e universalidade na prestação de serviços públicos.

Em 2022 foi lançado o novo aplicativo da Carteira Digital de Trânsito (CDT) e houve o lançamento do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV-e) e da Autorização para Transferência de Veículo Automotor (ATPV-e), ambos em formato digital, em substituição aos documentos em papel moeda.

Outras ações:

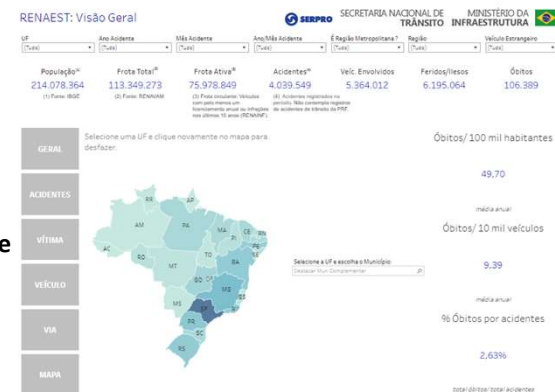
Venda Digital – Nova funcionalidade do aplicativo da Carteira Digital de Trânsito (CDT), que permite a assinatura digital da Autorização para Transferência de Propriedade de Veículos (ATPV-e) pelo vendedor e comprador e a comunicação automática da venda. 15 UF's aderiram: Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Paraná, Ceará, Roraima, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Acre, Mato Grosso, Sergipe, Pará, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rondônia e São Paulo.



Em 22/09/2022 foi lançado o **novo layout** da app da CDT, onde o design foi reformulado disponibilizando para o cidadão uma nova versão mais amigável e intuitiva; além disso, a solução de liveness foi reformulada tornando o processo de reconhecimento facial mais simples, melhorando a usabilidade do app da CDT.

RENAEST

Painel do **Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito** com a consolidação da base nacional.



Secretaria de Nacional de Trânsito – SENATRAN

Carteira Digital de Trânsito - CDT

Venda e a comunicação automática da venda.

Revisão do processo de formação do condutor

Alteração da Resolução que regulamenta o processo para obtenção, renovação e adição de categoria da Carteira Nacional de Habilitação - CNH, com o objetivo de simplificar o processo, reduzir custos, incorporar novas tecnologias e melhorar a formação dos condutores

E-frotas

Solução criada pela SENATRAN que permite a consulta massiva de dados de automóveis de frotas, infrações e dados de pagamentos, a indicação de real infrator e do condutor, com integração nas bases de dados governamentais, gerando painéis e relatórios de informação.

Carteira Digital de Trânsito - CDT

Venda Digital: Nova funcionalidade incorporada ao aplicativo da CDT que permite a assinatura digital da Autorização para Transferência de propriedade de veículos (ATPV-e) pelo vendedor e comprador e a comunicação automática da venda.

Registro Nacional Positivo de Condutores - RNPC

Disciplinado pela Resolução CONTRAN nº 975, de 2022, o RNPC refere-se ao cadastro inovador no Brasil que visa valorizar as boas práticas dos condutores e estimular o respeito às leis de trânsito, trazendo maior segurança para as vias brasileiras.

Registro Nacional de Veículos em Estoque - RENAVE

Implantação de sistema de gerenciamento e controle de veículos em estoque, com o objetivo de viabilizar a escrituração eletrônica dos livros de registro de movimento de entrada e saída de veículos, nas seguintes fases:

- Fase I - Veículos 0 km
- Fase II - Veículos inacabados
- Fase III - Venda direta



Tem o propósito de chamar a atenção para o alto índice de mortos e feridos no trânsito e para as medidas que devem ser tomadas para reverter esse quadro, envolvendo campanhas com estatísticas, informações gerais, dicas, orientações, mensagens de conscientização, veiculadas durante todo o mês de maio com webinar e artes divulgadas nas redes sociais.



Curso Visão Zero: Realização de três turmas do Curso Visão Zero para capacitação de agentes do sistema de trânsito do Governo do Brasil, de diferentes instituições, para o fortalecimento da segurança viária através do conceito de Sistema Seguro e Visão Zero para a posterior execução de políticas e ações de segurança da mobilidade.



Encontro Regional de Educadores do Sistema Nacional de Trânsito - Educatran Regional 2022 - Foram cinco encontros, um em cada região do país, com o objetivo de aproximar o órgão máximo executivo da União junto às entidades e órgãos do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), especificamente no campo da educação para o trânsito, identificando desafios e buscando a construção de uma agenda conjunta de ações coordenadas para a educação para o trânsito em âmbito nacional, tendo como base o PNATRANS.



Contamos com o engajamento de todos, pois juntos salvamos vidas!

Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito - Pnatrans

Foi criado em 2018 para orientar os gestores de trânsito do nosso país a implementarem ações com o objetivo de reduzir mortes e lesões no trânsito.

Encontros Regionais de Gestão Municipal do Trânsito e Segurança Viária – Têm por finalidade apresentar aos prefeitos, autoridades de trânsito e gestores municipais de trânsito ferramentas de gestão, integradas aos princípios do Visão Zero e às ações do PNATRANS, para fomentar a segurança no trânsito e o desenvolvimento da mobilidade urbana nos municípios.

Painel PNATRANS - ferramenta desenvolvida pela SENATRAN com o objetivo de facilitar a implantação, a gestão e o monitoramento do PNATRANS, aos órgãos e entidades de trânsito que possuem ações sob sua responsabilidade para auxiliar no planejamento e na definição da estratégia de execução do PNATRANS. O Portal funciona também como ferramenta de acompanhamento da agenda da Câmara Temática de Gestão e Coordenação do PNATRANS - CTPNAT. Tal ferramenta pode ser acessada por meio do link: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/pnatrans>

Visitas a **todas as Unidades Federativas** para assinatura do **Termo de Compromisso** para implantação do PNATRANS



Câmara Temática

Instituída **Câmara Temática de Gestão e Monitoramento** do PNATRANS



Secretaria de Nacional de Trânsito - SENATRAN

Publicação da Agenda Regulatória 2022

Edição de normativo que contempla a relação dos **49 temas** de cunho regulatório a serem debatidos pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e pela Secretaria Nacional de Trânsito - SENATRAN no ano de 2022, com o objetivo de conferir transparência, previsibilidade e segurança jurídica no processo regulatório.



Principais Resoluções CONTRAN 2022 - Segurança viária e veicular

- nº 882 – Estabelece limites de pesos e dimensões para veículos com Semi Reboques dotado de 4º Eixo
- nº 956 - Designa requisitos para produção de veículos tipo semirreboque com eixo elétrico auxiliar e sua instalação
- nº 789 - Revisão Formação de Condutores
- nº 973 – Institui Regulamento de Sinalização Viária

Desburocratização

Foram revisadas

- ✓ 594 Resoluções
- ✓ 266 Portarias

Secretaria Nacional de Trânsito - SENATRAN

Semana Nacional de Trânsito

Realizada **anualmente entre os dias 18 e 25 de setembro**, envolvendo ações com o objetivo de conscientizar todos os envolvidos no dia a dia do trânsito, sejam eles motoristas, passageiros, motociclistas, ciclistas ou pedestres.



1º Seminário Internacional de Segurança Viária

Evento para debater e compreender os elementos e processos para dinamizar as ações preventivas dos acidentes de trânsito, com o objetivo de promover a participação ativa cidadã e alcançar a meta de ZERO mortes no trânsito.



Prêmio SENATRAN

Tem o objetivo de incentivar a sociedade brasileira a realizar **produções técnicas, científicas e artísticas** com temáticas voltadas ao trânsito.



PROJETOS ESTRATÉGICOS

11

PROJETOS

2.1 Programa: Programa de Fomento e Melhoria do Ambiente de Negócios

✓	• Revisão da lei Nº 12431-2011	100%
✓	• Revisão dos processos de debêntures e REIDI	100%
	• Participação do MINFRA no FDIRS	91%
	• Acompanhamento do PL nº 2646_2020	67%

2.2 Programa de Reordenação Institucional do Setor

✓	• Liquidação CODOMAR	100%
✓	• Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	100%
✓	• Projeto Infra S/A	100%
	• Desestatização da Autoridade Portuária de Santos (SPA)	74%
	• CODEBA - Porto Organizado de Salvador- Aratu Candeias	10%
	• Desestatização Companhia Docas do Pará e Portos Organizados de Belém, Vila do Conde e Santarém	5%
	• Desestatização Companhia Docas do Rio de Janeiro e Portos Organizados do Rio de Janeiro, de Itaguaí, de Niterói e de Angra dos Reis	5%

Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias - SFPP

Departamento de Fomento e Desenvolvimento da Infraestrutura - DEFOM

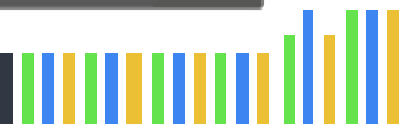
PROJETOS ESTRATÉGICOS – Destaques de 2022

Desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA:

- => Leilão ocorrido na data de 30/03/2022;
- => Assinatura do contrato de concessão na data de 20/09/2022;
- => Bonificação de outorga de R\$ 106 milhões.

Projeto Infra S/A

- => Realizada, em 30 de setembro de 2022, a Assembleia Geral de Acionistas para aprovação da operação societária de incorporação da EPL pela VALEC.
- => Nos termos do Decreto nº 11.081, de 24 de maio de 2022, foi autorizada a incorporação da Empresa de Planejamento e Logística S.A. pela Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.



08
PROJETOS



3.1 Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC)

- Receita do Fundo Nacional de Aviação Civil R\$ 909,61 milhões;
- Total pago R\$ 118, 08 milhões (restos a pagar pagos + despesas pagas);
- 8 empreendimentos concluídos: Aeroportos de Linhares, de Santana do Paraíso, de Fernando de Noronha, de Oriximiná, de Carauari, de Caruaru, de Jacareacanga e de Tucuruí.

64
PROJETOS



3.2 Fundo da Marinha Mercante (FMM)

- Receita do Fundo da Marinha Mercante de R\$ 7,5 bilhões;
- Desembolso de recursos do FMM de R\$ 609,2 milhões;
- Entrega de 64 projetos com auxílio financeiro do Fundo da Marinha Mercante (FMM)**;
 - 59 reparos;
 - 3 embarcações de Apoio Marítimo;
 - 1 embarcação de Apoio Portuário; e
 - 1 embarcação de Navegação Interior.
- 84 projetos com auxílio financeiro da Conta Vinculada (AFRMM)**, liberação de R\$ 505,98 milhões:
 - 69 reparos; e
 - 15 embarcações de Navegação de Interior.
- Sistema Mercante:
 - Conclusão do novo módulo de processamento e cálculo do Rateio da Conta Especial do AFRMM.
 - Em continuidade à implantação de nova consulta para acompanhamento da situação do Ressarcimento do AFRMM Administrado pela Receita Federal.



**Fonte: relatório trimestral.

Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias - SFPP

Departamento de Fomento e Desenvolvimento da Infraestrutura - DEFOM

Fundos Nacional de Aviação Civil (FNAC)

Fomento à Aviação Civil – FNAC

Execução Orçamentária

Lei Orçamentária Anual - LOA/2022

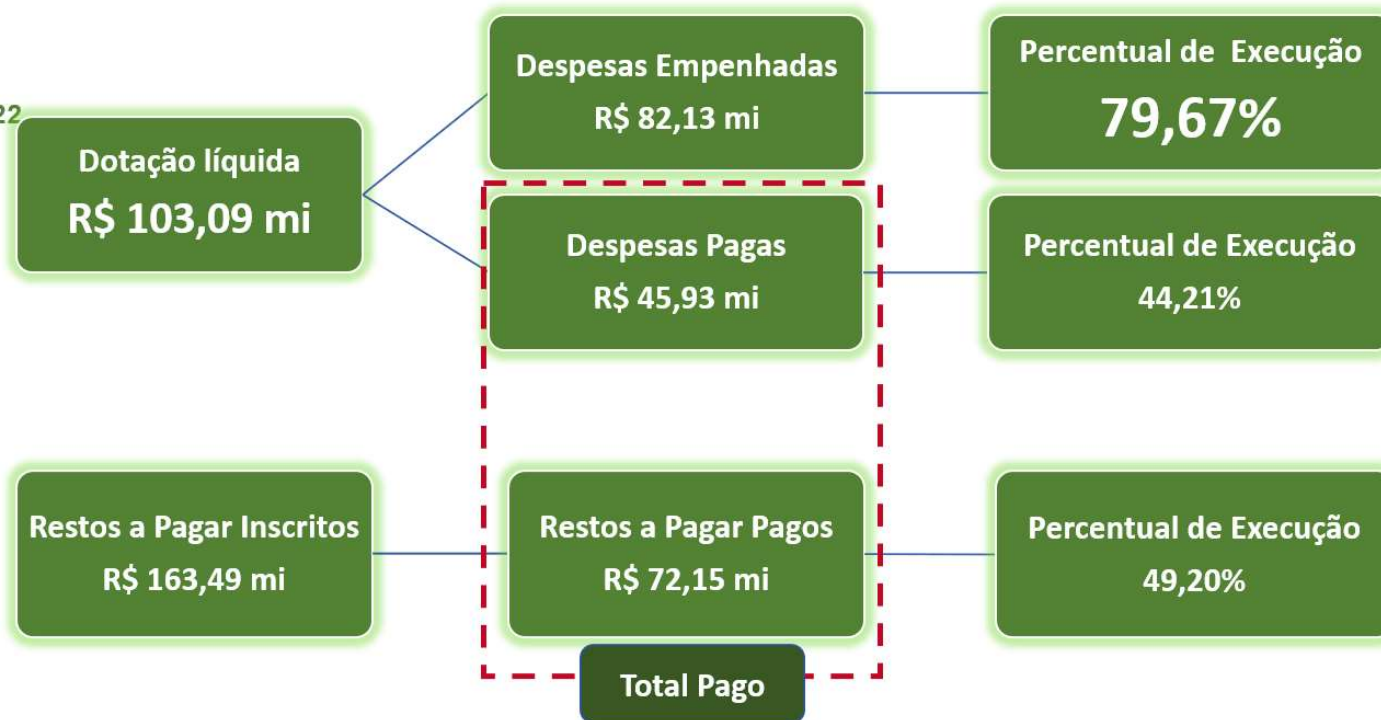
(Dotação Atualizada)

Recursos destinados ao FNAC

R\$ 138,85 mi



Restos a Pagar Pagos no
exercício

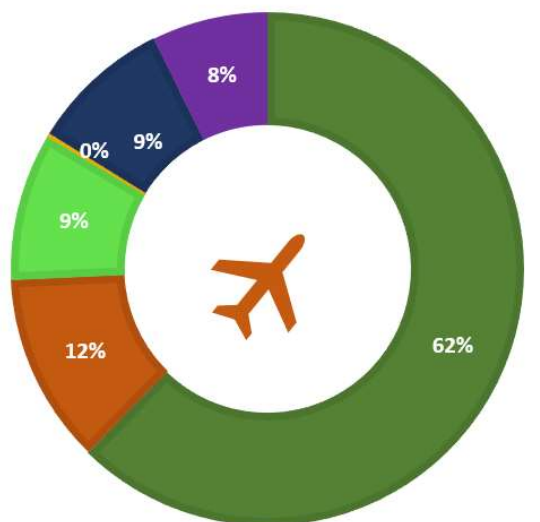


Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias - SFPP

Departamento de Fomento e Desenvolvimento da Infraestrutura - DEFOM

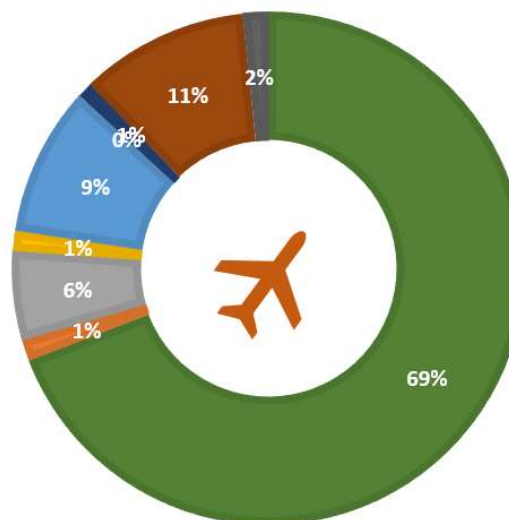
Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC)

DETALHAMENTO DAS DESPESAS PAGAS



14UB 210F 15UX 2000 20UC 15V2

DETALHAMENTO DOS RESTOS A PAGAR PAGOS



14UB 14UC 15UX 15V1 15V2 2000 20SW 210F 211I

Ação 2000

Administração da Unidade

Ação 14 UB

Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional

Ação 210 F

Desenvolvimento da Aviação Civil

Ação 211 I

Elaboração de Estudos, Pesquisas e Diagnósticos de Aviação

Ação 20 UC

Estudos e Projetos

Ação 20 SW

Formação e Capacitação de Profissionais da Aviação Civil

Ação 20 SW

Reforma e Reaparelhamento de Aeroporto de COARI/AM

Ação 15V2

Reforma e Reaparelhamento de Aeroporto civil de Alcantara/MA

Ação 14 UC

Reforma e Reaparelhamento das Infraestruturas Aeronáutica, Civil e Aeroportuária de Interesse Federal

Ação 15V1

Instalação de equipamentos de auxílio de navegação aérea

Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias - SFPP

Departamento de Fomento e Desenvolvimento da Infraestrutura - DEFOM

Fundos da Marinha Mercante (FMM)

Fundo da Marinha Mercante



Entrega

64 projetos:

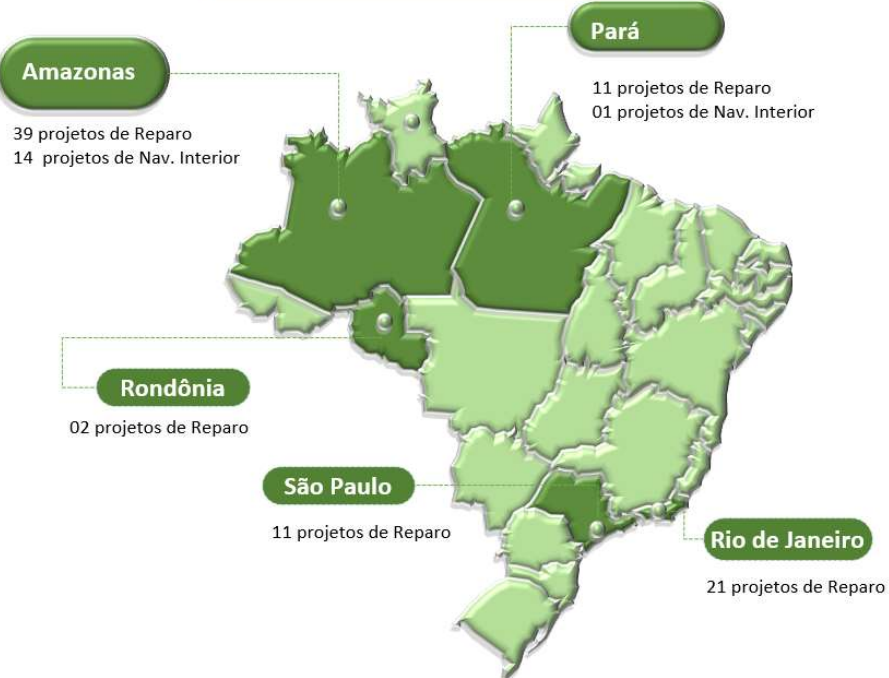
59 Reparos;
3 embarcações de Apoio Marítimo;
1 embarcação de Apoio Portuário; e
1 embarcação de Navegação Interior.

Desembolsos

Valores em 2022:

R\$ 609,2 mi

Contas Vinculadas



Conclusão

84 projetos concluídos*:

69 reparos; e
15 embarcações de Navegação Interior.

Desembolsos

Valores em 2022:

R\$ 609,20 mi

*Fonte: relatório trimestral.

Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias - SFPP

Este tópico apresenta resumidamente os resultados alcançados, em 2022, do Ministério da Infraestrutura, alguns com aderência aos objetivos do Planejamento Estratégico, outros coincidentes com os atributos do Plano Plurianual - PPA 2020-2023.

A seguir, a Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias - SFPP apresenta o panorama geral das realizações de parcerias do MInfra em 2022.

Resultados - Portfólio de Concessões

Total: 21 ativos

R\$ 29,4 bi em investimentos

R\$ 7,17 bi em outorgas

436 mil empregos previstos*

Programa de concessões de Aeroportos		Programa de arrendamentos portuários		Programa de concessões ferroviárias		Programa de concessões de rodovias	
Projeto	Outorga Vencedor	Projeto	Outorga Vencedor	Projeto	Outorga Vencedor	Projeto	Outorga Vencedor
Bloco Aviação Geral RJ-SP (2)	\$141,4 milhões XP Infra	STS11	R\$ 10 MI Cofco Internacional	Renovação MRS	R\$ 4,3 Bi ----	Rio-Valadares(BR - 116/493/465 /RJ/MG)	-- MI Eco 153
Bloco Norte II (2)	121 milhões Novo Norte	SUA07	R\$ 15 mil SUA Granéis				
Bloco SP-MS-MG (11)	5,8 bilhões Aena Desarrollo	PAR 32	R\$ 30 MI FTS Participações				
Total: 15 aeroportos		Total: 3 arrendamentos		Total: 1 concessão		Total: 1 concessões	
Investimentos: R\$ 7,2 bilhões		Investimentos: R\$ 1,2 bilhão		Investimentos: R\$ 9,7 bi		Investimentos: R\$ 11,3 bi	
Outorga total: R\$ 2,71 bilhões		Outorga total: R\$ 161 milhões		Outorga: R\$ 4,3 Bi			

R\$ 29,40 bilhões

Investimentos

R\$ 7,17 bilhões

Outorgas

21 ativos

Rodovias

1 concessão

R\$ 11,3 bilhões em investimentos

Ferrovias

1 concessão

R\$ 9,7 bilhões em investimentos

Portos

3 arrendamentos

1 Desestatização

R\$ 1,2 bilhão em Investimentos

Aeroportos

15 aeroportos concedidos (3 blocos)

R\$ 7,2 bilhões em investimentos



*Leilões realizados

Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias - SFPP

Projetos Concluídos – Rodovias e Ferrovias

R\$ 21 bilhões

Investimentos

R\$ 4,3 bilhões

Outorgas

Rodovias

1 concessão

Investimentos: R\$ 11,3 bilhões

Extensão: 726,9 km de rodovias concedidas

Previsão de mais de 154.000 empregos gerados ao longo da concessão**

Ferrovias

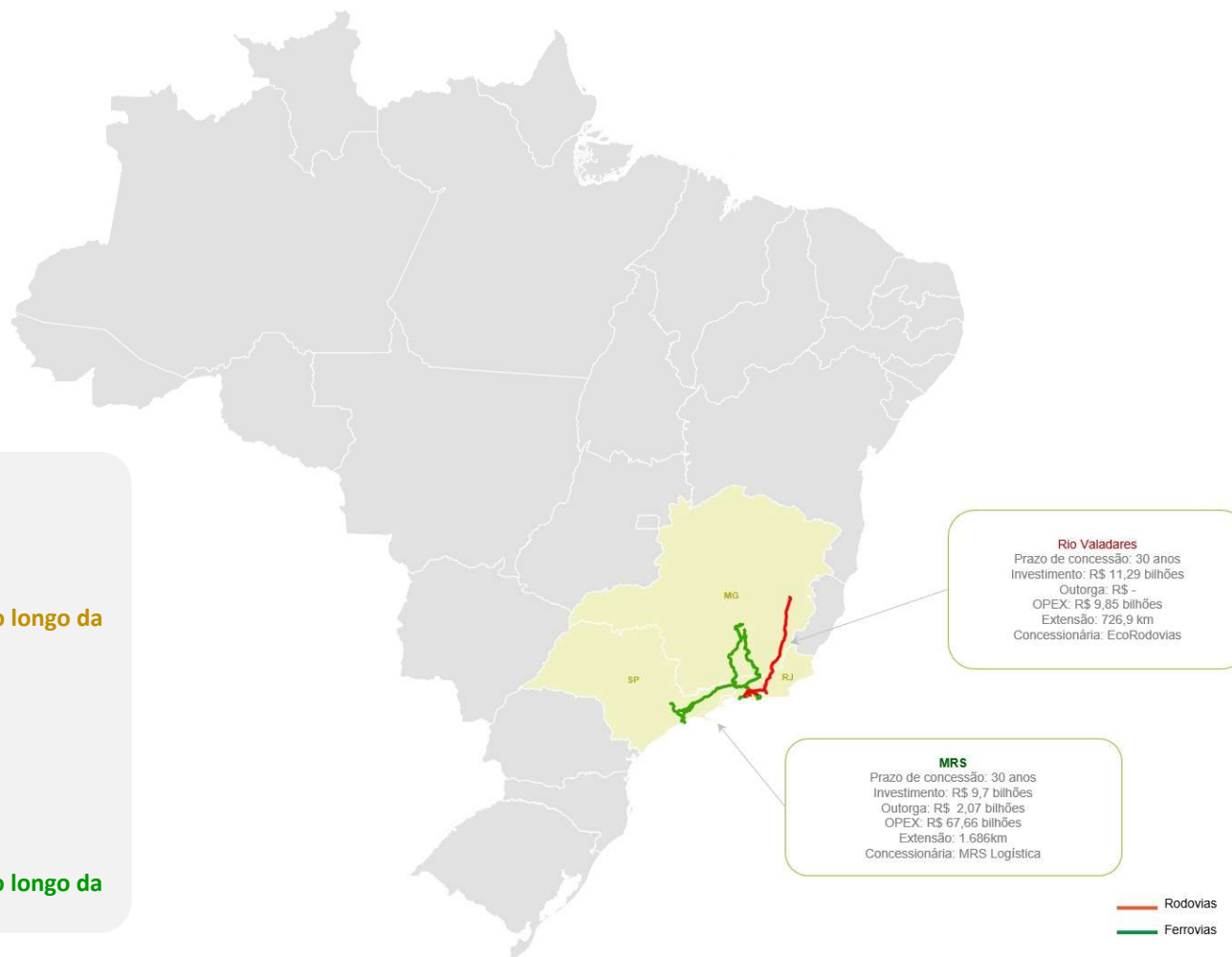
1 concessão

Investimentos: R\$ 9,7 bilhões

Outorgas: R\$ 4,3 bilhões

Extensão: 1.686 km de ferrovias concedidas

Previsão de mais de 256.000 empregos gerados ao longo da concessão**



*BR-116/493/465/RJ/MG (Rio-Valadares) não possui valor de outorga

**Empregos diretos, indiretos e efeito-renda ao longo dos contratos

Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias - SFPP

Projetos Concluídos – Portos

R\$ 1,2 bilhão

Investimentos

R\$ 161 milhões

Outorgas

Portos

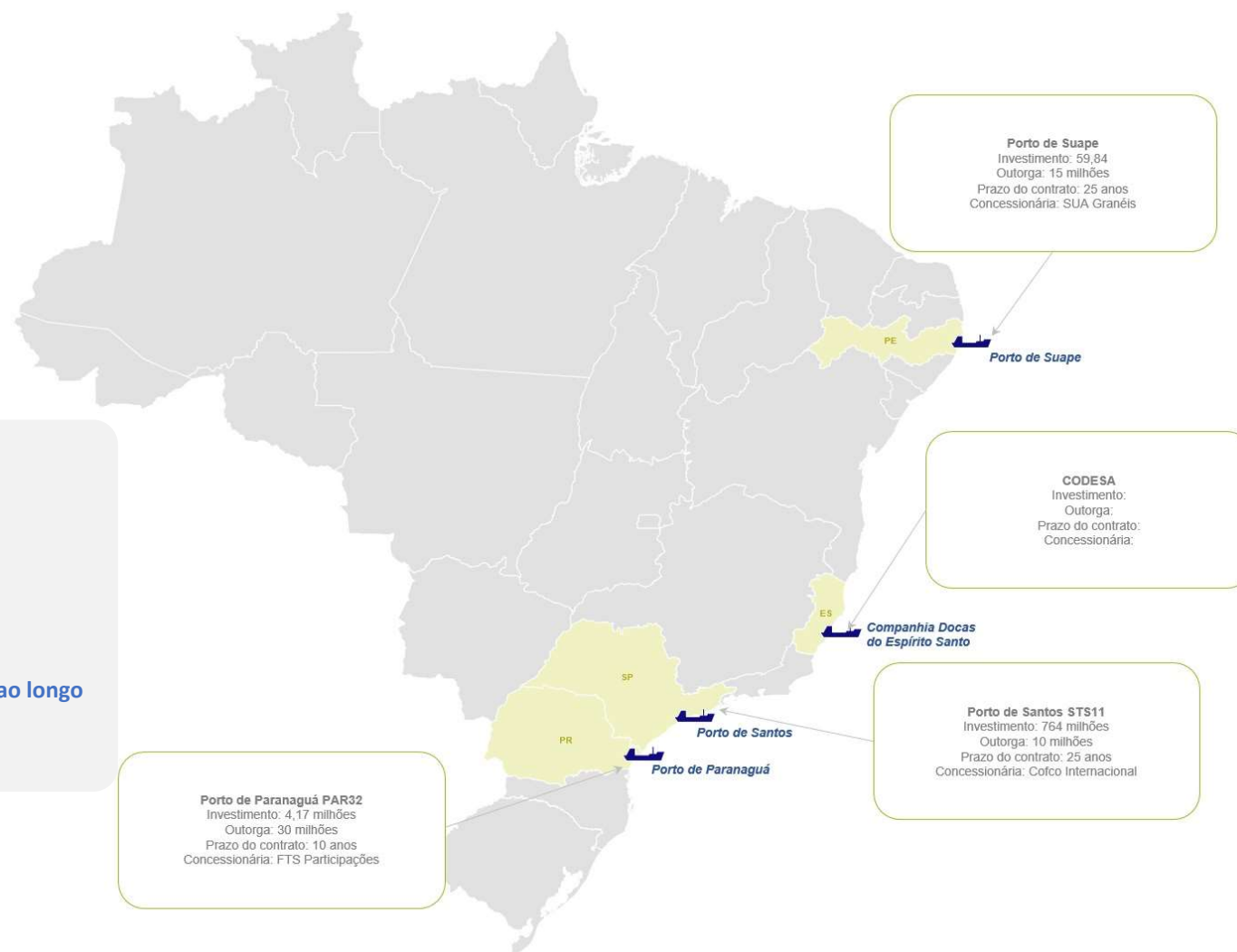
3 arrendamentos

1 Desestatização

Investimentos: R\$ 1,2 bilhão

Outorgas: R\$ 161 milhões

Previsão de mais de 11.353 empregos gerados ao longo dos contratos*



*Empregos diretos, indiretos e efeito-renda ao longo dos contratos

Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias - SFPP

Projetos Concluídos – Aeroportos

R\$ 7,2 bilhões

Investimentos

R\$ 2,71 bilhões

Outorgas

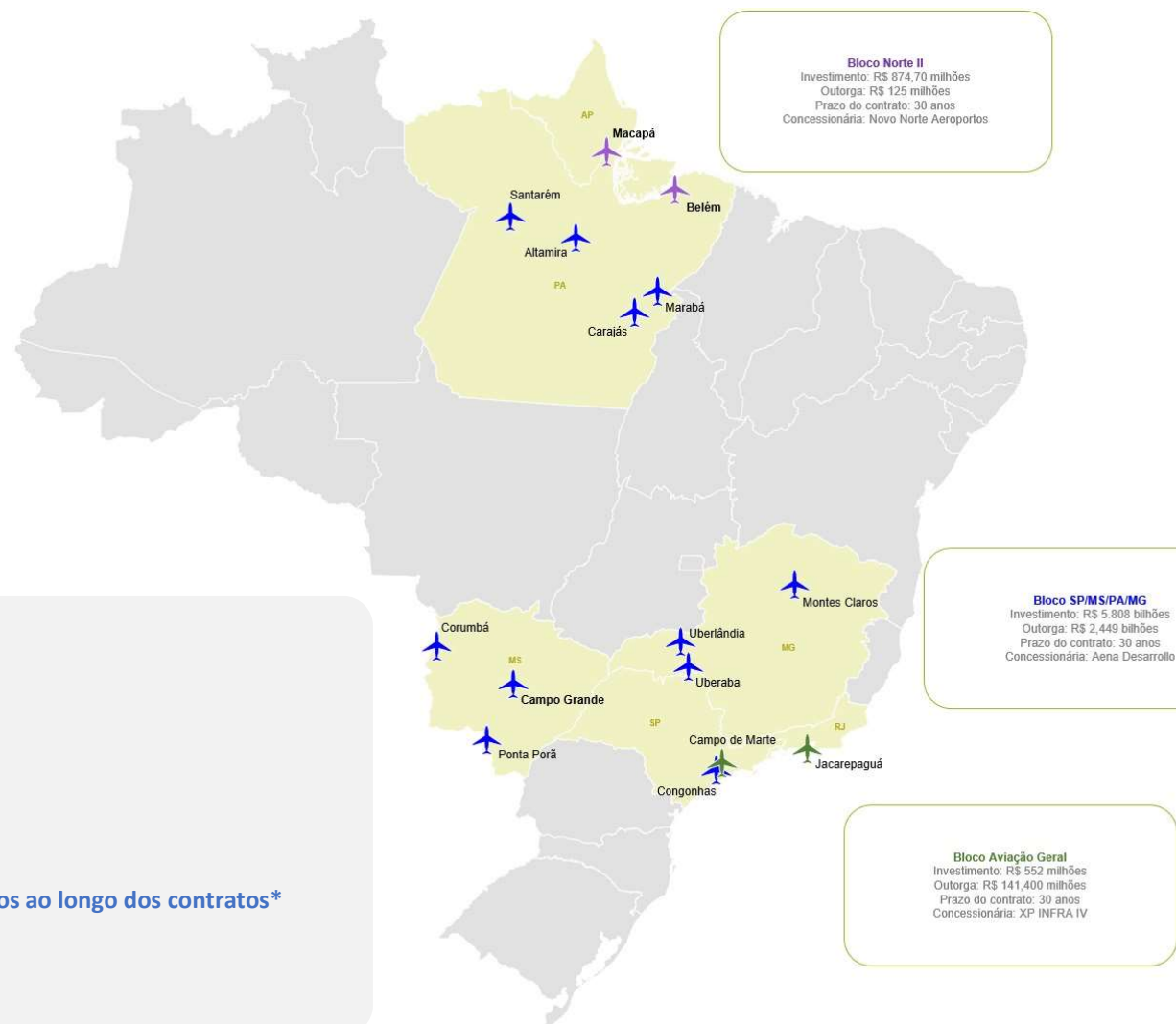
Aeroportos

15 aeroportos concedidos (3 blocos)

Investimentos: R\$ 7,2 bilhões

Outorgas: R\$ 2,71 bilhões

Previsão de mais de 99.000 empregos gerados ao longo dos contratos*



*Empregos diretos, indiretos e efeito-renda ao longo dos contratos. Estimativa em jan/22.

Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias - SFPP

Em 2022, o MInfra elaborou e entregou importantes projetos qualificados no Programa de Parcerias de Investimentos - PPI 2022 do governo federal, distribuídos em rodovias, ferrovias, aeroportos e portos, como pode ser visto detalhadamente a seguir:

PROJETOS QUALIFICADOS NO PROGRAMA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS (PPI)

- **Qualificação em atendimento à Resolução 135: 21 ativos**
 - 15 Aeroportos – 03 blocos da 7ª Rodada de concessões:
 - Aviação Geral (2)
 - Norte II (2)
 - SP/MS/PA (11)
 - 6 lotes de Rodovias Integradas do Paraná
- **Qualificação de 4 terminais portuários para fins de arrendamento**
 - SFS201: Arrendamento de terminal de carga geral no Porto de São Francisco do Sul/SC
 - POA11: Arrendamento de terminal de granéis sólidos no Porto de Porto Alegre/RS
 - VDC04: Arrendamento de terminal de granéis sólidos minerais no Porto de Vila do Conde/PA
 - TGS02: Arrendamento de terminal de granel sólido mineral no Porto de Itaguaí/RJ
- **Relicitação**
 - Rota do Oeste (BR-163/MT - BR-163 e MT-407 do MS-MT-220) - 850km
- **Inclusão no PND**
 - Autoridade Portuária de Santos (SPA)
 - Companhia Docas do Rio de Janeiro/RJ
 - Companhia Docas do Pará

Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias - SFPP

Projetos Qualificados em 2022

R\$ 54 milhões*

Investimentos previstos

5 ativos

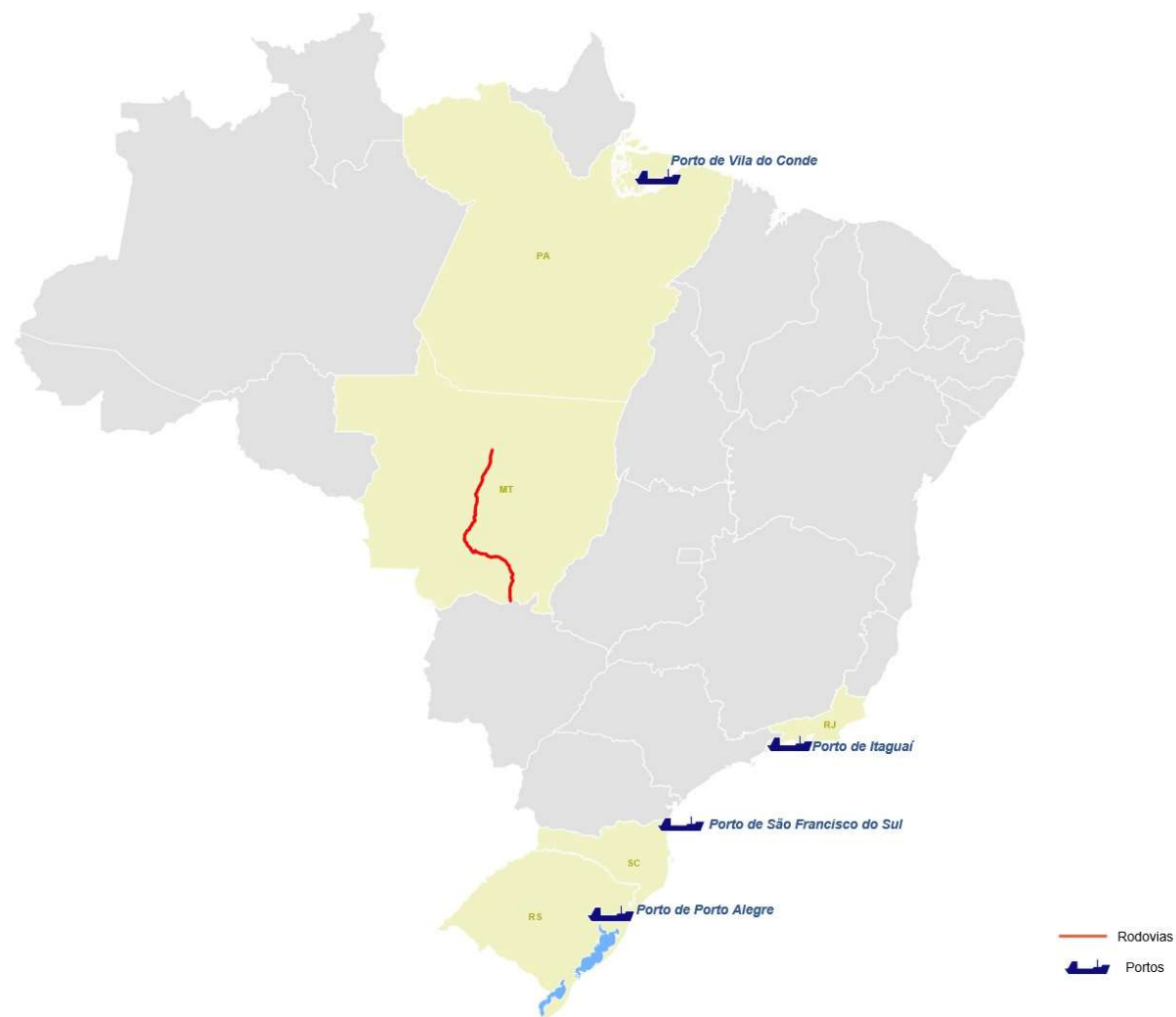
Rodovias

1 Relicitação

850 km de rodovias

Portos

4 arrendamentos portuários



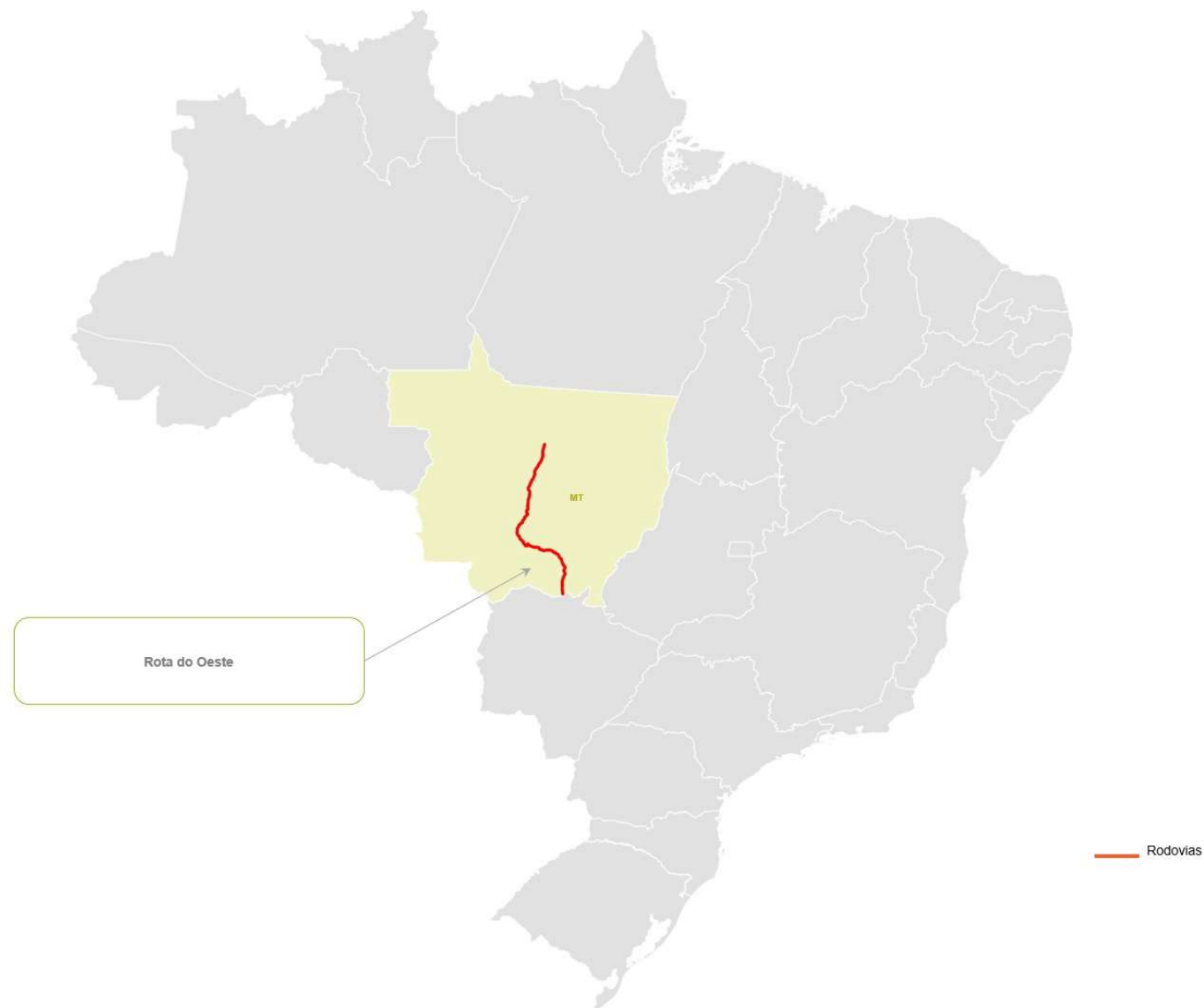
*Investimentos previstos com arrendamento dos 4 terminais portuários

Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias - SFPP

Projetos Qualificados - Rodovias

R\$ em estudos*

Investimento previsto



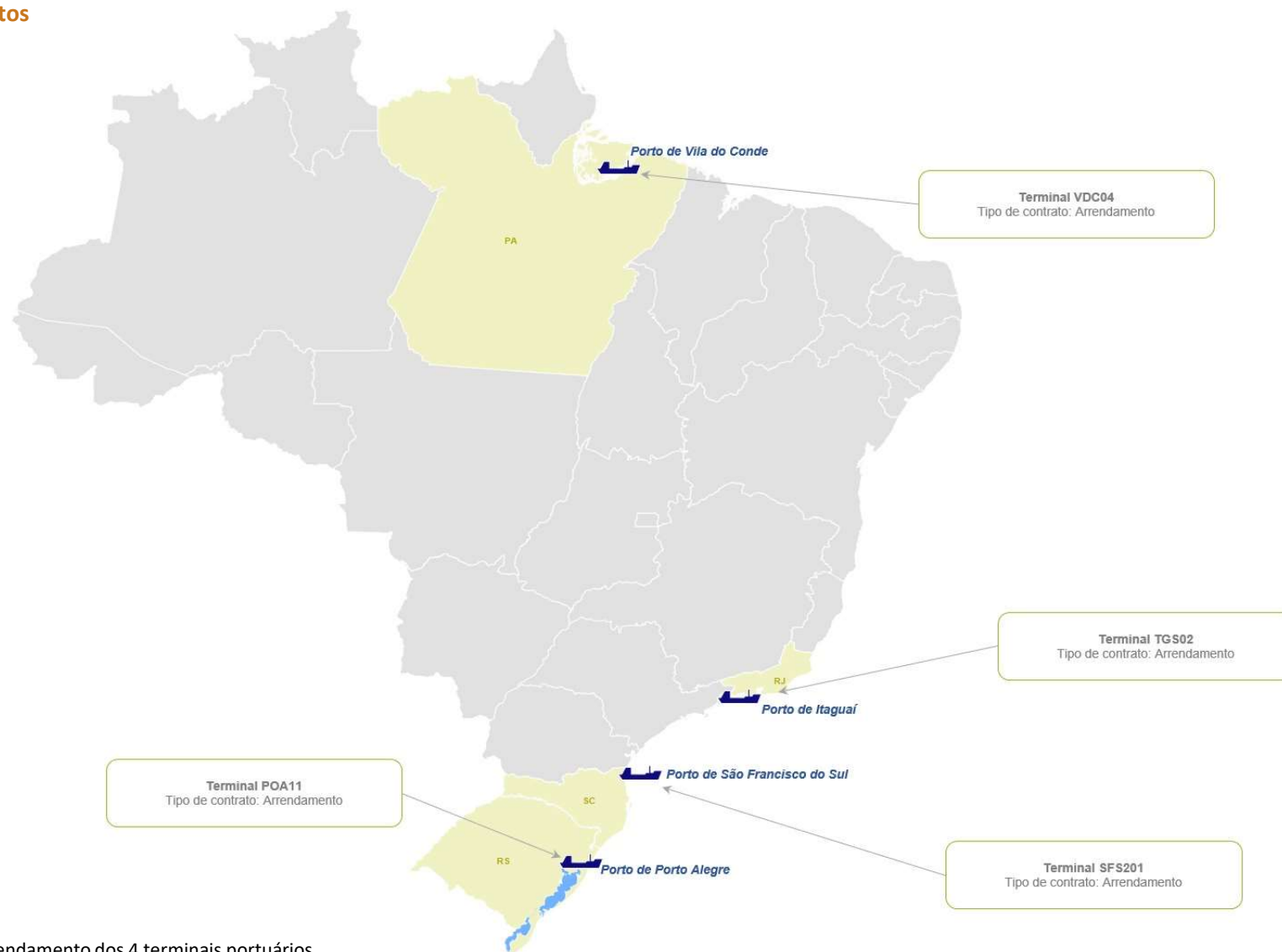
*Valor de investimento previsto está em estudo

Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias - SFPP

Projetos Qualificados - Portos

R\$ 54 milhões*
Investimentos previstos

4 ativos



*Investimentos previstos com o arrendamento dos 4 terminais portuários

REIDI

18

PROJETOS

18 projetos de REIDI aprovados

4 setor ferroviário

4 setor rodoviário

10 setor portuário

Impacto do benefício estimado de
R\$ 1,25 bilhão.

Projetos aprovados 2022	Valor total do impacto do benefício estimado (R\$ bilhão)
Ferrovias	0,43
Rodovias	0,66
Portos	0,16
Total	1,25



Ferroviário

- Rumo S/A.
- Rumo Malha Paulista S. Arumo Malha Paulista S.A.
- Rumo Malha Norte S.A
- Bracell SP Celulose LTDA



Rodoviário

- Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A
- ECORIOMINAS Concessionária de Rodovias S.A.
- Via Brasil BR 163 Concessionária de Rodovias S.A.
- ViaPaulista S/A.



Portuário

- Itapoá Terminais Portuários S.A.
- Petróleo Sabbá S/A (2 projetos).
- PORTOCEL – Terminal Especializado de Barra do Riacho S.A.
- Santos Brasil Participações S.A. (3 projetos)
- TES - Terminal Exportador de Santos S.A.
- ULTRAFÉRTIL S.A.
- Vibra Energia S.A.

Debêntures Incentivadas

14
PROJETOS

14 projetos de Debêntures aprovados

6 setor rodoviário

6 setor ferroviário

1 setor portuário

1 setor aeroportuário

R\$ 6,2 bilhões

Valor emitido

R\$ bilhões	Rodovias	Ferrovias	Portos	Aeroporto	Total
Volume de Debêntures Incentivadas emitidas em 2022	3,39	0	1,56	1,28	6,2



Rodoviário

- Via Brasil BR 163 Concessionária de Rodovias S.A.
- Concessionária Rodovias do Tietê - Em Recup. Judicial
- Concessionária Rota de Santa Maria S.A.
- Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.
- Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.
- Autopista Fernão Dias S/A.



Ferrovário

- FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.
- MRS Logística S.A.
- Rumo Malha Paulista S.A.
- Rumo Malha Norte S.A.
- Rumo Malha Sul S.A.
- Vale S.A.



Portuário

- CSN Mineração S.A.



Aeroportuário

- Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A

Principais Entregas/Resultados

Resultado do Setor Portuário em 2022



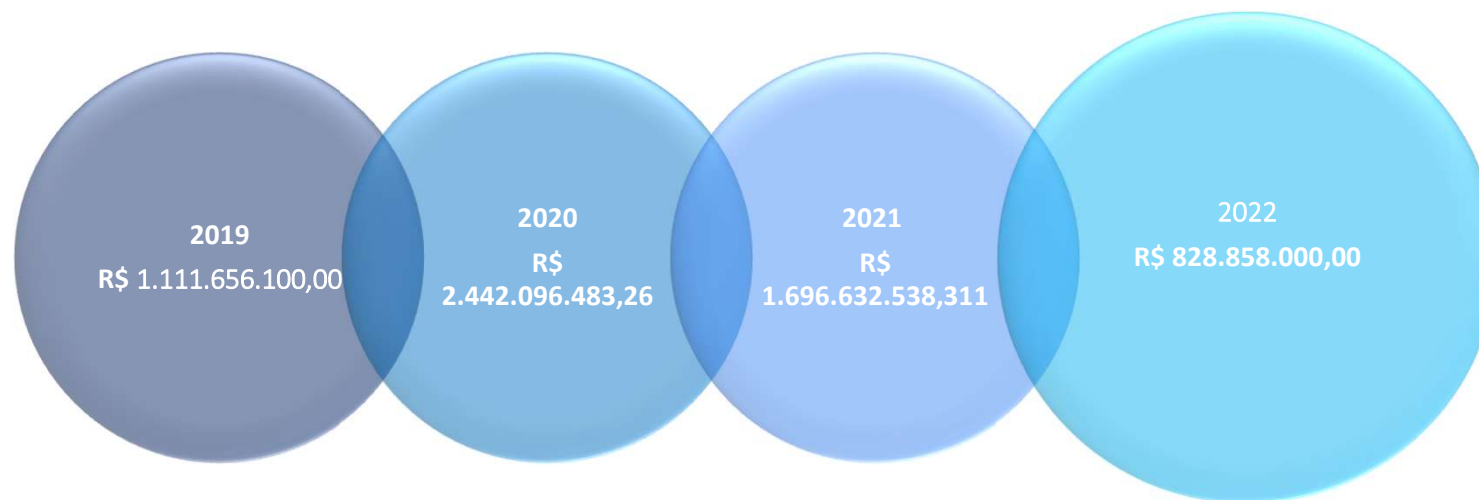
*Fonte ANTAQ (site ANTAQ 20/12/2022).



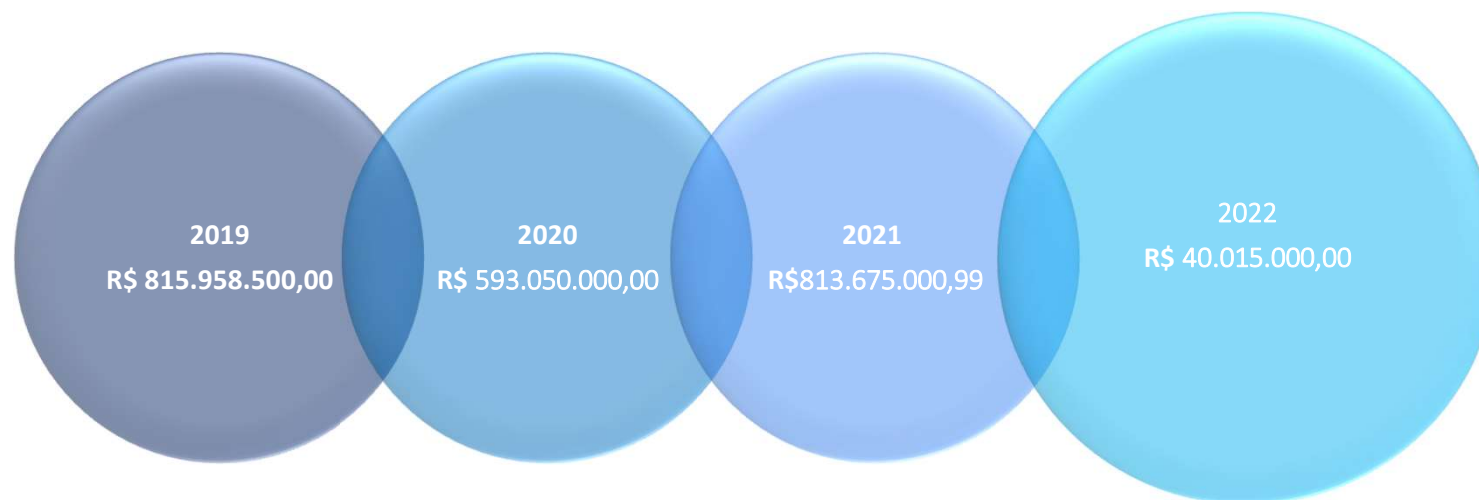
Arrendamentos Realizados - Ano 2022					
#	Cód.	Localização	Vocação	CAPEX (R\$)	BID (R\$)
1	STS	Santos/SP	Granel Vegetal	R\$ 764.846.000,00	R\$ 10.000.000,00
2	SUA 07	Suape/PE	Granel Mineral e Carga Geral	R\$ 59.842.000,00	R\$ 15.000,00
3	PAR32	Paranaguá/PR	Carga Geral	R\$ 4.170.000,00	R\$ 30.000.000,00
TOTAL				R\$ 828.858.000,00	R\$ 40.015.000,00

Arrendamentos Realizados

C
A
P
E
X



B
I
D



Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA

Arrendamentos Previstos para 2023

R\$ 5.857.637.921,02

#	CÓD.	PERFIL	PORTO	CAPEX	PREVISÃO LEILÃO
1	MUC59	Combustíveis líquidos	Mucuripe/CE	R\$ 193.335.000,00	1T2023
2	TMP	Terminal Marítimo de Passageiros	Mucuripe/CE	R\$ 3.191.000,00	1T2023
3	MAC11	Combustíveis líquidos	Maceió/AL	R\$ 29.375.802,00	1T2023
4	MAC11A	Combustíveis líquidos	Maceió/AL	R\$ 87.299.769,00	1T2023
5	MAC12	Combustíveis líquidos	Maceió/AL	R\$ 26.954.159,00	1T2023
6	VDC04	Granel Sólido Mineral	Vila do Conde/PA	R\$ 4.200.000,00	1T2023
7	POA11	Granel Sólido Vegetal	Porto Alegre/RS	R\$ 4.300.000,00	1T2023
8	POA02	Granel Sólido Vegetal	Porto Alegre/RS	R\$ 17.817.960,00	1T2023
9	MAC15	Granel Sólido Mineral (sal)	Maceió/AL	R\$ 39.860.000,00	1T2023
10	PAR50	Combustíveis líquidos	Paranaguá/PR	R\$ 338.192.000,00	1T2023
11	RIG71	Granel Sólido Vegetal (Arroz)	Rio Grande/RS	R\$ 48.876.197,97	2T2023
12	POA01	Granel Sólido Vegetal	Porto Alegre/RS	R\$ 41.225.879,26	2T2023
13	RDJ06	Combustíveis líquidos	Rio de Janeiro/RJ	R\$ 48.045.000,00	2T2023
14	MAC16	granel sólido mineral	Maceió/AL	R\$ 6.939.911,40	2T2023
15	VDC10/10A	Granel Mineral/Líquido	Vila do Conde/PA	R\$ 1.160.801.000,00	2T2023
16	PAR14	Granel Sólido Vegetal	Paranaguá/PR	R\$ 529.299.000,00	3T2023
17	PAR15	Granel Sólido Vegetal	Paranaguá/PR	R\$ 662.887.000,00	3T2023
18	STS33	TRA - Carga Geral e Contêiner	Santos/SP	R\$ 34.693.000,00	3T2023
19	SFS201	Granel Sólido Mineral e Carga Geral	São Francisco do Sul/SC	R\$ 12.000.000,00	3T2023
20	Canal Acesso PNG	Canal de Acesso	Paranaguá/PR	R\$ 1.050.000.000,00	4T2023
21	ITG02	Granel Sólido Mineral	Itaguaí/RJ	R\$ 3.065.000.000,00	4T2023
22	PAR03	Granel Sólido Mineral	Paranaguá/PR	R\$ 172.527.000,00	4T2023
23	TGSFS	Granel Sólido Vegetal	São Francisco do Sul/SC	R\$ 187.035.009,62	4T2023
24	RIG10	Carga Geral	Rio Grande/RS	R\$ 10.000.000,00	4T2023
TOTAL				R\$ 5.857.637.921,02	

*O Presente pipeline não é definitivo, podendo ser alterado ao longo da elaboração das modelagens, bem como novos projetos poderão ser incluídos no planejamento.

Em 2022

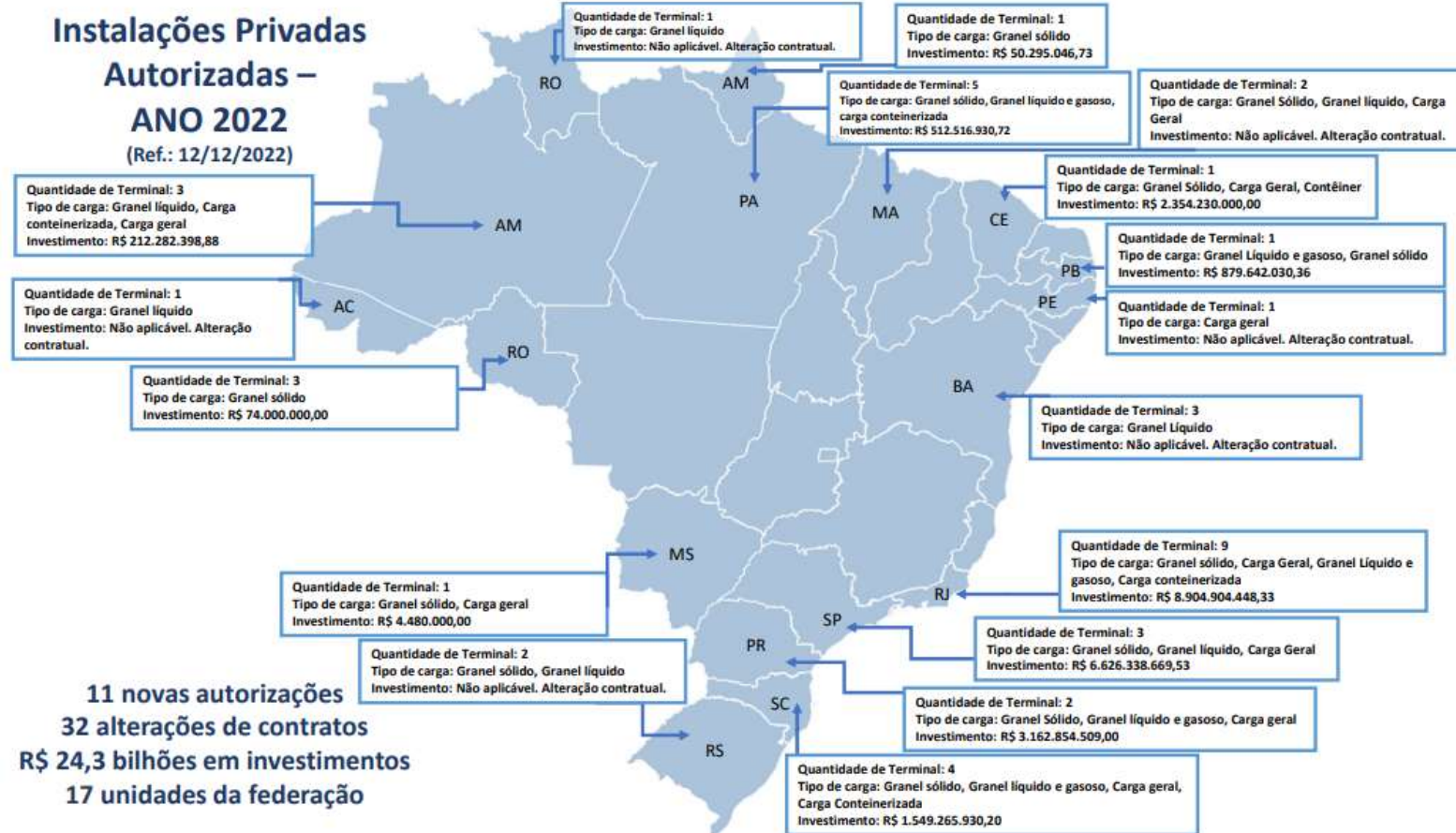
No âmbito das instalações portuárias privadas autorizadas, foram assinados 11 (onze) contratos de adesão que autorizaram/regularizaram cerca de 22,9 bilhões de reais em investimentos, visando a movimentação de todos os tipos de perfis de carga (contêineres, cargas gerais, graneis sólidos, líquidos e gasosos).

Também foram assinados 32 (trinta e dois) aditamentos contratuais visando atualizar as autorizações às novas condições requeridas para os terminais, resultando em novos potenciais investimentos de 1,4 bilhão de reais.

As autorizações e aditamentos abrangeram todas as regiões do Brasil (norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul).

No presente momento, existem 268 (duzentas e sessenta e oito) autorizações vigentes.

Além disso, encontram-se com pleitos iniciados outras 52 (cinquenta e duas) autorizações que permitirão investimentos privados previstos de cerca de 51 bilhões de reais, além de outros 46 (quarenta e seis) aditamentos contratuais que proporcionarão potencialmente mais 12 bilhões de reais em investimentos nas instalações portuárias privadas autorizadas por meio de contrato de adesão.

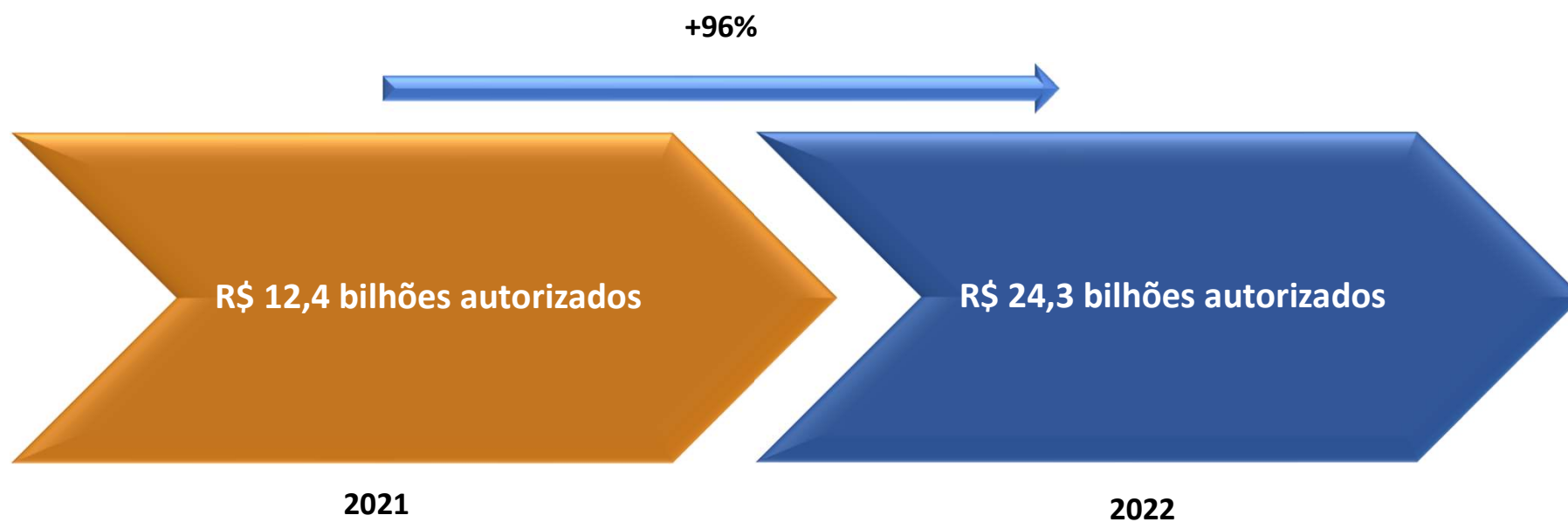


Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA

Investimentos em Terminais de Uso Privado – Contratos de arrendamento

Em 2022 foram autorizados R\$ 24,3 bilhões em investimentos a serem realizados em Terminais de Uso Privado novos ou já existentes. Um aumento de mais de 96% em relação ao ano anterior.

Ao todo, foram autorizados 11 novas instalações e 32 alterações de contratos.



Termo de Risco de Investimentos (TRI)
Foram autorizados os seguintes investimentos urgentes



ARRENDATÁRIA	CONTRATO DE ARRENDAMENTO	PORTO	PORTARIA	INVESTIMENTO AUTORIZADO
Companhia Portuária Baía de Sepetiba - CPBS	C-DEPJUR nº 155/96	Itaguaí/RJ	Portaria nº 35, de 12 de janeiro de 2022	R\$ 46.203.426,36
Sepetiba Tecon S.A.	C-DEPJUR 069/98	Itaguaí/RJ	Portaria nº 208, de 25 de fevereiro de 2022	R\$ 76.614.000,00
TEG - Terminal Exportador do Guarujá LTDA	DP-DC/01.2010	Santos/SP	Portaria nº 1037, de 11 de agosto de 2022	R\$ 36.710.352,17
Triunfo Logística LTDA.	C-DEPJUR nº 072/97	Rio de Janeiro/RJ	Portaria nº 1391, de 13 de outubro de 2022	R\$ 1.053.670,00

Vigências contratuais finalizadas



ARRENDATÁRIA	CONTRATO DE ARRENDAMENTO	PORTO	TERMO ADITIVO	STATUS
Marimex Despachos, Transportes e Serviços LTDA.	DP/16.2000	Santos-SP	(30/08/2022) 7º Termo Aditivo	Em exame na Agência Nacional de Transportes Aquaviários.
Terminal Hermasa Navegação da Amazônia Ltda.	CDP/APPV nº 96/001/00	Manaus-AM	(23/02/2022) 1º Termo Aditivo	Concluso

Outros Termos aditivos celebrados em 2022

ARRENDATÁRIA	CONTRATO DE ARRENDAMENTO	PORTO	TERMO ADITIVO	ASSUNTO
BTP - Brasil Terminal Portuário S/A	DP/24.2001	Santos-SP	Assinado (12/01/2022) 7º TA	Alteração do Índice de reajuste do CA DP/24.2001
TESC - Terminal Santa Catarina S/A	015/96	São Francisco do Sul-SC	Assinado (16/02/2022) 8º TA	Alteração do Índice de reajuste do CA nº 015/96
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S/A	001/97	Santos-SP	Assinado (17/02/2022) 8º TA	Alteração do Índice de reajuste do CA nº 01/97
TERMAG - Terminal de Granéis do Guarujá S/A	001/97	Santos-SP	Assinado (21/02/2022) 9º TA Apostilado 7º TA	Alteração do Índice de reajuste do CA nº 01/97
Multi-rio Operações Portuárias S/A	C-DEPJUR 11/98	Rio de Janeiro-RJ	Assinado (22/02/2022) 13º TA	Alteração do Índice de reajuste do CA C-DEPJUR 11/98
Triunfo Logística LTDA.	C-DEPJUR 072/97	Rio de Janeiro-RJ	Assinado (21/03/2022) 7º TA	Alteração do Índice de Reajuste do CA nº C-DEPJUR 072/97
TERGRAN - Terminal de Grãos de Fortaleza LTDA.	01/97	Fortaleza-CE	Assinado (18/05/2022) 4º TA	Alteração do Índice de Reajuste do CA nº 01/97
CONVICON - Contêineres de Vila do Conde S/A	14/2003	Vila do Conde-PA	Assinado (10/06/2022) 10º TA	Expansão da área objeto do CA nº 14/2003
M.Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos	01/91	Fortaleza-CE	Assinado (23/06/2022) 7º TA	Alteração do Índice de Reajuste do CA nº 01/91
Hidroviás do Brasil Administração Portuária Santos S/A	01/2020	Santos-SP	Assinado (25/07/2022) 1º TA	Prorrogação do prazo para a conclusão do cronograma de investimentos do PBI
Ageo Norte Terminais e Armazéns Gerais S/A	DP/09.2000	Santos-SP	Assinado (03/10/2022) 9ª TA	Alteração do Índice de Reajuste do CA DP/09.2000
Ageo Terminais e Armazéns Gerais S/A	DP/10.2001	Santos-SP	Assinado (03/10/2022) 7º TA	Alteração do Índice de Reajuste do CA DP/10.2001
Sociedade Fogás LTDA.	CDP 14/2001	Santarém-PA	Assinado (19/10/2022) 3º TA	Alteração do Índice de Reajuste do CA CDP 14/2001
Fertilizantes Santa Catarina LTDA.	S/N de 17/02/2012	Imbituba-SC	Assinado (13/12/2022) 2º TA	Inclusão da movimentação de novos tipos de carga e restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

Desestatização

2022

Em março/2022 foi realizado o leilão do projeto de desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA, com o valor de outorga de R\$ 106 milhões. Já o contrato de compra e venda das ações da companhia e o contrato de concessão foram assinados no 3º trimestre de 2022.

Além disso, concluiu-se a fase de consulta e audiência públicas dos projetos de desestatização dos Portos de Santos/SP, São Sebastião/SP e Itajaí/SC, os projetos já foram analisados pelas equipes técnicas do TCU, restando apenas a decisão final do plenário da Corte de Contas para continuidade do processo e posterior publicação dos editais.

2023

Estão em andamento os seguintes projetos: Portos de Salvador, Aratu-Candeias, Ilhéus e CODEBA (iniciados os estudos para a desestatização da companhia e seus portos organizados); Companhia Docas do Pará e seus portos organizados. Iniciadas as discussões de contratação dos estudos junto ao BNDES; Companhia Docas do Rio de Janeiro e seus portos organizados: qualificação no PPI e inclusão no PND concluídas. Iniciadas as discussões de contratação dos estudos junto ao BNDES.

Prêmio Portos + Brasil – 3ª Edição

O Ministério da Infraestrutura (MInfra), por meio da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA), criou em 2020 o prêmio “Portos + Brasil”, como medida de incentivo à excelência na gestão e operação dos portos públicos organizados e dos terminais de uso privados.

Neste ano houve premiação em 9 categorias, sendo criada uma nova para avaliar a melhoria do desempenho dos portos públicos no Índice de Gestão das Autoridades Portuárias – IGAP, denominada “Avanço IGAP”.

Ressalta-se que a premiação tem como premissa a Portaria nº 574, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe da descentralização de competências relacionadas à exploração indireta das instalações portuárias dos portos organizados, com base em diversos indicadores de desempenho que compõem o IGAP, com vistas à melhoria da gestão e do desempenho portuário. Outro resultado entregue é o resultado do Ranking IGAP, 2022, em julho, onde pode ser [consultado no site](#) do Ministério da Infraestrutura, contendo todos os indicadores dos portos públicos brasileiros.

Evento Inova Portos – 1ª e 2ª Edições

Em 2022 foram realizadas duas edições do Evento Inova Portos, como medida deste Ministério no intuito de promover a modernização e a inovação no setor portuário nacional. A Cultura de Inovação no Setor Portuário Brasileiro foi o tema da 1ª edição do Inova Portos, realizado nos dias 04 e 05 de abril, no Porto de Itaqui, cujo público-alvo foram os presidentes e diretores das Autoridades Portuárias brasileiras, mas contando, também, com a participação de diversos atores do setor público, privado e acadêmico.

Dando continuidade ao fomento da inovação nos portos, nos dias 22 e 23 de agosto de 2022 foi realizada a segunda edição do Evento, na Santos Port Authority – SPA, em formato híbrido, abordando temas como “Desafio para inovar em empresas públicas”, “Desenvolvimento de um ecossistema de inovação” e “Comunidade portuária inovadora” foram debatidos nos painéis desta temporada. Na oportunidade, foi ainda compartilhado com os participantes que a terceira edição do evento será sediada no Porto de Itajaí, no primeiro semestre de 2023.”

Programa Futuro do Setor Portuário

Lançado em setembro de 2021 com o objetivo de estimular a modernização dos portos organizados e aumentar sua competitividade, com foco na desburocratização, melhoria de gestão, maior capacitação dos gestores e trabalhadores portuários e implementação de novas tecnologia, promovendo mais eficiência logística.

Atuará em 4 eixos:

01 Revisões Normativas, que tem como foco a revisão de atos normativos, trazendo maior segurança jurídica, bem como agilizar e flexibilizar novos investimentos privados nos portos organizados.



02 Modernização da Gestão, que tem como foco o incentivo à modernização da gestão das Companhias Docas e Portos Delegados, a melhoria da governança reforçando a autonomia gerencial e a descentralização de competências com a implementação de metas estratégicas, com o objetivo de melhorar o resultado das empresas e buscar sua sustentabilidade.



03 Capacitação, que estimula o aperfeiçoamento dos dirigentes e dos trabalhadores do setor portuário para torná-los cada vez mais qualificados para os desafios constantes do mundo moderno, principalmente em função da constante evolução tecnológica.



04 Inovação, que contempla projetos de Inteligência Logística, fortalecendo a Transformação Digital nos Portos, trazendo mais eficiência e competitividade para as operações portuárias.

Modernização

Painel de Indicadores Portuários



O Ministério da Infraestrutura, em parceria com a Confederação Nacional de Transporte – CNT e apoio da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, desenvolveu o Painel de Indicadores Portuários, que é uma ferramenta com o objetivo de acompanhar as performances dos órgãos anuentes nos portos públicos, subsidiar os usuários, dirigentes, anuentes e atores do setor portuário quanto ao desempenho dos órgãos, permitindo a avaliação comparativa entre os portos e os órgãos anuentes, o que auxiliará na melhoria da eficiência dos serviços prestados. O sistema teve a sua versão preliminar entregue em fevereiro e , está sendo internalizado no Ministério da Infraestrutura.

A entrega é uma iniciativa do Comitê Técnico de Modernização e Desempenho (CTMD) da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos – Conaportos.

Porto sem Papel (PSP 2.0) - Janela Única Aquaviária



O Ministério da Infraestrutura realizou diversas entregas no âmbito da modernização do sistema Porto sem Papel (PSP 2.0) e do projeto Janela Única Aquaviária, que contemplam a melhoria significativa do PSP e sua integração ao Portal Único de Comércio Exterior (PUCOMEX).

As medidas têm como objetivo implementar diversas melhorias e redução de custos para os usuários do PSP, facilitando o trabalho dos usuários como, agentes de navegação, na obtenção de anuências para estadia da embarcação e na diminuição do fardo administrativo tanto para o setor privado, quanto para o setor público.

Dentre as entregas, destacam-se a revisão de regras de negócios, que promoveu adequações com vistas a aprimorar a performance do sistema e melhorar a qualidade da informação com a eliminação de registros desnecessários, além da reformulação visual do sistema, em suas telas principais, que resultou em uma plataforma moderna e intuitiva.

Dentre outras entregas, destacam-se a implementação da funcionalidade de Agendamento de Vistoria da Embarcação realizada pela Marinha do Brasil, automatizando todo o processo de agendamento destas vistorias, além do novo Painel de Bordo do PSP, que melhora a comunicação entre os usuários do setor portuário brasileiro.

O projeto segue ainda com a harmonização de cadastros, com o intuito de eliminar tabelas e dados redundantes, gerando inclusive redução de custos do Estado para manutenção do sistema.

Port Community System (PCS)



A iniciativa que permitirá a modernização dos sistemas e a redução do tempo e custo das operações portuárias, foi financiada pelo governo do Reino Unido por meio de parceria com os ministérios da Infraestrutura e da Economia, no âmbito do Programa de Facilitação de Comércio Brasil-Reino Unido.

O projeto com o governo britânico foi finalizado no primeiro trimestre de 2022, com a deliberação da Conaportos - Comissão Nacional de Autoridades nos Portos em emitir Resolução que recomende que as comunidades portuárias adotem padrões de interoperabilidade para implantação de PCS, com vistas à maior eficiência das operações nos portos organizados e demais instalações portuárias, além de disponibilizar todo o conteúdo apurado nos meses do projeto, incluindo os modelos de Business Plan elaborados para o Porto de Santos e Itajaí.

A Comissão Nacional, por meio de um Acordo de Cooperação Técnica com a Procomex/ITS, seguirá com realização de pesquisas aplicadas e projetos de inovação voltados para o desenvolvimento de áreas estratégicas de interesse desta Pasta onde exista a aplicação de softwares e serviços tecnológicos.

Ressalta-se que a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários permanece acompanhando e fomentando a implantação dos projetos pelas autoridades portuárias, que possuem autonomia para a gestão desta iniciativa, que permitirá o aumento da integração dos atores da comunidade portuária, públicos e privados, resultando na melhoria de eficiência dos portos brasileiros.

Planejamento Portuário



Planos Setoriais

Referidos Planos farão a conexão entre o Plano Nacional de Logística e as ações do Ministério da Infraestrutura, indicando as iniciativas que deverão ser estudadas em detalhe, seja para execução com recursos públicos ou por meio de parceria com a iniciativa privada.



Poligonais

Com o objetivo de promover maior segurança jurídica à comunidade portuária, foram atualizadas as poligonais dos portos organizados de Santarém, Suape e Santos, medida que torna claros os limites de competência e responsabilidade do Porto Organizado, bem como a interface entre investimento público e privado, evitando, assim, conflitos de gestão.

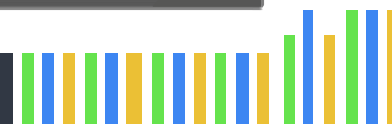


Delegações e descentralizações portuárias

Dando seguimento ao aprimoramento do modelo de gestão capaz de tornar os portos rentáveis, competitivos, autossustentáveis e capazes de conquistar suas autonomias, o Minfra, por meio da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, atuou na aplicação da Portaria GM/MTPA nº 574, de 26 de dezembro de 2018, que disciplina a descentralização de competências relacionadas à exploração indireta das instalações portuárias dos portos organizados às respectivas administrações portuárias, e cria o Índice de Gestão da Autoridade Portuária – IGAP.

Este instrumento permite que as autoridades portuárias que cumprirem as exigências nele estabelecidas possam elaborar os editais e realizar os procedimentos licitatórios para o arrendamento de instalações portuárias localizadas no interior da poligonal dos portos sob sua administração e exploração, bem como celebrar, gerir e fiscalizar os respectivos contratos de arrendamento.

No dia 27 de setembro foi celebrado, entre o Minfra e o Estado de Pernambuco, com a interveniência de SUAPE - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, o Convênio de Delegação de Competências nº 001/2022, que transferiu as competências supracitadas àquela Autoridade Portuária, permitindo a gestão descentralizada dos arrendamentos portuários com mais agilidade e menos burocracia. Além disso, também em setembro, o Minfra também celebrou junto ao Estado de Pernambuco o Convênio de Delegação nº 01/2022, referente à delegação da administração e exploração do Porto Organizado de Suape, medida que permitirá a melhoria da gestão e modernização do Porto.



Planejamento Portuário

Convênios de delegação

Foi aprovada a nova versão para aperfeiçoamento dos convênios de delegação celebrados entre o Ministério da Infraestrutura e dos portos sob gestão dos estados e municípios, com vistas a promover melhorias de gestão, as quais irão permitir às autoridades de maior autonomia administrativa e financeira, o estabelecimento de objetivos, metas, resultados e prazos para a sua consecução, bem como indicadores e critérios de avaliação do desempenho da gestão e profissionalização de gestores dos portos, a facilitação das atividades de fiscalização pela Agência Nacional de Transportes Aquaviário, dentre outras medidas.

Planos Mestres Portuários

Instrumentos de planejamento de Estado voltados aos complexos portuários que abranjam os portos organizados, considerando as perspectivas do planejamento de transportes em nível estratégico, que visa a direcionar ações e investimentos de curto, médio e longo prazos nos portos, na relação porto-cidade e em seus acessos.

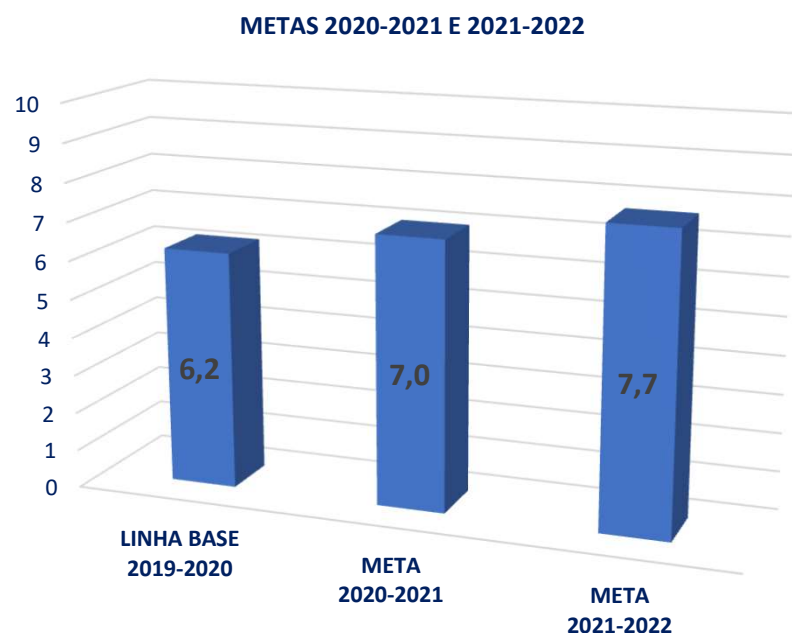
Planos de Desenvolvimento e Zoneamento – PDZ

Instrumento de planejamento da Autoridade Portuária, que contempla as estratégias e ações para a expansão e o desenvolvimento integrado, ordenado e sustentável das áreas e instalações do porto organizado.

Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (IGAP)

Como indicador de resultado, o Programa Futuro do Setor Portuário adotou como métrica a adoção da melhoria do IGAP, tendo como parâmetro a média das notas das companhias docas federais.

Os prazos estabelecidos são anuais, tendo como linha base a média das notas obtidas pelas Companhias Docas em 2020 (ano de referência 2019) e levando em consideração as metas sugeridas para cada Autoridade Portuária, propõe-se como meta para o Programa de Gestão e Modernização Portuária para os anos 2020-2021 e 2021-2022 o seguinte:



Classificação 2020	IGAP 2020		Classificação 2021	IGAP 2021		Classificação 2022	IGAP 2022	
	Média 2020	Nota 2020		Média 2021	Nota 2021		Média 2022	Nota 2022
1	APPA	9,0	1	APPA	9,0	1	EMAP	10,0
2	SPA	8,5	2	SPA	8,5	2	APPA	10,0
	EMAP	8,5		EMAP	8,5		SUAPE	9,0
3	SCPAR Imbituba	8,5	3	SUAPE	8,0	3	SPA	8,5
	SCPar SFS	8,0		SCPAR Imbituba	8,0		CDP	8,5
4	CDP	7,7	4	CDP	7,8	4	SCPAR Imbituba	7,5
5	CDC	7,3		Docas/PB	7,8		CODEBA	7,5
6	CODEBA	7,2	5	CODEBA	7,5	5	SCPar SFS	8,0
7	SUAPE	7,0		CDC	7,5		CODESA	7,3
8	CDSS	6,8	6	SCPar SFS	7,5	6	CDC	7,0
9	Docas/PB	6,7		CODESA	7,2		CDRJ	7,0
10	SPI	6,5	7	SPI	6,0	7	Docas/PB	6,8
11	CODESA	6,0		CDSS	6,0		CDSS	6,7

De forma geral, todas as companhias docas sob a supervisão do Ministério da Infraestrutura melhoraram suas classificações em relação ao ano de 2022, quando comparados com os demais portos públicos organizados, destacando a melhoria de 8 para 9 pontos a Nota de SUAPE e também o acréscimo da Nota Média de 6,7 para 7,2.

Objetivos:

Estimular o uso da cabotagem;

Aumentar a frota de navios na costa brasileira;

Equilibrar a matriz logística do país.

Em 2022:

- Prorrogação da política de subvenção ao transporte aquaviário trazida pelo art. 24 da Lei nº 14.301, de 2022, correspondente não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM sobre as mercadorias com origem ou destino em portos localizados na Região Norte ou Nordeste do País, também foi medida de grande relevância para o desenvolvimento do modal.

- Possibilidade das empresas brasileiras de navegação poderem operar somente com embarcações afretadas, em razão da inclusão do § 2º do art. 10 da Lei nº 9.432, de 1997. O estabelecimento da figura da empresa brasileira de investimento na navegação, viabilizando a realização de operações de leasing no mercado de transporte marítimo nacional, também foi um considerável aprimoramento do ordenamento do transporte aquaviário.

- Redução das alíquotas de incidência do AFRMM em relação aos valores de frete marítimo, passando de 25% para 8% para o transporte das cargas importadas e de 10% para 8% para a navegação de cabotagem, na forma do art. 6º da Lei nº 10.893/2004.

- Manutenção das embarcações para o transporte de mercadorias na Lista Brasileira de Exceções à Tarifa Externa Comum, refletindo em alíquota 0% de imposto de importação, beneficiou o investimento na aquisição de 2 novas embarcações para o transporte de carga granel na cabotagem nacional, correspondendo a investimentos de US\$ 80 milhões pela iniciativa privada, segundo os dados da COMEXSTAT.

- Portaria nº 976, de 27 de julho de 2022, estabelecendo os procedimentos e diretrizes para habilitação de Empresa Brasileira de Navegação - EBN e de Empresa Brasileira de Navegação com autorização condicionada - EBN-CON, no Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, instituído pela Lei nº 14.301, de 2022.

Plano Setorial Hidroviário

Esse plano atende os preceitos estabelecidos na Portaria nº 123/2020 quanto ao desenvolvimento do Planejamento integrado de transportes (PIT), que inclui o Plano Nacional de Logística - PNL e os Planos Setoriais de Transportes. Este trabalho está sendo Desenvolvido com apoio da Infra S.A. Foi realizada tomada de subsídio, buscando absorver contribuições de toda a sociedade.

Continuidade das atividades relacionadas ao **Programa de Fomento à Navegação Interior (BR dos rios)**, de forma articulada com os usuários, embarcadores e operadores de transportes para fomentar a utilização do transporte hidroviário.

Frente 1

Desenvolvimento do projeto de Parceria com a Iniciativa privada na Hidrovia da Lagoa Mirim, já qualificado no Programa de Parcerias de Investimento - PPI, no trecho entre o Canal do Sangradouro (Extremo Norte) até o Canal de Acesso ao Porto de Santa Vitória do Palmar (Extremo Sul), no Estado do Rio Grande do Sul. Estamos em discussão do TR técnico com a CAF, ficando o TR jurídico e a estruturação do projeto para futura licitação à cargo da INFRA SA.

Frente 2

Concluída no final de 2021 com a publicação da Portaria nº 148, de 17 de dezembro de 2021.

Frente 3

Proposta de melhoria da representatividade e gestão das hidrovias, e que trata da criação do Conahidro e dos Conselhos Hidroviários. Essa frente está sendo desenvolvida considerando a atualização do Decreto nº 10.788, de 6 de setembro de 2021. Atualmente, a minuta está na secretária executiva para que dê prosseguimento e envio à Casa Civil da Presidência da República.

Frente 4 e 5

Modernização na formação de Fluviários e da regulação técnica serão tratados dentro do Conahidro (quando ele for criado).

Frente 6

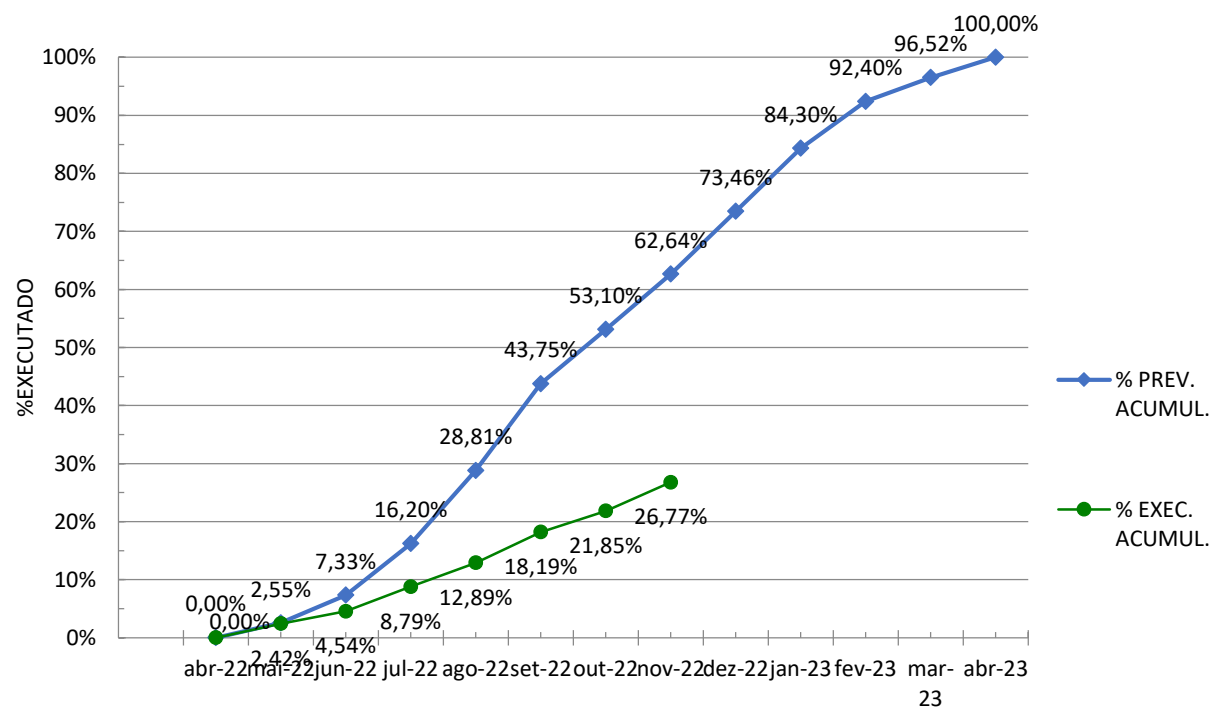
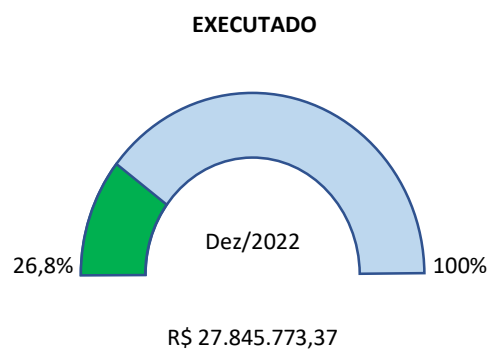
Estruturação de uma política pública com as ações de fomento à navegação interior. As propostas de estruturação já estão sendo discutidas com a ANTAQ.

Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA

Investimentos públicos em obras portuárias estratégicas – EXECUTADOS EM 2022

Obra de Recuperação do Cais da Gamboa

- OGU (PUC).....R\$ 64.606.579,00
- Recursos Próprios da CDRJ:.....R\$ 39.393.421,00
- Total:.....R\$ 104.000.000,00

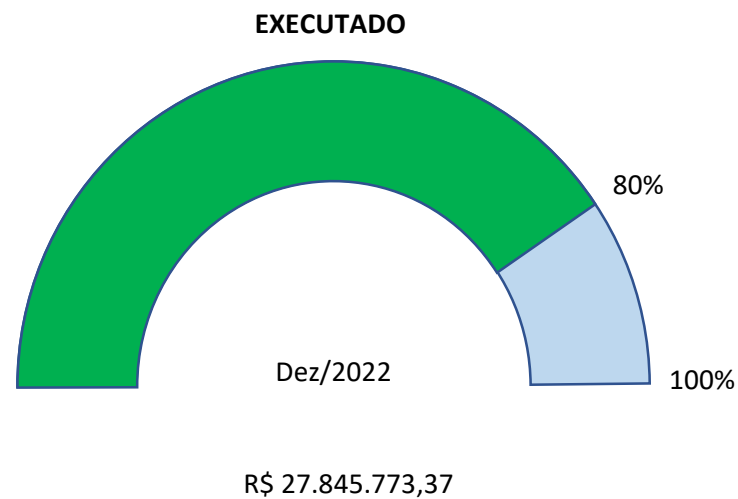


Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA

Investimentos públicos em obras portuárias estratégicas – EXECUTADOS EM 2022

Obra de Recuperação do Terminal Salineiro de Areia Branca

- OGU (PUC).....R\$ 67.350.714,00
- Executado (até 2021):.....R\$ 18.889.902,80
- Executado (em 2022):.....R\$ 35.232.987,39
- **Total executado:.....R\$ 54.122.950,74**
- A executar (em 2022):.....R\$ 13.227.763,26



Secretaria Nacional de Aviação Civil - SAC

Aviação civil

O Programa Aviação Civil, contemplado no PPA 2020-2023, busca atender os desafios do setor, considerando o propósito estabelecido pela Política Nacional de Aviação Civil - PNAC de “assegurar à sociedade brasileira o desenvolvimento de sistema de aviação civil amplo, seguro, eficiente, econômico, moderno, concorrencial, compatível com a sustentabilidade ambiental, integrado às demais modalidades de transporte e alicerçado na capacidade produtiva e de prestação de serviços nos âmbitos nacional, sul-americano e mundial”. O Índice de Desenvolvimento da Aviação Civil - IDAC é o Indicador 8677 do PPA 2020 - 2023 e busca avaliar os resultados e impactos da política de aviação civil por meio de três “sub-índices”, que abordam a competitividade (Índice de Desenvolvimento da Rede Aeroportuária - IDRA), a satisfação do usuário (Índice de Satisfação Geral dos Passageiros - ISGP) e a segurança (Índice de Segurança da Aviação Civil - ISAC). Para fins comparativos, o resultado do IDAC em 2021 havia sido 0,489.

Ano	Resultado IDAC	Meta	Peso	Subíndices	Total (2022)	Referência (2018)
2022 (3º trimestre)	0,704	0,665	0,5	IDRA	0,771	0,594
			0,3	ISGP	0,544	0,512
			0,2	ISAC	0,778	0,533

O Programa é monitorado continuamente e contribui para a melhoria dos indicadores com foco na competitividade da aviação civil brasileira (número de aeroportos atendidos e quantidade de passageiros transportados), na qualidade (opinião dos passageiros) e na segurança da aviação civil. Assim, foram criados três sub-índices com diferentes pesos para a composição do IDAC:

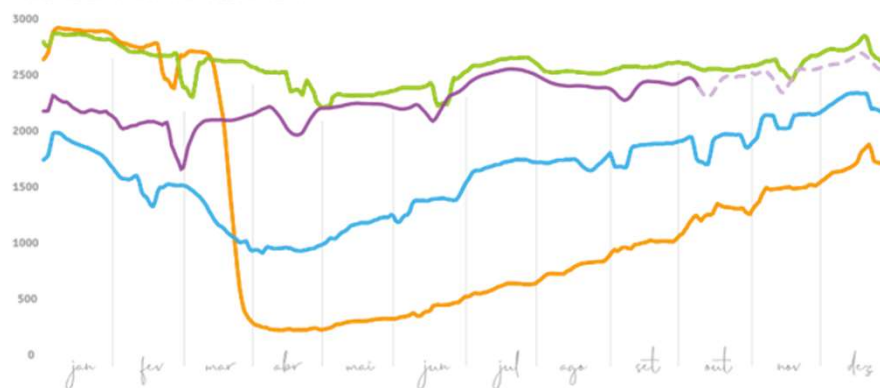
Índice de Desenvolvimento da Rede Aeroportuária (IDRA) – para os três primeiros trimestres de 2022, houve a continuidade da metodologia utilizada no ano anterior. Porém, como são dados parciais, foram considerados os aeroportos que tiveram operações por pelo menos cinco meses no referido período, e portanto podem chegar aos oito meses anuais. Dessa forma, o resultado obtido foi de 0,771. Vale salientar que o IDRA representa 50% do peso total do IDAC;

Índice de Satisfação Geral dos Passageiros (ISGP) - foi realizada a pesquisa de satisfação dos passageiros do primeiro ao terceiro trimestre de 2022. O valor de satisfação dos três trimestres foram 4,43; 4,44 e 4,43, respectivamente, resultando no valor do ISGP de **0,544**;

Índice de Segurança da Aviação Civil (ISAC) - criado a partir do número médio de acidentes dentro do período do PPA 2020-2023 (metodologia ajustada, a anterior se baseava nos acidentes dos últimos cinco anos), em que quanto menor o número de acidentes, maior o índice. Cabe esclarecer que não se trata de uma meta de “média do número de acidentes”, mas sim, uma “meta de segurança”, inversamente proporcional à média do número de acidentes. No ano de 2021, ocorreu 1 (um) acidente nas operações de voos regulares, obtendo o valor do ISAC igual a 0,667. Até o terceiro trimestre de 2022, não houve registro de acidentes em voos regulares.

Por fim, até outubro de 2022, constatou-se que setor aéreo brasileiro segue em recuperação após a pandemia de Covid-19, com o número de operações chegando à 95% dos voos doméstico e 79% dos voos internacionais com base na movimentação de 2019, conforme gráfico a seguir.

IMPACTO NOS VOOS TOTAIS: 2019 VS. 2020 VS. 2021 VS. 2022
VOOS ENTRE AEROPORTOS BRASILEIROS E ESTRANGEIROS



Principais resultados

Concessões Aeroportuárias

O Brasil possui atualmente onze diferentes operadores privados atuando na gestão e exploração aeroportuária, muitos deles trazendo experiências internacionais às concessões federais. Os 44 aeroportos já concedidos respondem por aproximadamente 74,8% do tráfego doméstico e 99,2% do internacional. Os números refletem o êxito do programa federal de concessões e a importância de sua continuidade. Nesses aeroportos já foram investidos pelo setor privado mais de R\$ 27 bilhões, a preços de agosto de 2022, durante o período das concessões.

Em adição, foi realizado em 18 de agosto de 2022 o leilão da Sétima Rodada de Concessões Aeroportuárias, transferindo à iniciativa privada outros 15 aeroportos, o que corresponde a 15,8% dos passageiros pagos movimentados no mercado brasileiro de transporte aéreo.

A sétima rodada de concessões é composta por três blocos, quais sejam: Bloco Aviação Geral, Bloco Norte II e Bloco SP/MS/PA/MG.

O Bloco SP-MS-PA-MG, composto pelos aeroportos de Congonhas, em São Paulo (SP), Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul (MS); Santarém, Marabá, Parauapebas e Altamira, no Pará (PA); Uberlândia, Uberaba e Montes Claros, em Minas Gerais (MG), foi arrematado pela Aena Desarrollo Internacional SME SA por R\$ 2,45 bilhões, com ágio de 231,02% em relação ao lance mínimo inicial, de R\$ 740,1 milhões.

O Bloco Aviação Geral, integrado pelos aeroportos de Campo de Marte, em São Paulo (SP) e Jacarepaguá, no Rio de Janeiro (RJ), teve como vencedor a XP Infra IV FIP EM INFRAESTRUTURA, com ágio de 0,01% em relação ao lance mínimo inicial de R\$ 141,3 milhões. O bloco foi arrematado por R\$ 141,4 milhões.

Já o Bloco Norte II, composto pelos aeroportos de Belém (PA) e Macapá (AP), foi arrematado pelas empresas Dix e Socicam, integrantes do Consórcio Novo Norte. O grupo pagou R\$ 125 milhões pelos dois aeroportos, com ágio de 119,78% em relação ao lance mínimo inicial de R\$ 56,9 milhões.

Secretaria Nacional de Aviação Civil - SAC

No total, a Sétima Rodada de Concessões obteve os resultados financeiros constantes na tabela abaixo, conforme informações da ANAC.

Resultados financeiros da 7ª Rodada de Concessões Aeroportuárias Federais

Leilão	BLOCO SP-MS-PA-MG	BLOCO AVG	BLOCO NORTE II
18/08/2022	(AENA)	(XP INFRA IV)	(Consórcio Novo Norte)
Contribuição Fixa Inicial mínima (R\$)	R\$ 740,1 milhões	R\$ 141,38 milhões	R\$ 56,87 milhões
Lance vencedor	R\$ 2,45 bilhões	R\$ 141,40 milhões	R\$ 125 milhões
Ágio	231,02%	0,01%	119,78%
Contribuição Variável estimada	R\$ 5,3 bilhões (16,15% da Receita Bruta)	R\$ 700 milhões (15,25% da Receita Bruta)	R\$ 430 milhões (7,09% da Receita Bruta)
Investimentos Previstos	R\$5,8 Bilhões	R\$552 Milhões	R\$ 875 milhões
Valor total a ser pago na assinatura do contrato	R\$ 2,71 bilhões		
Investimento total estimado	R\$ 7,2 bilhões		

Fonte: Anac <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/concessoes/setima-rodada>. Informações consolidadas.

Autorizações para exploração comercial de áreas aeroportuárias

A Secretaria de Aviação Civil é também responsável por elaborar análises técnicas de contratos de exploração comercial que envolvam a cessão de espaços nos complexos aeroportuários concedidos por períodos superiores aos prazos remanescentes das concessões. Os pedidos de aprovação de contratos comerciais que extrapolam o prazo da concessão são analisados à luz do disposto na Portaria Minfra nº 93/2020.

Em 2022, foi autorizada, nos termos da Portaria Minfra nº 93/2020, a celebração de quatro contratos comerciais pelo aeroporto de Guarulhos (SBGR), os quais preveem a realização de investimentos no valor aproximado de R\$ 1,9 bilhão. Além disso, foi autorizado a celebração de um contrato comercial no aeroporto de Fortaleza (SBFZ), por meio do qual deverão ser investidos R\$ 818 milhões no desenvolvimento do sítio aeroportuário (tabela abaixo). Os investimentos deverão contribuir para o aumento das receitas auferidas pelos operadores aeroportuários, além de gerar a valorização dos ativos pertencentes à União.

Empreendimentos aprovados em 2022 - Portaria Minfra 93/2020		
AEROPORTO	EMPREENHIMENTO	VALOR DO INVESTIMENTO (R\$ milhões)
Guarulhos	MRO United Airlines	750
Guarulhos	Hotel e centro de eventos	100,015
Guarulhos	Condomínio logístico	676,206
Guarulhos	Terminal VIP	411,06
Fortaleza	Condomínio logístico	818

Parceria Público-Privada (PPP) de Aeroportos Regionais no Amazonas

A Ministério da Infraestrutura atuou ainda no âmbito da PPP Amazonas, do Governo Federal, que pretende conceder bloco de oito aeroportos regionais, delegados aos seus municípios, todos localizados no estado do Amazonas: Parintins, Carauari, Coari, Eirunepé, São Gabriel da Cachoeira, Barcelos, Lábrea e Maués.

Trata-se de aeroportos qualificados no PPI por meio do Decreto nº 10.635, de 22 de fevereiro de 2021. O modelo que se pretende adotar é o de concessão patrocinada, com a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária à gestão privada, com vistas a sanar deficiências de infraestrutura e de gestão, que prejudicam a prestação adequada dos serviços aeroportuários.

Como se trata de PPP na qual o patrocínio público representa mais de 70% (setenta por cento) da remuneração do parceiro privado, a necessária autorização legislativa específica deu-se pela Lei nº 14.368, de 14 de junho de 2022, em atendimento ao que determina a Lei nº 11.079/04 (Lei das PPPs).

Com o intuito de subsidiar tecnicamente a modelagem do bloco e a valoração dos ativos, a Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) contratou o Consórcio Logit-Queiroz/Maluf-JGP-DB Brasil por meio do Contrato nº 17/2021.

O objeto do Contrato nº 17/2021 estabeleceu que o Consórcio deveria entregar produtos específicos (por aeroporto) e produtos comuns (para o bloco de aeroportos), assim dispostos: (i) produtos específicos: (i.a) Estudos de Mercado; (i.b) Estudos de Engenharia e Afins; (i.c) Estudos ambientais; e (i.d) Avaliação Econômico-Financeira; e (ii) produtos comuns: (ii.a) Avaliação Econômico-Financeira do Bloco; e (ii.b) Modelagem Jurídico-Institucional.

Como subsídios à elaboração dos estudos de viabilidade que se encontram em andamento, a Secretaria de Aviação Civil apresentou considerações e sugestões de aprimoramento para as versões revisadas dos EVTEA enviadas pela, agora, INFRA S.A., que encaminhou, por conseguinte, para análise da ANAC e posterior submissão à consulta pública.

Anuência Prévia para realização de concessão patrocinada

Foi recentemente concluída análise do pedido de anuência prévia para realização de concessão patrocinada à iniciativa privada da exploração do atual Aeroporto de Porto Seguro (SBPS), conjugada à construção e exploração do Novo Aeroporto Internacional Costa do Descobrimento (sem código ICAO), localizado no município de Santa Cruz Cabralia – BA.

Após encaminhamento das considerações da unidade técnica, bem como as observações constantes no Quadro de Anuência, que trata do atendimento aos requisitos regulamentares, conforme identificado no documento, o material encaminhado por último, em 24 de outubro, foi objeto de análise pela unidade técnica competente e encaminhado para submissão à Consultoria Jurídica junto ao Ministério (Minfra) para análise jurídica da minuta de Portaria proposta. Após os devidos trâmites, foi publicada a Portaria nº 1611/2022.

No que tange à edição de portaria de anuência prévia para concessão de aeroportos delegados a estados e municípios, no ano de 2022 a SAC/Minfra fez publicar ainda a Portaria nº 59/2022 para o Aeroporto Governador Carlos Wilson, localizado em Fernando de Noronha, delegado ao estado de Pernambuco.

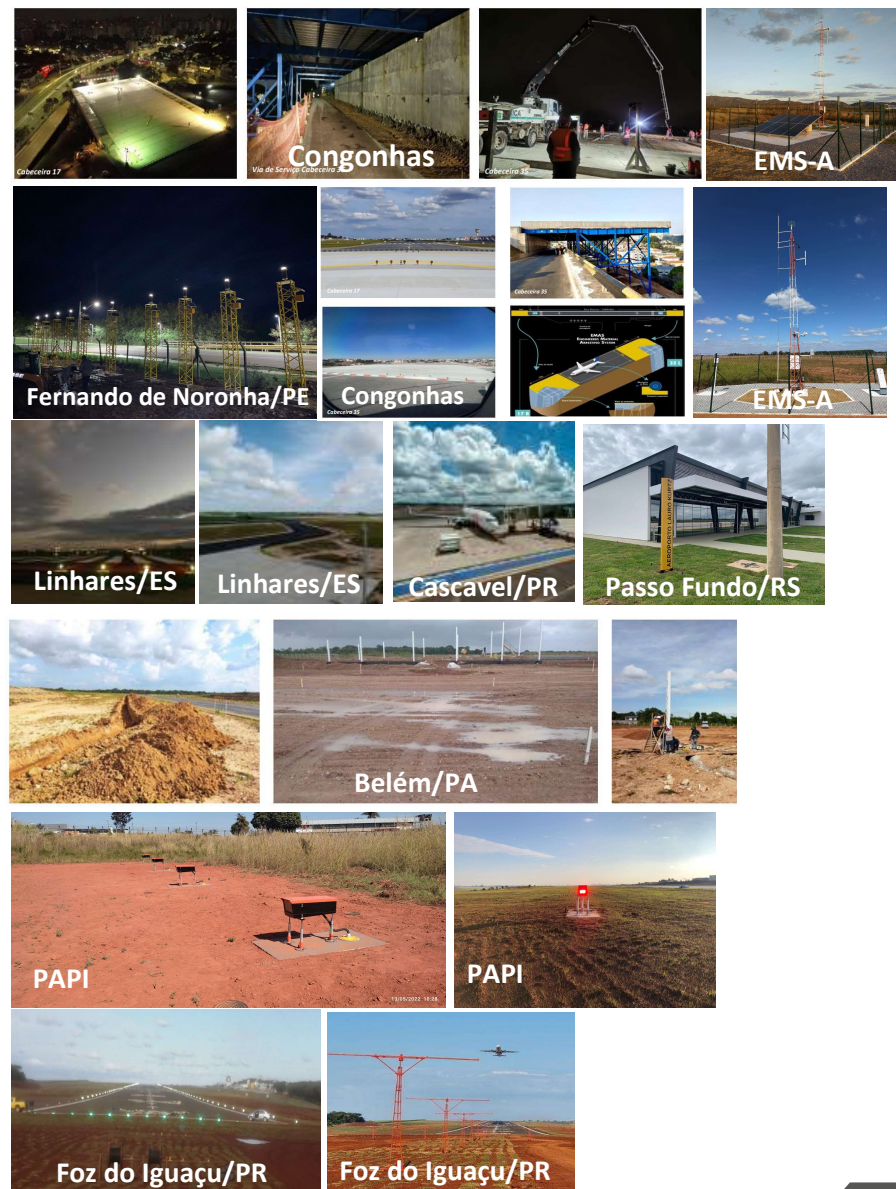
Secretaria Nacional de Aviação Civil - SAC

Adequação da Infraestrutura Aeroportuária

O Brasil segue ampliando a capacidade da rede de aeroportos no transporte de passageiros e no processamento de cargas, com expansão dos investimentos em obras de construção, reforma, ampliação e modernização.

Dessa forma, as obras concluídas até o 3º trimestre do exercício de 2022, foram as seguintes:

- **Aeroporto de Linhares/ES (Lado Ar):** construção de nova PPD e de nova pista de táxi, melhoramento da pista de táxi existente "B", ampliação do pátio de aeronaves, sinalização horizontal, sinalização luminosa na nova pista de pouso e decolagem e na pista de táxi.
- **Aeroporto de Fernando de Noronha/PE:** Aquisição e instalação de equipamentos de auxílio a navegação aérea - sinalização dos morros que constituem obstáculos à navegabilidade;
- **Aeroporto de Congonhas/SP:** (1) Ampliação da sala de embarque, embarque remoto e área de vistoria do SBSP; (2) Adequações da infraestrutura para certificação operacional (3) Adequações da infraestrutura para certificação operacional e aumento da extensão da PPD para fins de despacho de voo (4) EMAS e obras complementares da PPD principal;
- **Aeroporto de Foz do Iguaçu/PR:** Ampliação do aterro da faixa de pista (glide slope do ISL);
- **Aeroporto de Belém/PA:** Adequações da infraestrutura para certificação operacional;
- **Aeroporto de Montes Claros/MG:** Reforma e ampliação do Terminal de Passageiros;
- **Aeroporto de Passo Fundo/RS:** Reforma e ampliação de pavimentos, ajustes de faixas e RESA, novo TPS e SCI, auxílios a navegação aérea;
- **Aeroporto de Cascavel/PR:** Aquisição e Instalação de Equipamentos
- **Aeroporto de Santos Dumont/RJ:** Sinalização vertical luminosa de distância remanescente de pista (RDR) e luzes de proteção de pista (RGL) do SBRJ; Adequação do sistema de sinalização vertical de taxiways e PPD do SBRJ;
- **Aeroporto de Araxá/MG:** Instalação de PAPI Primário e Secundário;
- **Aeroporto de Feira de Santana/BA:** Instalação de PAPI Primário e Secundário;
- **Aeroporto de Valença/BA:** Instalação de PAPI Primário e Secundário;
- **Aeroporto de Rio Verde/GO:** Instalação de PAPI Primário;
- **Aeroporto de Caruaru/AM:** Instalação de Estação Meteorológica de Superfície Automática;
- **Aeroporto de Linhares/ES:** Instalação de Estação Meteorológica de Superfície Automática; e
- **Aeroporto de Mossoró/RN:** Instalação de Estação Meteorológica de Superfície Automática.



Secretaria Nacional de Aviação Civil - SAC

Outorgas aeroportuárias

Quanto à outorga de aeródromos civis no período de janeiro a dezembro de 2022, foram **celebrados 15 convênios de delegação, dos quais: 2 são referentes** à modernização da outorga (Aeroportos de Iapoque - AP (SBOI) e Parati - RJ (SDTK); 3 referem-se ao repasse da gestão entre os entes (Luziânia - GO (SWUZ); Conselheiro Lafaiete - MG (SNKF) e Fronteiras - PI (SSFL); 2 deles tratam da regularização da outorga de exploração, quais sejam: Morrinhos - GO (SJ4Y) e de Belém Novo (SSBN), localizado em Porto Alegre - RS; e 8 dizem respeito a novos aeródromos a serem cadastrados e abertos ao tráfego aéreo pelos seus delegatários, são eles: Santo Antônio do Içá - AM; Santa Helena de Goiás - GO; São Gabriel do Oeste - MS; Sobradinho - RS; Três Passos - RS; São Joaquim - SC; Dionísio Cerqueira - SC; e Itararé - SP.



Aeródromos de Iapoque - AP (SBOI), Belém Novo (SSBN), em Porto Alegre - RS e Santo Antônio do Içá - AM.

Além disso, foram celebrados termos aditivos aos convênios de delegação da exploração do Aeroporto de Paulo Afonso - BA (SBUF), cujo delegatário é o Estado da Bahia, e do Aeroporto Professor Urbano Ernesto Stumpf (SBSJ), delegado ao Município de São José dos Campos - SP. Referidos termos alteraram a data de assunção da exploração desses aeroportos pelos novos delegatários, em virtude da retirada da atribuição da Infraero para tais explorações.

Destaca-se, ainda, a celebração dos termos aditivos aos convênios relativos aos Aeródromos de Unaí - MG (SNUN), de Conceição - PB (SIBW) e de Cuité - PB (SICB), cujo objetivo foi a dilação de prazos para a adoção de providências visando à abertura desses aeródromos ao tráfego aéreo, tendo em vista que atualmente se encontram interditados.

Noutra frente de atuação, com vistas a otimizar a utilização das infraestruturas aeroportuárias e a compatibilização entre as atividades civis e militares nos aeroportos que possuem instalações e operações militares, foi atualizado, em 2022, o Plano de Zoneamento Civil-Militar do Aeroporto Val-de-Cans (SBBE), Belém - PA, bem como concluídos os estudos para redimensionamento das áreas dos sítios aeroportuários de Barcelos - AM (SWBC) e Macapá - AP (SBMQ), ilustrados a seguir:



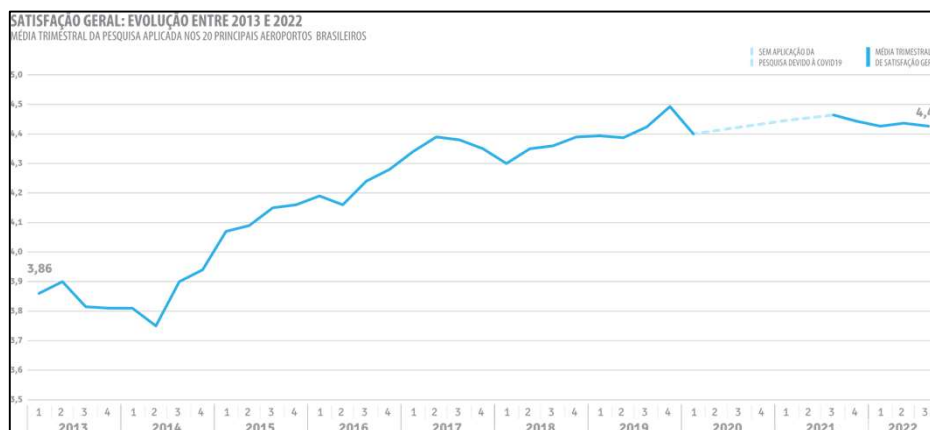
Foram ainda desenvolvidas propostas de atualização dos Planos de Zoneamento Civil-Militar para os Aeroportos de Guarujá - SP (SBST); Eirunepé - AM (SWEI); e São Gabriel da Cachoeira - AM (SBUA).

Ademais, foram concluídos os levantamentos topográficos para fins de certificação de limites e acertos cadastrais dos sítios aeroportuários dos Aeródromos de Osório/RS; Joaçaba/SC e Fortaleza/CE; Parintins/AM (SWPI); Carauari /AM (SWCA); Coari /AM (SWKO); Lábrea /AM (SWLB); e Maués /AM (SWMW), sendo que estes do Estado do Amazonas encontram-se inseridos na modelagem de Parceria Público-Privada - PPP (Concessão Patrocinada) para expansão, exploração e manutenção do Bloco de 8 aeroportos do Estado do Amazonas. Por fim, foi concluída a proposta para Declaração de Utilidade Pública - DUP de área necessária à expansão do Aeroporto de Uruguaiana/RS.

Secretaria Nacional de Aviação Civil - SAC

Outras entregas

Adotando a premissa da qualidade dos serviços ofertados e a importância da opinião dos passageiros nas decisões dos agentes responsáveis pelo transporte aéreo, é realizada pesquisa de satisfação do usuário, na qual é avaliada a experiência do passageiro em diversos itens de infraestrutura, atendimento e serviços, sendo realizado o monitoramento do desempenho de diferentes processos aeroportuários, como check-in, inspeção de segurança, restituição de bagagem, dentre outros, nos principais aeroportos do país.



Cabe enfatizar também que está sendo implantado, com previsão de conclusão em 2024, na área de facilitação do transporte de carga aérea, o novo sistema de Controle de Carga e Trânsito CCT Importação – Modo Aéreo, coordenado pela Receita Federal, com o apoio do MInfra, que busca integrar os sistemas corporativos das empresas ao Portal Único do Comércio Exterior, viabilizando uma comunicação rápida, segura e transparente. A lógica do processo de fiscalização passa a ser a da não-intervenção humana no fluxo logístico. O novo processo é baseado no gerenciamento de riscos intensivos. Dessa forma, estima-se reduzir em até 90% os casos de intervenção humana, garantindo, ainda, maior segurança a partir de controles mais eficientes e inteligentes. Como consequência, espera-se uma redução significativa no tempo médio (a meta é reduzir em até 80%) e nos custos envolvidos.

Promoção da Segurança da Aviação Civil

A segurança do transporte aéreo pode ser dividida em dois tipos: segurança operacional ou de voo (*safety*) e proteção contra atos de interferência ilícita (*security*). A segurança de voo (*safety*) é o estado no qual o risco de ocorrência de acidentes ou incidentes aeronáuticos é reduzido ou mantido em um nível aceitável por meio de um processo contínuo de identificação de perigos e gerenciamento dos riscos. As ações relativas a *safety* – certificação e fiscalização – alcançam as empresas aéreas, os tripulantes, os operadores de aeródromos e os fabricantes de produtos aeronáuticos. Já *security* é a combinação de medidas, recursos humanos e materiais destinados a proteger a aviação civil contra atos de interferência ilícita em aeroportos e aeronaves que possam colocar em risco a operação aérea – como, por exemplo, os atentados terroristas.

Em 08 de setembro de 2022, foi publicado o Decreto nº 11.195, que dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita – PNAVSEC. O novo decreto promoveu atualizações às normas internacionais da OACI (Organização da Aviação Civil Internacional), da qual o Brasil é membro, sendo necessária a revisão da legislação, para disciplinar a aplicação de medidas de segurança destinadas a garantir a integridade de passageiros, tripulantes, pessoal de terra, público em geral, aeronaves e instalações de aeroportos brasileiros, a fim de proteger as operações da aviação civil contra atos de interferência ilícita cometidos no solo ou em voo.

No que se refere à segurança do transporte aéreo, o Governo Federal fiscalizou, no ano de 2021, diversos itens relativos à regulação econômica, infraestrutura aeroportuária, operações aéreas e aeronavegabilidade. Essas ações contribuíram para a redução da média móvel da taxa de acidentes aeronáuticos com fatalidade em operações regulares, por 1 milhão de decolagens. No ano de 2007, o índice Brasil estava em 1,48, caiu para 0,19 no ano de 2015 e alcançou taxa 0 (zero) em 2016, mantendo-se em 0 (zero) em 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e no primeiro semestre de 2022. Esse é um parâmetro mundialmente utilizado como indicador de desempenho da aviação civil e representa um excelente resultado para o setor aéreo brasileiro.

Secretaria Nacional de Aviação Civil - SAC

Capacitação profissional e desenvolvimento tecnológico

Também foi promovido um conjunto de eventos referente as Ações Nacionais de Aviação Civil para promover o cumprimento consciente dos requisitos regulamentares e aprimorar a cultura da segurança no setor, como também reduzir a assimetria de informações entre as partes envolvidas. Tais eventos têm o objetivo de desenvolver a aviação civil a partir de atividades ligadas à qualificação, capacitação e divulgação de informações aos profissionais da aviação civil.

Nesse sentido, o Programa de Treinamento para Profissionais de Aeroportos - TREINAR ofereceu 1.289 vagas remanescentes para o curso online de Introdução à Aviação, por meio de parceria estabelecida entre a SAC/MInfra e a instituição de ensino norte-americana Embry-Riddle Aeronautical University. O curso objetiva nivelar o conhecimento dos profissionais de aeroportos regionais, de forma a suprir a deficiência acerca de conceitos básicos sobre aviação, bem como atualizar e ampliar o conhecimento dos profissionais mais experientes, qualificando-os para melhor exercerem seu ofício. Também, por meio do TREINAR, foram oferecidas 910 vagas em 12 cursos, voltados para a operação e gestão dos aeroportos públicos de pequeno e médio porte, de forma a proporcionar a continuidade e melhoria das operações aeroportuárias, dentro de níveis adequados de segurança, prover condições para o crescimento sustentável da malha aérea civil e melhorar a qualidade dos serviços prestados por aeródromos brasileiros.

Em relação ao desenvolvimento tecnológico, finalizado o período de testes do projeto “Embarque mais Seguro” no final de 2021, em 25 de janeiro de 2022, houve a publicação da Resolução nº 1 da Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias – Conaero, que recomendou ao setor de aviação civil a adoção de identificação biométrica de viajantes e profissionais no transporte aéreo no Brasil.

Ainda, por intermédio da SAC/MInfra, em 11 de fevereiro de 2022, foi celebrado acordo entre Serpro e Infraero para viabilizar a operação do projeto em produção nos aeroportos de Santos Dumont e Congonhas. Está em fase final a discussão sobre portaria interministerial que estabelecerá os órgãos públicos controladores das bases de dados de passageiros e tripulantes, oriundas do projeto, conforme requer a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Em 9 de agosto de 2022, o projeto “Embarque mais Seguro” entrou em operação nos aeroportos Santos Dumont e Congonhas, consolidando a implementação do Projeto e tornando-o disponível para adoção por outros aeroportos brasileiros. A iniciativa já conta com a adesão das 3 principais companhias aéreas do país que, inclusive, incorporaram a opção de reconhecimento biométrico operacionalizada pelo Serpro, na função “check-in” de seus aplicativos.

Também no 1º semestre de 2022, teve início a operação do Sistema Brasileiro de Informação Antecipada de Passageiros (Sisbraip), ferramenta idealizada pela SAC/MInfra e disponibilizada aos órgãos de controle de fronteira, que possibilita o uso mais efetivo das informações API/PNR (Informações Antecipadas sobre Passageiros - Advance Passenger Information – API / Registro de Identificação de Passageiros - Passenger Name Record - PNR), disponibilizadas pelas empresas aéreas àqueles órgãos, em cumprimento à Resolução nº 255, de 13 de novembro de 2012 (alterada pela Resolução nº 595, de 11 de novembro de 2020), tornando as fiscalizações mais assertivas nos aeroportos nacionais.

Já em relação aos Estudos e Planejamento da Aviação Civil, com vista ao cumprimento das diretrizes do Plano Integrado de Transportes, avançou-se significativamente nos trabalhos voltados à atualização do plano tático setorial de aviação civil, Plano Aeroviário Nacional – PAN 2022 – 2052. O PAN terá como foco identificar polos em que o transporte de pessoas e carga num cenário de projeção de demanda possa ser absorvido pela rede de aeroportos. O documento, com o modelo estratégico e a malha de aeroportos considerada, foi apresentado no processo de tomada de subsídio, em setembro de 2022, para receber contribuições da sociedade.

Combustíveis Sustentáveis de Aviação

Um debate central para o setor aéreo refere-se à produção de combustíveis sustentáveis de aviação (SAF) no Brasil. Ao longo de 2022, a SAC participou de diversos fóruns sobre o tema, entre eles o Subcomitê ProBioQAV, criado no âmbito do Programa Combustível do Futuro, instituído pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Em fevereiro de 2022, o Subcomitê ProBioQAV concluiu seus trabalhos com a apresentação das premissas da futura política pública que introduzirá o SAF na matriz energética brasileira, aprovada pelo Comitê Técnico Combustível do Futuro em janeiro desse mesmo ano. Com efeito, muito embora contribua para o desejado propósito de redução de emissões, há grande incerteza sobre os impactos da introdução do SAF sobre os custos operacionais do transporte aéreo, o que torna imprescindível o contínuo envolvimento da Secretaria no debate. Com o intuito de fomentar e promover a temática, a SAC estabeleceu duas importantes cooperações:

- Cooperação com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF): para realização de estudos acerca das alternativas do setor aéreo diante dos compromissos nacionais e internacionais de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) relacionados ao uso de SAF e suas implicações com vistas a subsidiar a Secretaria na proposição e avaliação de políticas e diretrizes para regulação econômica de serviços aéreos, infraestrutura aeroportuária e aeronáutica civil, para estímulo ao desenvolvimento, à concorrência, à sustentabilidade ambiental e à prestação adequada dos serviços. A parceria tem duração de 24 (vinte e quatro) meses, com um investimento total no valor de R\$ 1.244.414,00 (um milhão, duzentos e quarenta e quatro mil e quatrocentos e catorze reais), já tendo sido paga a primeira parcela de R\$ 229.123,00 (duzentos e vinte e nove mil e cento e vinte e três reais).

- Cooperação com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para a realização de investimentos no Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas (CPT) da Agência. Localizado em Brasília, o laboratório atualmente possui infraestrutura para certificação de cerca de 60% dos ensaios exigidos nas especificações de querosene de aviação alternativo. Nesse sentido, a SAC firmou o TED para realização de investimentos, no valor de R\$ 11.468.961,83 (onze milhões quatrocentos e sessenta e oito mil e novecentos e sessenta e um reais), ao longo de quatro anos, de maneira que o laboratório esteja apto a realizar todos os testes necessários à certificação de qualidade dos combustíveis de aviação. Entende-se que a medida é de extrema relevância não apenas para a segurança da aviação, como para o desenvolvimento dos combustíveis sustentáveis.

Ademais, a partir da provocação da ASPAR do Gabinete do Ministro, realizam-se acompanhamentos e manifestações técnicas acerca de iniciativas legislativas que alterem normativos e marcos regulatórios do setor, ou que de alguma maneira possam impactar no desenvolvimento e nível de serviços do modal aéreo.

Secretaria Nacional de Aviação Civil - SAC

Participação do Brasil na Organização de Aviação Civil (OACI)

Com o objetivo de contribuir com os esforços da Organização de Aviação Civil (OACI) na redução do impacto da aviação civil e no cumprimento das metas relativas às mudanças climáticas, a SAC, em conjunto com a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), publicou a 4ª edição do Plano de Ação para a redução das emissões de CO₂. O documento traz um diagnóstico do desempenho da aviação civil brasileira em termos de impacto nas mudanças climáticas, bem como as ações propostas para a mitigação das emissões de gases no efeito estufa.

Em 2022, houve um intenso trabalho conduzido pela ANAC para coordenação da participação brasileira na 41ª Assembleia da OACI, realizada de 27 de setembro a 7 de outubro de 2022. A Assembleia é convocada a cada três anos pelo Conselho da Organização e tem como objetivo estipular as diretrizes a serem seguidas pela OACI no triênio seguinte, decidir sobre matérias encaminhadas pelo Conselho, revisar trabalhos técnicos, legais, econômicos e administrativos da Organização, entre outros.

Em votação, que ocorreu no dia 1º de outubro, o Brasil foi reeleito membro do Grupo I do Conselho da OACI para o período de 2023 a 2025, tendo recebido a maior votação entre os candidatos ao Grupo I, com total de 158 votos dos 170 possíveis, equivalente a 93%. A votação reforça a posição estratégica do Brasil no Conselho da OACI e assegura a continuidade da representação brasileira no maior fórum da aviação civil internacional.

Aumento da Competitividade no Transporte Aéreo

Como resultado das ações adotadas pelo Ministério da Infraestrutura no âmbito do Programa Competitividade do Transporte Aéreo, estão sendo alcançados objetivos expressivos para o setor de aviação civil, como a especificação do combustível JET-A para comercialização no mercado brasileiro pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Ainda como parte das ações desse Programa, o Ministério da Infraestrutura vem participando de debates com o Ministério da Economia, com a ANP e com a ANAC sobre formas de aumentar a competitividade na distribuição de combustíveis nos aeroportos. Nesse sentido, no dia 02 de junho de 2022, a ANAC submeteu à consulta pública proposta de alteração das Resoluções nº 302, de 5 de fevereiro de 2014, e nº 116, de 20 de outubro de 2009, para regular as condições de acesso aos Parques de Abastecimento de Aeronaves. Após análise das contribuições recebidas, a nova regulação deve entrar em vigor até o final de 2022.

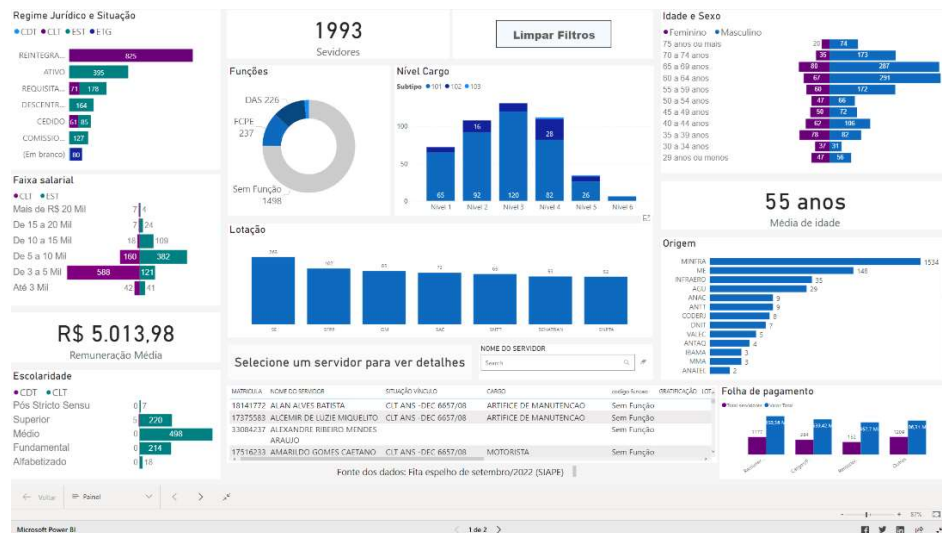
O Ministério também tem discutido com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) iniciativas para a redução da judicialização no transporte aéreo, outro item de custo significativo para as empresas aéreas. Nesse sentido, foi estabelecida cooperação técnica com o CNJ, com vigência de 36 meses, prorrogável até 60 meses, com o intuito de ter acesso aos dados referentes aos processos judiciais contra empresas de transporte aéreo regular de passageiros, que tramitam pelo Poder Judiciário a partir do ano de 2020. O acesso aos dados visa possibilitar o desenvolvimento de estudos relativos à judicialização no transporte aéreo.

Embora não faça parte do Programa, a aprovação da Lei nº 14.368/2022 (proveniente da Medida Provisória nº 1.089/2021) empreendeu ganhos expressivos de eficiência ao realizar alterações legais que promoveram a desburocratização e modernização regulatória do transporte aéreo. Entre os benefícios advindos da medida, pode-se citar a redução da tarifa aeroportuária em 35,9% nos principais aeroportos brasileiros, a regulamentação pela ANAC do tratamento dispensado aos passageiros indisciplinados, entre outras melhorias estruturantes com foco na simplificação de procedimentos e alinhamento às regras internacionais.

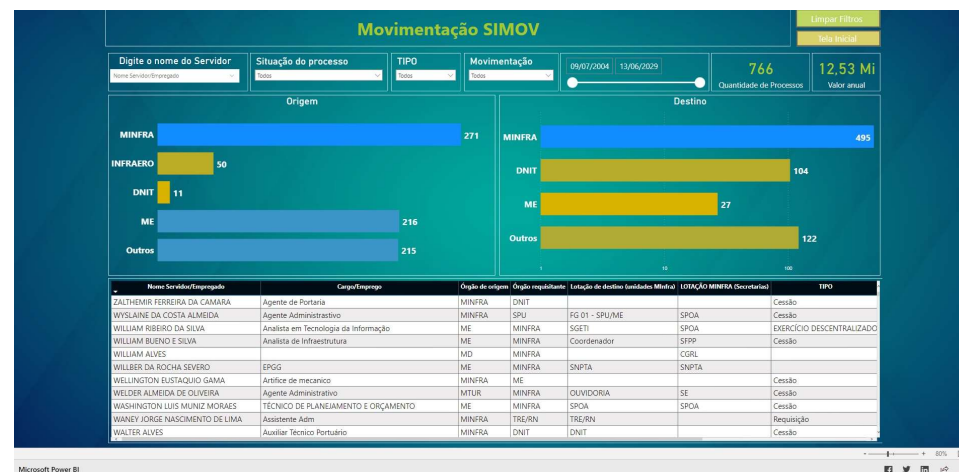
Gestão de Pessoas

Foi elaborada pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas a base de informação em tempo real dentro do Ministério da Infraestrutura, a qual evidencia a situação dos servidores lotados na Pasta, por meio do Link:

<https://bit.ly/PaineisCOGEP>



Destaca-se a DN TCU nº 198/2022, que informa da necessidade de apresentação das informações mais detalhadas. Nesse sentido, evidenciamos o link do portal de transparência (<https://www.portaltransparencia.gov.br>), que disponibiliza todas as informações em conformidade com a Lei nº 12.527/2011.



Política de Governança de TI do MInfra

Política de Governança



Anexo III

Instâncias de Governança de TICs

Governança Digital

Comitê de Governança Digital - CGD

Infraestrutura do SISP
Comitê Setorial de Infraestrutura do SISP - COSETI

Dados

Comitê de Governança de Dados e Informação - CGDI

Segurança

Comitê de Segurança da Informação - CSI

Gestão de Tecnologia da Informação

Política de Governança de Tecnologia da Informação do Ministério

A Política de Governança de TI do MInfra consolida uma visão integrada e aplicada ao contexto do MInfra em face do arcabouço de normas de Tecnologia da Informação. Com a publicação da Portaria nº 1.633/2022 foi alterada na composição do Comitê de Governança Digital - CGD e do Comitê de Segurança da Informação - CSI, que passa a ser presidido pelo titular da S-GETI. Ainda no contexto da política, foi alterado o Comitê de Infraestrutura do SISP - COSETI que passou a ser o Comitê Setorial de Tecnologia da Informação mantendo a mesma sigla, mas com composição alterada para abranger todas as unidades vinculadas ao MInfra.

Comitê de Governança Digital – CGD

O Comitê de Governança de Digital é um órgão de caráter permanente com funções consultivas e deliberativas, tendo como objetivo determinar as prioridades dos programas de investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicações – TIC, visando assegurar a qualidade, eficiência e eficácia das atividades e ações que dão suporte ao cumprimento da missão institucional do Ministério da Infraestrutura (MInfra).

As ações do CGD deverão estar em consonância com ao Plano Estratégico Institucional - PEI, ao Plano Anual de Contratações de TIC - PAC/TIC e a Estratégia de Governança Digital - EGD da administração pública federal.



Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação – S-GETI

Comitê Setorial de Infraestrutura do SISP - COSETI

Aprovada a iniciativa de convite às vinculadas que não integram o SISP, conforme o disposto na Portaria 55, art. 22, § 4º. Apresentação do Diagnóstico de privacidade e segurança da informação da SGD.

11/05/2022



1ª Reunião 2022

Apresentação da Equipe S-GETi e dos Membros do COSETI, bem como da Estrutura de Governança do MInfra; Apresentação dos responsáveis pela área de TIC e das contratações MInfra 2022; Compartilhamento dos projetos de integrações de dados com outros órgãos; Segurança da Informação. Adoção de Serviços de Computação em Nuvem pelo Governo Federal.

21/06/2022



Extraordinária

25/08/2022



Extraordinária

Avanços na Governança

- Lançamento do Ambiente Lidera Infra
- Revisão dos Indicadores Estratégicos
- Revisão da Carteira de Projetos Estruturantes de Transformação Digital
- Gestão de Destaques Ministeriais
- Aperfeiçoamento do Gestão do Balanço Radar
- 3º Termo Aditivo do Serpro
- Reativação do COSETI
- Publicação do Ambiente de Governança de Dados

Principais Instrumentos da Gestão de TICs do MInfra

A Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação utiliza alguns instrumentos de gestão para a execução das ações de TIC da organização. Entre eles se destaca o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC). O PDTIC possibilita justificar a aplicação de recursos de TIC, minimizando o desperdício e garantindo maior controle, para aplicar recursos naquilo que é considerado mais relevante e, por fim, melhorando o gasto público e o serviço prestado à sociedade



PDTIC Minfra 2019-2022 – Visão Geral

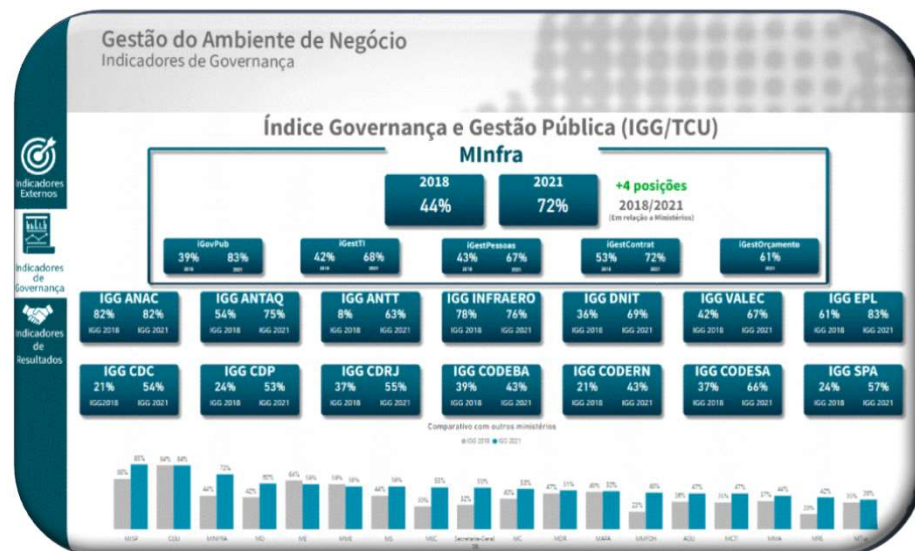
O PDTIC atualmente atende a 08 objetivos de TI, executa 21 ações, trabalhando sob a gestão de 15 metas. Das 163 demandas, 74 já foram finalizadas



Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação – S-GETi

Índice de Governança e Gestão – IGG

Por meio do IGG, o TCU verifica a evolução na capacidade de gestão dos órgãos públicos. O MInfra tem utilizado este indicador para avaliar os aspectos de governança, gestão de riscos e oportunidades de melhoria das entidades que o compõe.

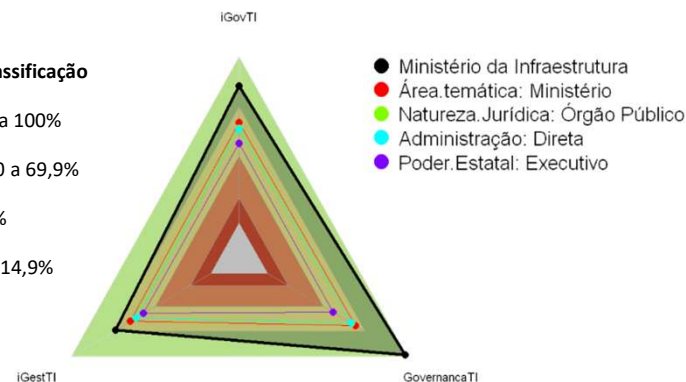


Painel Lidera Infra – IGG/TCU

A Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação (S-GETi) vem apresentando evolução na apuração do resultado do iGovTI. Em 2021, o MInfra passou da classificação **inicial** para **aprimorado**, evoluindo seu indicador de 42% para 68%, último estágio, demonstrando a eficácia da Gestão de TI nos últimos anos. Os indicadores avaliados são o Índice de Governança e Gestão de TI (iGovTI), Índice de Gestão de TI (iGestTI), Índice de Governança de TI (GovernançaTI). Em 2022, a S-GETi continua buscando aperfeiçoamento da Governança e Gestão de TI, a partir desses indicadores.

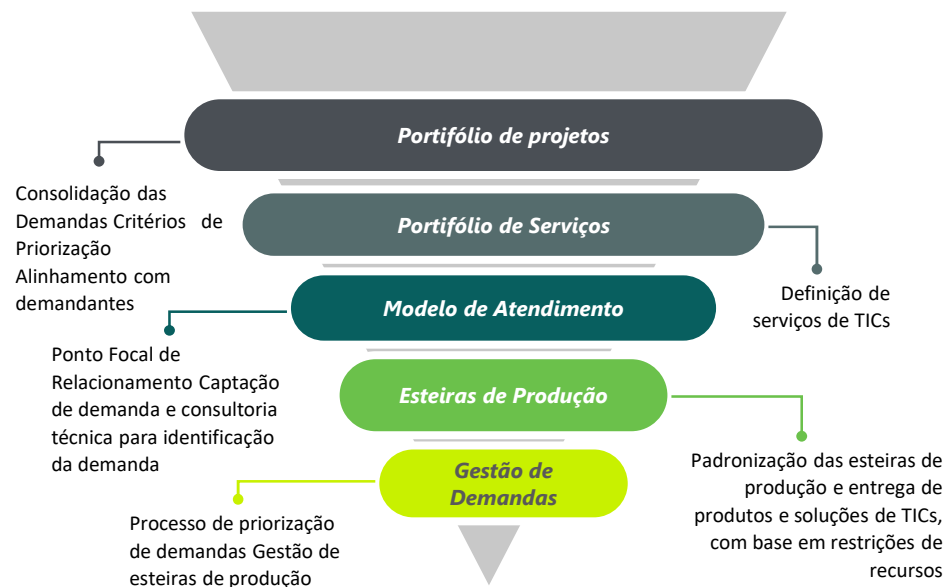
Faixas de Classificação

- **APrimorado** = 70 a 100%
- **INTERmediário** = 40 a 69,9%
- **INicial** = 15 a 39,9%
- **INExpressivo** = 0 a 14,9%



Modelo de Relacionamento de TIC

O modelo de relacionamento de TIC foi desenvolvido e implementado com o objetivo de dar o adequado tratamento às demandas dirigidas à S-GETi. Em 2021 foi aprimorado de maneira que atualmente todas as demandas seguem o fluxo da figura ao lado. Em 2022, o modelo continua em consolidação para melhor atender às demandas do Ministério



Catálogo de painéis no Portal de Painéis (41 painéis catalogados)
 Padrões visuais dos painéis estratégicos
 Painel de Monitoramento dos Dados Abertos
 Painel de Indicadores Portuários
 Painel da Agenda de Sustentabilidade
 Painel da Cadeia de Impacto (SUST)
 Painel de Análise de Sentimentos (Twitter do Ministro)
 Painel de Riscos (Agatha)—versão pública e versão gerencial
 Painel de Supervisão Ministerial
 Evolução do Painel Gerencial de Parcerias (SFPP)

9 Unidades atendidas

SAC, SE, SFPP, SNPTA, SNIT, SENATRAN, SUST, SPOA GM

Mapeados
36

Melhorados
27

Serviços no GOV.BR e percentuais de Integração:

	Total Serviços	Minfra	DNIT	ANAC	ANTAQ	ANTT
% Login Único	55	96%	92%	98	29	60
% Módulo Avaliação		75%	75%	41%	36%	48%
% Pagtesouro		100%	0%	92%	100%	14%



Data Lake
Volumetria
500GB

Data warehouse
Volumetria
790GB

Portaria Embarque + Seguro
 Data Mart de Riscos (Agatha)
 Data Mart do Consumo de Serviços SENATRAN
 Compartilhamento de dados com DNIT
 Internalização dos dados de indicadores portuários
 Atendimento da lista de necessidade de dados
 Catálogo de Dados do Minfra
 Catálogo de Dados das Vinculadas
 Resolução do Catálogo de Dados
 Capacitação dos Curadores de Dados
 100% do plano de trabalho CGDI executado

93 Demandas do PDTIC tratadas pela esteira de relacionamento

PDTIC

17 projetos de Transformação Digital em Execução

Em Execução

13 projetos de Transformação Digital concluídos

Concluídos

Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação – S-GETI

Transformação Digital

O Plano de Transformação Digital (PTD) do MInfra está disponível no seu sítio na Plataforma GOV.BR através do link <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transformacao-digital/arquivos/pdt-1706.pdf> dentro da página da Transformação Digital: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transformacao-digital>

O Plano de Transformação Digital do MInfra se encontra em execução, com término em dezembro de 2022. Ao lado tem-se o resumo das entregas do plano, por status:



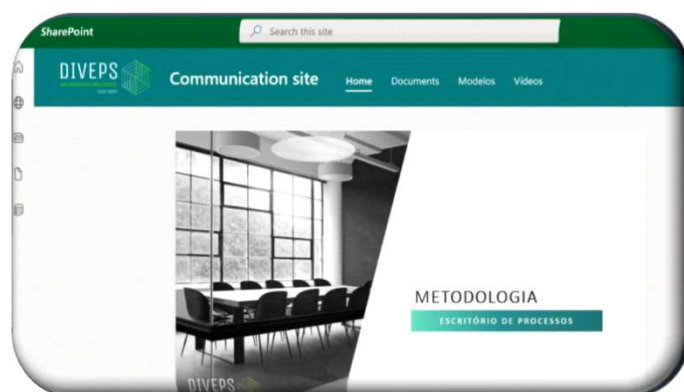
Gestão de Processos

O Escritório de Processos do MInfra, ao longo do 1º semestre de 2022, deu continuidade aos trabalhos com a SAC na validação, melhoria e análise de processos internos. Assim, um resultado obtido pela própria área foi a criação de um App de gestão de dados sobre aeroportos que recebem valores para investimentos.

Além disso, foi iniciado o levantamento de processos dos 3 novos Departamentos da SENATRAN. O resultado foi a melhoria de 2 processos críticos de um total de 5 processos que as áreas levantaram, concomitantemente, com o treinamento de parte da equipe.

O escritório atuou e vem atuando no levantamento e mapeamento dos processos da Subsecretaria de Gestão Estratégica e Inovação, providenciando o desenvolvimento (melhoria) de aplicativos para gestão e automatização dos serviços internos (processos) das áreas técnicas. Além disso, destaca-se as atividades de treinamento na Metodologia do Escritório de Processos dos Departamentos das Secretarias que não foram atendidas no ano de 2021 e suporte para as áreas na temática Gestão de Processos e Serviços.

Os documentos e produção do Escritório de Processos estão disponibilizados na Intranet do MInfra (<https://minfraestrutura.sharepoint.com/sites/EscriitriodeProcessos2>)



9 Unidades atendidas

SAC, SE, SFPP, SNPTA, SNTT, SENATRAN, SUST, SPOA GM



Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação – S-GETI

Gestão de Dados e Informações



- Catálogo de painéis no Portal de Painéis (45 painéis catalogados)
- Padrões visuais dos painéis estratégicos
- Painel de Monitoramento dos Dados Abertos
- Painel de Indicadores Portuários
- Painel da Agenda de Sustentabilidade – versão pública e versão restrita
- Painel da Cadeia de Impacto (SUST)
- Painel de Análise de Sentimentos (Twitter do Ministro)
- Painel de Riscos (Agatha) – versão pública e versão gerencial
- Painel de Supervisão Ministerial
- Evolução do Painel Gerencial de Parcerias (SFPP)
- Painel de Interdições e Ocorrências
- Painel de Necessidade de Dados
- Painel de Serviços Digitais
- Painel de Consumo de Serviços SENATRAN
- Portaria Embarque + Seguro
- Internalização da Base do DTE
- Internalização e automatização D-1 dos dados do RENACH, RENAVAL e Porto Sem Papel
- Compartilhamento dos dados do RENAVAL e RENACH com o DNIT, INSS, MJSP, DPF e PRF com D-1
- Data Mart de Riscos (Agatha)
- Data Mart de Empreendimentos
- Data Mart do Consumo de Serviços (SENATRAN)
- Data Mart da Estratégia
- Data Mart do ARFABR
- Internalização e compartilhamento da base RENAVAL
- Internalização dos dados de Indicadores Portuários
- Coleta e internalização de dados do Twitter do Ministro

Comitê de Governança de Dados e Informação - CGDI

Em 2022, o CGDI finalizou a execução do plano de trabalho proposto. As principais entregas desse plano foram:

- Catálogo de dados do Minfra;
- Catálogo de dados das Vinculadas;
- Levantamento das necessidades de dados;
- Atendimento da lista de necessidade da dados
- Resolução sobre catalogação de dados;
- Capacitação dos curadores de dados; e
- Automação de envio de e-mails de alerta aos curadores do Plano de Dados Abertos - PDA.
- 100% do plano de ação do CGDI executado

Gestão de Dados e Analytics

Em 2022, o Ministério avançou na gestão dos dados com a criação do catálogo de dados do Minfra e o catálogo de dados das vinculadas, potencializando a descoberta e a utilização dos dados internalizados no *Data Lake* institucional.

Ainda como avanço na gestão de dados, o Ministério publicou a Resolução Nº 5 - CGDI, de 1 de junho de 2022 sobre a catalogação de dados no âmbito do Minfra.

Para potencializar a produção de informação estratégica em 2022, o Minfra alavancou o nível de maturidade em *Analytics* e totalizou 43 painéis estratégicos, muitos deles desenvolvidos pelas próprias áreas após o incentivo ao *self service BI* e utilização de *data mart* criados e disponibilizados no catálogo de dados.

Além de novos *Data Marts*, os principais painéis desenvolvidos em 2022 foram:

- Painel de Monitoramento dos Dados Abertos;
- Painel de Indicadores Portuários;
- Painel da Agenda de Sustentabilidade;
- Painel de Análise de Sentimentos;
- Painel de Riscos;
- Painel de Supervisão Ministerial; e
- Evolução do Painel Gerencial de Parcerias.

Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação – S-GETI

Desenvolvimento de Soluções

De janeiro a dezembro de 2022, o Ministério da Infraestrutura desenvolveu soluções informatizadas com o apoio de serviços contratados de desenvolvimento (Contrato Administrativo nº 11/2021), com a alocação de profissionais terceirizados em projetos ágeis e a aferição de níveis de serviço, que quantificam e qualificam o trabalho realizado.

Por meio do referido contrato, foram realizadas atividades de desenvolvimento e de sustentação dos sistemas já operados no Ministério, que exigem atualizações tecnológicas, evoluções e correções ao longo de sua vida útil. Até o presente momento, o contrato alocou 21 (vinte e um) postos de trabalho do total de 30 (trinta) disponíveis.

6 (seis)

Soluções
Publicadas

- Sistema de Autorização Ferroviária.
- Atendimento Inteligente (ChatBot) - Fase II.
- Monitoramento Multimodal (Arfa BR).
- Prêmio SENATRAN – Módulo Jurados;
- Gestão de Agendas – abrangência para novas unidades do MINFRA;
- Sistema de Controle de Projetos do Fundo de Marinha Mercante;

40

Sprints Ágeis
Concluídas

- Sistema de Autorização Ferroviária.
- Sistema de Controle de Projetos da Marinha Mercante.
- Atendimento Inteligente (ChatBot) - Fase II.
- Monitoramento Multimodal (Arfa BR).
- Sistema do Prêmio SENATRAN – Módulo Jurados e Novas Inscrições
- Gestão de Agendas – Criação de Agenda por Unidade

41

Soluções
Sustentadas

- Sistema de Gestão Ambiental.
- Sistema do Passe Livre Interestadual.
- Sistemas de Apoio a Gestão de Pessoas, Orçamentária, Gestão Documental e de Agendas.
- Solução Prêmio SENATRAN;
- Nova ferramenta de importação do SIORC e outras.

Além dos serviços contratados, a Coordenação de Desenvolvimento de Soluções – CODEV/CGST/SGETI realizou a internalização de soluções oriundas de outros órgãos da Administração Pública que se aplicam aos processos de trabalho do Ministério, gerando economia de escala e se aproveitando de experiências de sucesso.

No mesmo sentido, a CODEV também cuidou para que softwares adquiridos junto ao mercado ou produtos de cooperação com outras instituições fossem adaptados e incorporados ao ambiente operacional do MINFRA.

Ademais, as atividades de consultoria técnica em arquitetura de desenvolvimento e integrações, bem como a fiscalização contratual do principal provedor de sistemas informatizados, o SERPRO, foram realizadas pelo time de desenvolvimento.

Soluções Internalizadas/Adquiridas
02 (duas)

- Sistema do Programa de Gestão.
- Sistema de Gabinete – E-Gab

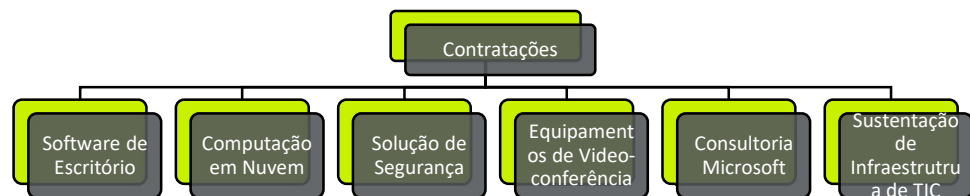
Pontos de Função SERPRO Pagos
3 mil

- Soluções Estruturantes e Aplicativos de Trânsito, de Transportes Terrestres e de Portos.

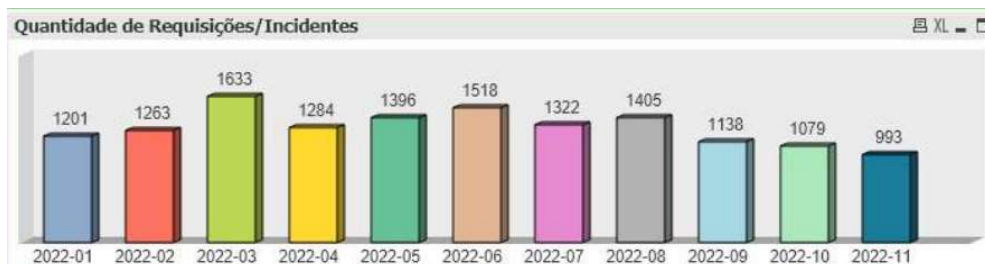
Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação – S-GETI

Infraestrutura Tecnológica

Em 2022, importantes projetos foram conduzidos para aperfeiçoar a infraestrutura disponível e melhor atender à demanda de serviços existentes, os quais originaram 6 (seis) importantes contratações, já concluídas.

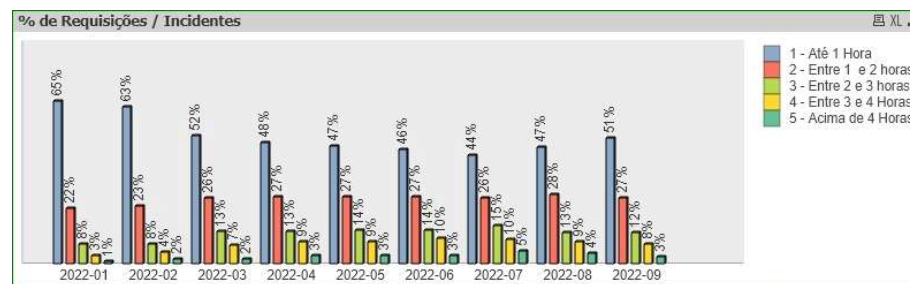


A Central de Serviços de TIC do Ministério da Infraestrutura atendeu a 14.232 chamados de suporte ao usuário, numa média de 1.300 chamados por mês. Grande parte dos chamados (77%) foi atendida em até duas horas após seu registro. A avaliação do serviço é da ordem de 95% entre os satisfeitos e muito satisfeitos do universo de usuários respondentes da pesquisa de satisfação.



Chamados de Suporte ao Usuário (2022) – Por mês

No período, a Coordenação de Infraestrutura Tecnológica (COINT) realizou 6.507 mudanças nos serviços de TIC, gerenciadas pelo Processo de Gerenciamento de Mudança instituído pelo Comitê de Governança Digital do MInfra. Destaca-se a implantação do Sistema Único de Processo Eletrônico em Rede (SUPER), em substituição ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI), como uma das mudanças importantes no referido período.



Tempo de Atendimento a Chamados (2022) – Por mês

Segurança da Informação e Comunicações

Durante o ano de 2022, foram realizadas algumas ações de Segurança da Informação e Comunicação de destaque:

Ações

- Adesão ao PPSI - Programa de Privacidade e Segurança da Informação do Governo Federal, com a definição de plano de ações anual.
- Formalização da ETIR - Equipe de Tratamento de Incidentes Cibernéticos do MInfra, já com a composição publicada;
- Composição do Programa Startup.Gov denominado SEG TIC – Infraestruturas Eficientes e Seguras, junto ao Ministério da Economia;
- Implantação da Política de Backup dos dados e das soluções tecnológicas do Ministério.
- Implantação do Processo de Gestão de Mudanças dos ativos e serviços de Infraestrutura de TIC

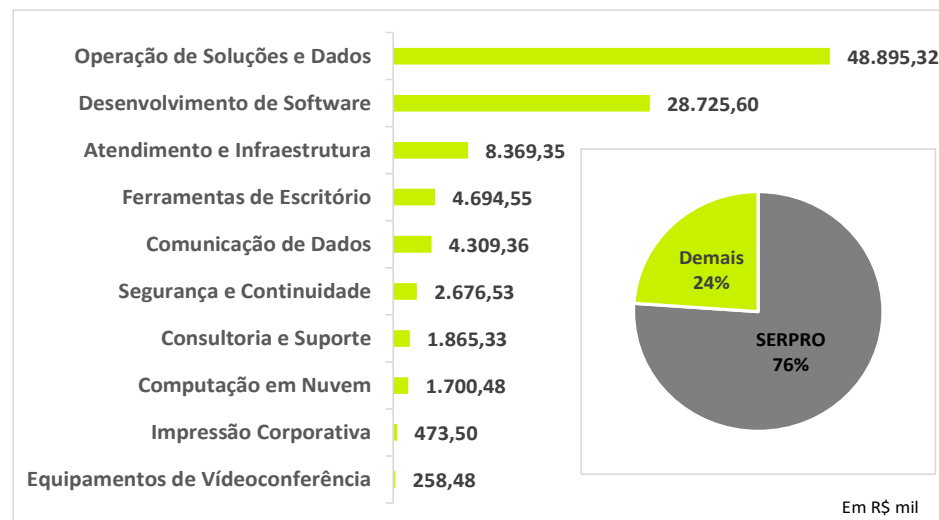
Disponibilidade dos Ambientes

A disponibilidade dos principais serviços e sistemas do MInfra alcançou percentuais de nível de serviço acima do esperado. Destaque para o Sistema SEI, com 99,99 % de disponibilidade; Correio Corporativo, com 100%; Serviço de Banco de Dados, com 99,72% e Serviço de Armazenamento, com 100%.

Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação – S-GETI

Contratos e Orçamento

O Ministério da Infraestrutura mantém 19 (dezenove) contratos de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, para diversos objetos e frentes de atuação. De tal contingente, se destaca o contrato com a empresa pública SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados que, entre outros serviços, opera as soluções tecnológicas ligadas aos segmentos de Trânsito, Portos e Aviação Civil, no valor de R\$ 97,6 milhões.



Total Contratado: R\$ 97,6 milhões

As contratações relevantes de TIC foram realizadas em conformidade com as metas, objetivos e planejamento estratégico do Órgão e estão associadas às soluções oferecidas para o aprimoramento, eficiência e continuidade dos trabalhos desenvolvidos.

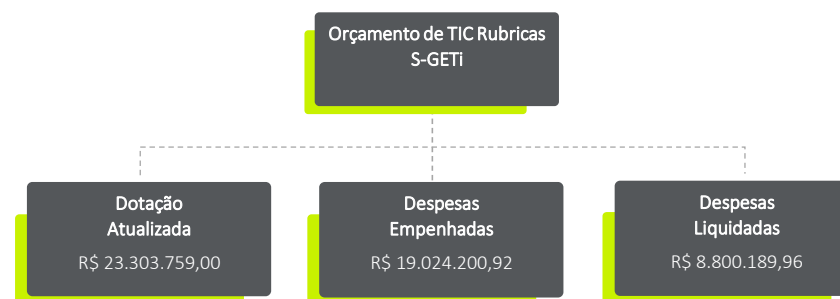
Durante o ano de 2022, foram identificadas necessidades das seguintes novas contratações, que se incorporaram ao portfólio de capacidades do Ministério:

- Licenciamento de Software de Escritório (Microsoft 365)
- Serviços de Manutenção de Software de Apoio a Gabinete
- Serviços de Computação em Nuvem
- Sistema E-Gab
- Solução de Segurança da Informação
- Equipamentos de Videoconferência
- Notebooks
- Consultoria em Ferramentas Microsoft



O orçamento de TIC consignado ao MInfra, por meio do Orçamento Geral da União, em 2022, é da ordem de R\$ 120,5 milhões. Tal orçamento é oriundo de recursos do Tesouro Nacional e de fontes específicas, como as ligadas ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET, em ações e planos orçamentários específicos.

Os recursos são executados pela S-GETi - Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação, responsável pela Unidade Gestora 390096. Do total do orçamento de TIC, R\$ 23,3 milhões compõem rubricas de responsabilidade exclusiva da Subsecretaria.



De janeiro a setembro de 2022, já foram empenhados R\$ 19 milhões nos diversos contratos, tendo o ritmo de liquidação alcançado a monta de R\$ 8,8 milhões.

Subsecretaria de Conformidade e Integridade – SCI

Objetivo

Realizar ações de prevenção a fraudes e apurações preliminares relacionadas a situações de:

Corrupção

Conflito de interesse

Nepotismo

Enriquecimento ilícito

Outras irregularidades

promovendo ambiente de
integridade institucional

Encaminhamento de denúncias

Apuradas **265 denúncias**, encaminhadas às seguintes instituições:

Polícia Federal

Polícias
Civis Estaduais

CGU

Ministério Público
Federal e Estadual

TCU, PRF,
Receita Federal e outros

Fórum - Boas Práticas de
Governança e Integridade:

Promovendo aperfeiçoamento técnico e melhores práticas ligadas às temáticas de Integridade, Riscos e Controles Internos, Governança e Recursos Humanos

Supervisões Ministeriais
realizadas - Biênio 2022/2023:

INFRAERO
CDRJ
SPA
CDP

CDC
CODEBA
CODERN

Denúncias encaminhadas
à PF ensejou a Operação:

Livre Fluxo

Investigou crimes contra servidor e ex-servidores comissionados da ANTT

Inscrições SELO Fomento Infra+ Integridade

Premiou 9 empresas
comprometidas com:

Transparência

INFRA+
INTEGRIDADE



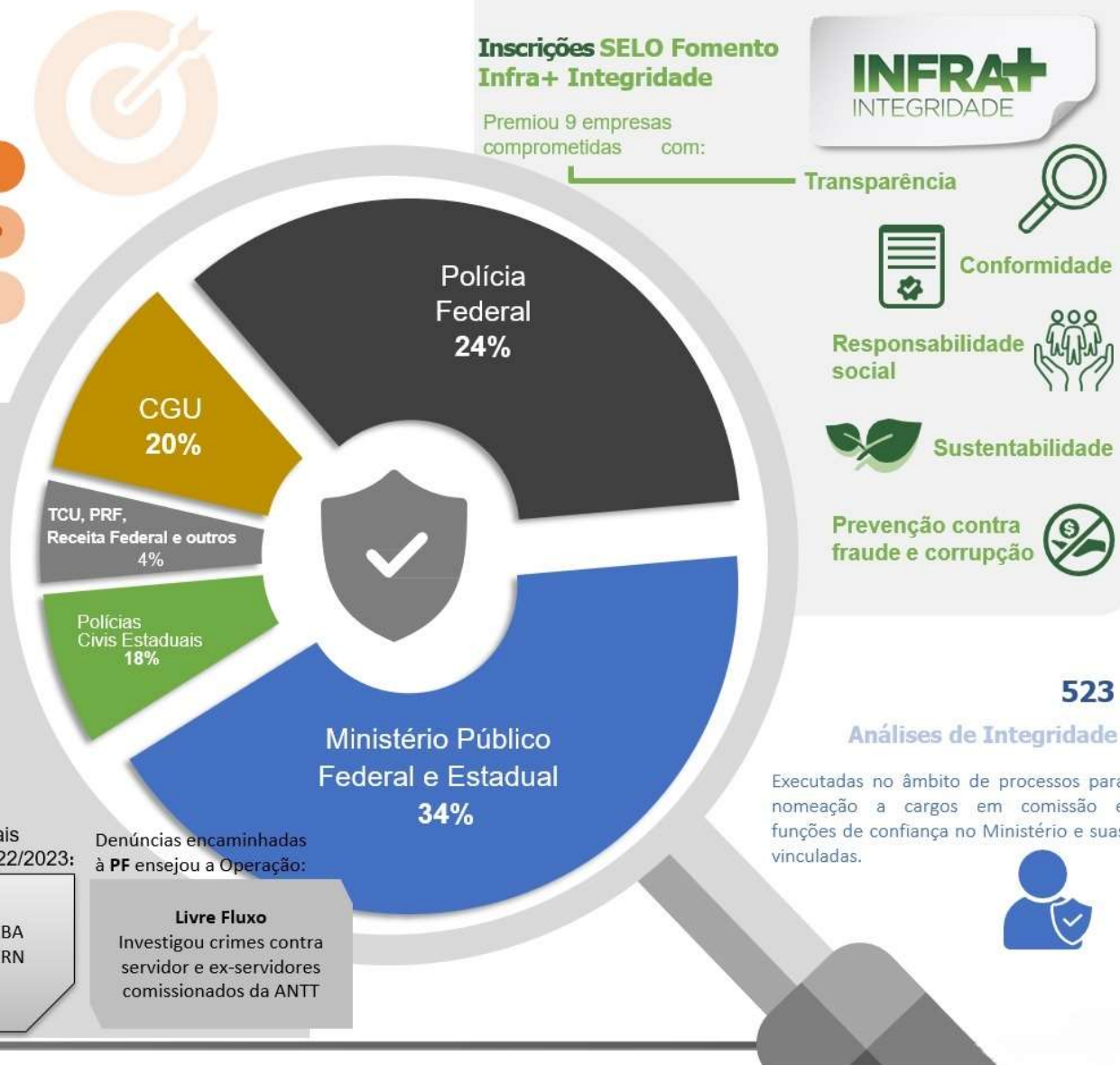
Conformidade

Responsabilidade
social



Sustentabilidade

Prevenção contra
fraude e corrupção



523

Análises de Integridade

Executadas no âmbito de processos para nomeação a cargos em comissão e funções de confiança no Ministério e suas vinculadas.



Ouvidoria-Geral

Principais Entregas/Resultados

1. Implantação do módulo de triagem e tratamento da Plataforma Fala.BR

- Em cumprimento à recomendação do Art. 19, § 1º, da Portaria CGU nº 581/2021, o serviço de atendimento da Ouvidoria-Geral deixou de utilizar a plataforma SEI como apoio para o tratamento de demandas, passando a utilizar exclusivamente o Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, a fim de mitigar riscos à segurança e à rastreabilidade das manifestações.
- O módulo está 100% implantado no MInfra, contemplando as manifestações de ouvidoria e denúncias.
- A implantação do módulo junto às unidades do MInfra resultou na redução do tempo médio de resposta aos cidadãos de 13 para 4 dias.

2. Novo ChatBot Mauá

- Implantada nova versão do atendente virtual do MInfra, desenvolvida em parceria com a Subsecretaria de Gestão Estratégica – SGETI, com mais funcionalidades, para proporcionar serviços cada vez melhores para os usuários.
- A solução tecnológica está sendo compartilhada com outras ouvidorias públicas, possibilitando melhor aproveitamento de recursos públicos. O compartilhamento gratuito da solução é mais uma entrega do Programa de Transformação Digital do MInfra.

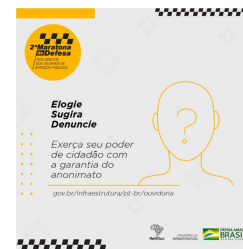


- Mauá implementado no whatsapp
- início das tratativas para implantação do Mauá na CDT

- Em constante evolução, alguns módulos se destacam pela inovação e resultados gerados:
 - Módulo de configuração e administração das funcionalidades gerenciado pela própria ouvidoria
 - Módulo de monitoramento das classificações das manifestações, garantido consistência nos dados para os painéis gerenciais
 - Base de conhecimento para respostas diretas pelo chatbot, com uso de linguagem simples, facilitando o entendimento por parte do usuário

3. 2ª Maratona dos Usuários dos Direitos dos Serviços Públicos

Pelo segundo ano consecutivo, a Ouvidoria-Geral do MInfra, com o apoio da Assessoria Especial de Comunicação, participou da campanha, de iniciativa da Rede Nacional de Ouvidorias, que objetiva divulgar a Lei nº 13.460/17, conhecida como Código de Defesa dos Direitos de Usuários de Serviços Públicos.



4. Adequação à LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados

- Estruturação do processo de tratamento de dados pessoais
- Adaptação do módulo de inventário de dados disponibilizado pela Secretaria de Governo Digital – SGD com base no desenvolvido pela Santos Port Authority - SPA, ao disponibilizado pela SGD
- Elaborado fluxo do processo de tratamento de dados pessoais
- Elaborado [Guia Rápido para Adequação à LGPD](#)
- Processo de tratamento testado no serviço de "Atendimento a Denúncias"
- Termos de Uso e Política de Privacidade - orientação da Ouvidoria:
 - InfraBR; Consulta Online Senatran; Porto Sem Papel; Tratamento de Denúncias e DTE
- Consulta online Senatran: Inventário, análise de riscos e RIPD revisados com o Serpro.
- Disponibilizados na página da Ouvidoria-Geral do MInfra, os dados da Encarregada de Proteção de Dados Pessoais e FAQ – Perguntas e Respostas Frequentes, sobre LGPD
- Campanha Interna iniciada

5. Gestão de Riscos dos processos de trabalho da Ouvidoria-Geral

- Hierarquizados os processos da unidade para gestão de riscos.
- Em implementação o processo de Pedidos de Acesso à Informação no sistema Ágatha, como processo piloto da ouvidoria na gestão de riscos dos processos de trabalho.

6. Consultas Públicas e Tomadas de Subsídios

- Parceria com a Secretaria Especial de Articulação Social da Segov/PR
- Alinhamento com a ANTT para contribuição com o desenvolvimento da Plataforma
- O MInfra é usuário do Participa + Brasil desde 12/2020 (antes do seu lançamento), sendo o principal usuário da Plataforma, respondendo por:
 - **180** das **367** consultas públicas realizadas
 - **38.906** das **131.031** contribuições recebidas
- Em 2022:
 - **23** Consultas Públicas
 - **10** Opine Aqui (tomadas de subsídios)
 - Recebidas **26.762** contribuições
- Novo Painel Gerencial em desenvolvimento

7. Carta de Serviços

- Fluxo do processo definido e aperfeiçoamento da disponibilização da Carta de Serviços

8. Conselho de Usuários

- Surgiu de uma iniciativa do Governo Federal a fim de estabelecer normas básicas para participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Esses direitos foram estabelecidos pela Lei nº 13.460, de 26/06/2017, e regulamentados pelo Decreto nº 9.492, de 05/09/2018.
- O objetivo é implantar, no âmbito do MInfra, o Conselho de Usuários, voltado para a melhoria na qualidade do atendimento e dos serviços públicos prestados aos usuários de transportes públicos e, em especial fazer cumprir os compromissos e os padrões de qualidade divulgados na Carta de Serviços ao Usuário.
- A Ouvidoria-Geral realizou estudos iniciais, identificou oportunidades e necessidades, fez a capacitação da equipe, a definição de metas e está em fase de conclusão do Termo de Abertura e cronograma de atividades

Ouvidoria-Geral

9. Resolução Pacífica de Conflitos

- Em cumprimento ao inciso VII do art. 13 da Lei nº 13.460, de 2017, e ao Art. 47 da Portaria CGU nº 581/2021, sobre a competência para promover a adoção de resolução pacífica de conflitos e mediação e conciliação entre o usuário e o órgão ou a entidade pública, sem prejuízo de outros órgãos competentes, disseminando boas práticas e prestando atendimento e orientação aos usuários sobre tais instrumentos, a Ouvidoria-Geral deu início ao projeto Resolução Pacífica de Conflitos;
- a resolução pacífica de conflitos surge como um bom método de atuação por parte das ouvidorias por meio do diálogo entre as partes, permitindo a criação ou recriação da relação, propiciando a solução de conflitos por meio da comunicação, do exercício partilhado da autonomia e da força transformadora do diálogo entre o Estado e o cidadão;
- A Ouvidoria-Geral realizou estudos iniciais, identificou oportunidades e necessidades, fez a capacitação da equipe, a definição de metas e está em fase de conclusão do Termo de Abertura e cronograma de atividades.

10. Transparência Ativa

- Manual de Transparência Ativa desenvolvido em parceria com a AECI (Autoridade de Monitoramento da LAI)
- Definição de padrões, com base no Guia de Transparência Ativa – GTA da CGU
- Identificação dos “proprietários” pelas informações de divulgação obrigatória
- Definição de prazos e procedimentos de atualização das informações
- **Cumprimento de todos os requisitos de Transparência Ativa exigidos pela CGU**

MINFRA - Ministério da Infraestrutura

Última Atualização >> 28/10/2022 06:00:23
Atualização >> Diária

CATEGORIA DO ÓRGÃO: ADMINISTRAÇÃO DIRETA

TRANSPARÊNCIA ATIVA

AVALIADOS: **49 / 49**

CUMPRIDOS: **49**

RANKING DE CUMPRIMENTO

1° / 302

ITENS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA AVALIADOS



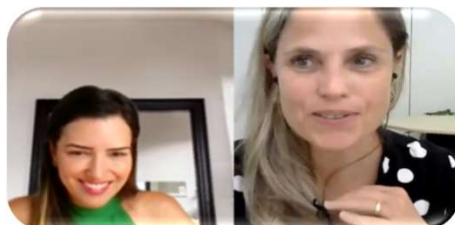
11. Duas edições da “Reunião do CTO - Comitê Técnico de Ouvidorias do Setor de Infraestrutura/2022”

- 1ª Reunião do CTO:
 - realizada nos dias 29 e 30 de junho e 01 de julho de 2022, o encontro contou com a presença da alta gestão do Ministério, do Ouvidor-Geral da União e equipe, além das ouvidorias do MInfra e das ouvidorias das entidades vinculadas.
 - Os principais temas tratados foram:
 - Importância da Comunicação
 - Câmara de Mediação de Conflitos
 - Módulo de Triagem e Tratamento do Fala.BR
 - Conselho de Usuários
 - Impacto da LGPD nos Pedidos de Acesso à Informação
 - ChatBot Mauá
 - Regulamentação de procedimentos



Ouvidoria-Geral

- 2ª Reunião do CTO:
 - realizada nos dias 05 e 06 de dezembro, de maneira virtual, o encontro contou com a participação da alta gestão do Ministério, além das ouvidorias do MInfra e das entidades.
 - O Tema escolhido foi "Planejamento", para que sejamos cada vez mais estratégicos no desempenho de nossas funções.



12. Painéis de Monitoramento - Novo Painel de Atendimento

- Visual mais leve
- Dados consumidos da base do chatbot, garantido consistência e precisão nas informações para os painéis gerenciais
- Informações mais gerenciais, com classificações definidas junto às unidades responsáveis
- Dependendo de ajustes técnicos para entrar no ar

13. Pesquisa e Avaliação

Pesquisa com pilotos Aeroportos Concedidos

- Questionário elaborado em conjunto com a SAC, em validação pelos atores do setor
- Alinhamentos com o [Participa + Brasil](#) para viabilizar a realização da pesquisa pela plataforma
- Previsão de aplicação: início de 2023

Avaliação da Satisfação com os serviços do MInfra ([acessar o painel](#))

- Pesquisa ativa pela plataforma Conselho de Usuários desde outubro/ 2022

Avaliação da Satisfação com os serviços de Trânsito do MInfra

- Pesquisa ativa pela plataforma Conselho de Usuários desde dezembro/2022

Avaliação da Satisfação com o Setor de Infraestrutura

- Levantamento de fatores de infraestrutura em órgãos públicos e agentes privados

Subsecretaria de Sustentabilidade - SUST

Principais Entregas/Resultados

COMITÊ DE TERRITÓRIOS E SUSTENTABILIDADE

A Portaria nº 28, de 22 de junho de 2022, institui e amplia o Comitê de Territórios e Sustentabilidade (CTS), formado por representantes de todas as áreas do Ministério, além de suas vinculadas, para discutir temas afetos a sustentabilidade, mudança do clima, gestão territorial, licenciamento ambiental, entre outros.

APOIO DA SUST

O apoio, a gestão e o acompanhamento das políticas, planos, programas e ações referentes ao atendimento às Diretrizes de Sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura é realizado pela Subsecretaria de Sustentabilidade (SUST) junto a todas as unidades do Ministério e entidades vinculadas, incluindo o desenvolvimento de normativos, estruturação de projetos, realização de capacitações, propostas de aprimoramento dos procedimentos de licenciamento e regularização ambiental e gestão dos assuntos afetos à temática socioambiental, de mudança do clima e territorial.

AGENDA DE SUSTENTABILIDADE 2023-2026

Publicada a Portaria nº 1.441, de 24 de outubro de 2022, que institui a Agenda de Sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura para o período de 2023-2026. Ela foi elaborada a partir de oficinas técnicas com participação de todas as áreas do MInfra, definindo-se 29 linhas de ação para o período proposto.

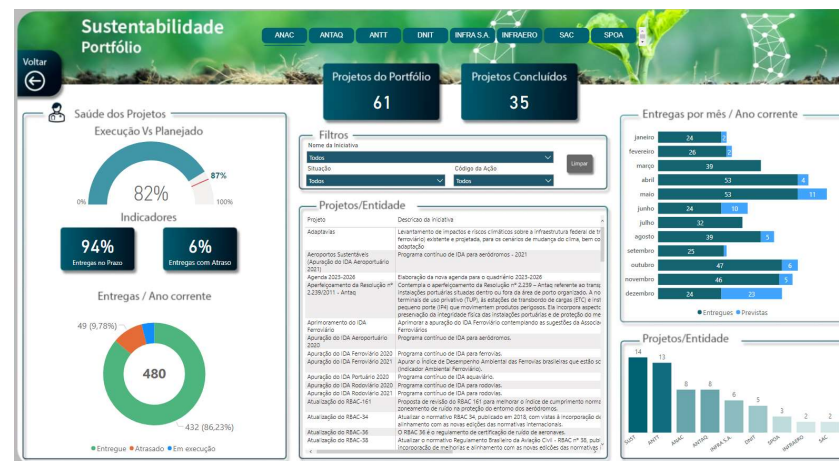
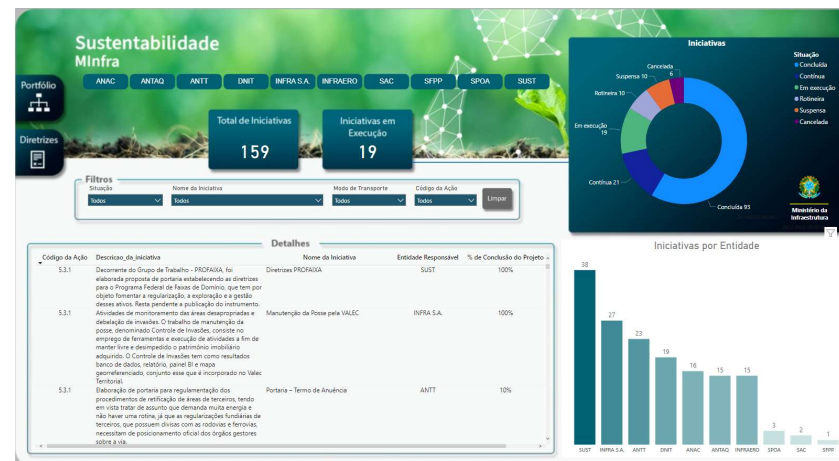
AGENDA DE SUSTENTABILIDADE 2020-2022

A Agenda de Sustentabilidade tem caráter operativo e com atualização periódica. Sua execução é um esforço contínuo do MInfra e suas entidades vinculadas. Os resultados atingidos incluem o desenvolvimento de infraestruturas de transportes sustentáveis. A Agenda de Sustentabilidade 2020-2022, originalmente, definiu 120 iniciativas divididas em 15 linhas de ações e em 51 ações. Atualmente são 159 iniciativas.

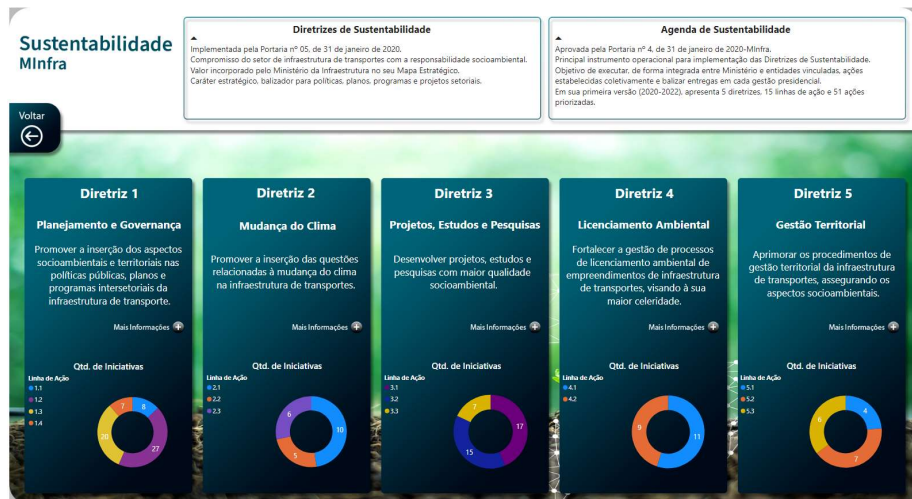
O Portfólio de Projetos da Agenda 2020-2022 é composto por 61 iniciativas executadas pela ANAC, ANTAQ, ANTT, DNIT, EPL, Infraero, InfraSA, Secretaria de Aviação Civil (SAC), Subsecretaria de Sustentabilidade (SUST), Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) e Secretaria de Fomento, Planejamento e Parceira (SFPP), sendo que 35 já estão concluídas, 16 estão em execução, 6 foram suspensas ou paralisadas e 4 foram canceladas.

O monitoramento das iniciativas está contemplado na Agenda de Sustentabilidade, que estabelece reuniões periódicas, elaboração de relatório anual de acompanhamento, estruturação de iniciativas em projetos e inclusão dos projetos no ambiente da Central de Projetos do MInfra, onde também são realizadas as análises críticas mensalmente.

Foi desenvolvido o Painel Eletrônico da Agenda de Sustentabilidade, que permite aos gerentes de projeto acompanhar a evolução de suas iniciativas e da entidade que representa.



Subsecretaria de Sustentabilidade - SUST



ELETROMOBILIDADE

Participação da SUST e da SNTT nas reuniões periódicas da Plataforma Nacional de Mobilidade Elétrica, ambiente que conta com a participação de representantes de todas as áreas da sociedade com o intuito de discutir os caminhos para a eletrificação de veículos automotores e transporte rodoviário de longas distâncias e a descarbonização do setor.

VIA VIVA 2022

Organização do Seminário Socioambiental em Infraestrutura de Transportes – Via Viva, que foi realizado nos dias 22 e 23 de novembro, no formato híbrido. O tema escolhido para 2022 foi “Na Rota ESG: Oportunidades para o Setor de Infraestrutura de Transportes”. Houve a publicação do Livro Via Viva 2022, que compilou 7 (sete) artigos selecionados que abordaram o tema do seminário. Também foram realizados dois Side Event nas temáticas de Sustainable Aviation Fuels (SAF) e Hidrogênio Verde (H2) em parceria com a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

ADAPTAVIAS

O projeto AdaptaVias, desenvolvido em conjunto com a GIZ e o consórcio GITEC e COPPE/UFRJ, está em fase final, com a elaboração da análise de risco climático das infraestruturas de transportes terrestres, rodovias e ferrovias, a apresentação de medidas de adaptação que podem ser usadas e elaboração de sumário executivo, que passará por adequação de layout para sua publicação. Também já foi iniciada a fase de transferências dos dados para a plataforma AdaptaBrasil/MCTI.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A SUST atua de forma proativa em relação aos desafios encontrados no licenciamento ambiental de empreendimentos de infraestrutura de transportes. O trabalho inclui uma contínua busca pela aproximação e parceria com os órgãos licenciadores para dar celeridade a este processo tão complexo e importante à implementação de uma infraestrutura de transporte sustentável. Algumas entregas do período:

- Publicação dos Manuais de Licenciamento Ambiental de Aeroportos e de Portos;
- Padronização, junto ao DNIT e à Funai, do conteúdo mínimo de programas ambientais referentes ao componente indígena em obras de instalação ou duplicação de rodovias;
- Reuniões periódicas com os órgãos licenciadores e intervenientes para acompanhamento do licenciamento ambiental de empreendimentos estratégicos;
- Atuação institucional para articular a emissão de mais de 20 licenças e outras autorizações ambientais de empreendimentos prioritários;
- Realização de vistorias em empreendimentos estratégicos, incluindo a participação na Supervisão Ministerial.

PARCERIA COM UNIVERSIDADES

Parcerias com o Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU/USP) e com Faculdade Mackenzie, sendo oferecida, no primeiro semestre de 2022, a disciplina de pós-graduação “Planejamento e Infraestrutura em Diferentes Escalas: Políticas Climáticas e Estratégias para Combate das Vulnerabilidades Territoriais”.

No total, 68 alunos participaram da disciplina, sendo 18 servidores na categoria de alunos especiais e ouvintes de Secretarias do MInfra, como a SNTPA, Senatran, SNTT, SAC, SFPP e das entidades vinculadas à pasta, como a Infraero e o Dnit. O curso abordou a mudança do clima, a governança territorial e sua interface com a infraestrutura de transportes.

Além da disciplina, o MInfra (SUST/SE) formalizou Acordo de Cooperação Técnica a Universidade de São Paulo (IAU/USP) de modo a fomentar a troca de experiência entre academia e MInfra em temas relacionados a mudança do clima e infraestrutura de transportes.

PESQUISA & DESENVOLVIMENTO

A SUST conclui e publicou o Manual PD&I - Sustentabilidade e Mudança do Clima na Infraestrutura de Transportes de acesso a verbas de pesquisa e desenvolvimento para sustentabilidade e mudança do clima, visando orientar o acesso aos recursos ou verbas do FMM (Fundo da Marinha Mercante), FNAC (Fundo Nacional da Aviação Civil) e RdT (Recursos de Desenvolvimento Tecnológico), para pesquisas e desenvolvimento tecnológico visando às questões de sustentabilidade da infraestrutura e adaptação à mudança do clima.

Subsecretaria de Sustentabilidade - SUST

PLANO BÁSICO AMBIENTAL DO COMPONENTE INDÍGENA

Para garantir o atendimento às necessidades das comunidades indígenas impactadas pela instalação de rodovias, além de aumentar a previsibilidade e a eficiência na assinatura de contratos, o conteúdo mínimo dos programas ambientais do componente indígena desses empreendimentos foi padronizado.

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

O evento Diálogos Interdisciplinares, ocorrido no dia 25/10/2022, buscou incentivar a disseminação de conhecimento por especialistas nas áreas de sustentabilidade, em uma linguagem clara, atual, científica e ancorada nas melhores práticas socioambientais no âmbito do setor de infraestrutura de transportes e trânsito. Além disso, o evento agrega sessões com entregas importantes para o Mlnfra que se relacionam ao fomento da sustentabilidade e demais temas correlatos.

CURSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL DE EMPREENDIMENTOS DE INFRAESTRUTURA

Em fase final de elaboração, este curso tem como objetivo capacitar servidores públicos e outros interessados no tema quanto aos procedimentos e exigências dos processos de licenciamento ambiental federal com foco em empreendimentos de infraestrutura de transportes. Serão tratadas tanto a legislação geral quanto a específica, além de elementos técnicos dos estudos e programas ambientais exigidos.

O curso será online e assíncrono e estará disponível na Escola Virtual de Governo.

CURSO: MUDANÇA DO CLIMA E GESTÃO DE RISCO CLIMÁTICO: CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Busca levar capacitação de servidores públicos e outros interessados no tema quanto aos principais conceitos relacionados às mudanças do clima, bem como as principais ações que podem ser realizadas para evitar a intensificação da emissão dos gases do efeito estufa (GEE) bem como ações que podem ser realizadas para mitigar os riscos e impactos das alterações climáticas. Desenvolvido em parceria com a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

O curso é online e assíncrono e está disponível na Escola Virtual de Governo (< <https://www.escolavirtual.gov.br/>>).

CURSO: RESILIÊNCIA CLIMÁTICA NA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

Busca levar capacitação de servidores públicos e outros interessados no tema quanto aos principais conceitos relacionados às questões de adaptação da infraestrutura de transportes, de forma que as mesmas se tornem mais resilientes aos eventos climáticos extremos. Desenvolvido em parceria com a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

O curso é online e assíncrono e está disponível na Escola Virtual de Governo (< <https://www.escolavirtual.gov.br/>>).

AÇÕES, INICIATIVAS E APOIO

Várias ações, iniciativas e estudos foram desenvolvidos pela Subsecretaria de Sustentabilidade relacionados à adaptação, à mudança do clima e ao comprometimento socioambiental dos empreendimentos de infraestrutura de transportes.

- **Programa Mlnfra ID²EAL:** O Programa foi estruturado, em parceria com a SPOA, sobre os pilares ASG (Ambiental, Social e de Governança) de modo transversal a ser adotado no âmbito do Ministério da Infraestrutura e de suas entidades vinculadas de forma gradativa. O nome é um acrônimo das palavras: Igualdade, Diversidade, Direitos Humanos, Equidade, Ação Social e Liderança. Está em análise pela CONJUR a Política de Responsabilidade Social do Mlnfra, bem como o Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre o Mlnfra e o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos;
- **Apoio em projetos de concessão:** Interlocução institucional e apoio técnico na estruturação dos aspectos socioambientais e territoriais em projetos de concessão.
- **Programa Frota Ferroviária Verde:** Foi publicada a Portaria nº 1.324, de 29 de setembro de 2022, que institui, no âmbito do Ministério da Infraestrutura, o Programa Frota Ferroviária Verde, que visa promover o incremento da sustentabilidade do material rodante no âmbito das concessões e autorizações ferroviárias federais.
- **Programa Rodoviário BR Verde:** Foi publicada Portaria Interministerial n. 4, de 02 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o Programa Rodoviário BR Verde, que visa qualificar os empreendimentos rodoviários que implementem as melhores práticas de sustentabilidade, de mitigação e de adaptação à mudança do clima e de segurança viária.
- **Manual de Licenciamento Ambiental de Aeroportos:** Tem o objetivo de facilitar o acesso à informação e orientar empreendedores e tomadores de decisão quanto aos trâmites a serem seguidos ao longo do licenciamento ambiental de empreendimentos aeroportuários.
- **Manual de Licenciamento Ambiental de Portos:** No mesmo sentido do manual acima, tem o objetivo de facilitar o acesso à informação e orientar empreendedores e tomadores de decisão quanto aos trâmites a serem seguidos ao longo do licenciamento ambiental de empreendimentos portuários.
- **Termo de Referência para EIA/RIMA de Portos Costeiros:** Para otimizar o trabalho dos empreendedores e agilizar o protocolo de documentos necessários ao licenciamento ambiental, com base em documentos já aprovados pelo Ibama, foi construída uma minuta de Termo de Referência para elaboração de EIA/RIMA de portos costeiros.
- **Índice de Desempenho Ambiental – IDA:** A apuração dos resultados dos Índices de Desempenho Ambiental (IDA) em cada modo de transportes pelas Agências Reguladoras está no terceiro ano e objetiva apresentar a evolução qualitativa e o comprometimento socioambiental do setor, servindo de parâmetro para avaliação da eficiência, das boas práticas e da qualidade da gestão socioambiental nos empreendimentos de infraestrutura de transportes.

4.

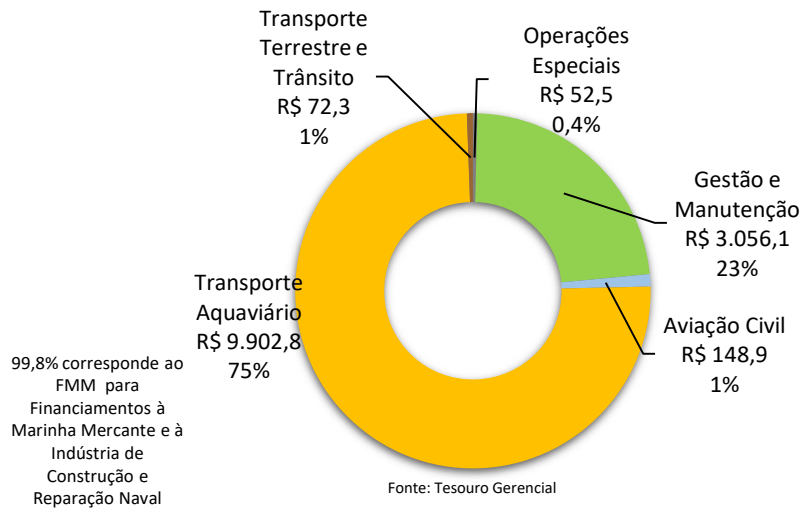
Informações
orçamentárias,
financeiras e
contábeis

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA

4.1 Execução Orçamentária e Financeira

A Lei Orçamentária Anual de 2022 (LOA 2022), Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, consignou à Administração Direta do Ministério da Infraestrutura e aos Fundos sob sua gestão (Fundo da Marinha Mercante – FMM; Fundo Nacional da Aviação Civil – FNAC; e Fundo Nacional de Segurança e Educação no Trânsito – FUNSET) dotação orçamentária inicial no total de R\$ 13.413,5 milhões⁽¹⁾. As alterações orçamentárias efetuadas durante o exercício financeiro resultaram no cancelamento de R\$ 180,9 milhões, redimensionando a dotação orçamentária até novembro/2022 para R\$ 13.232,6 milhões⁽²⁾, assim classificados:

Orçamento Consolidado (até nov/2022)
(valores em milhões)



(1) Exclui Reserva de Contingência.
(2) Os valores acima compreendem às UOs 39101, 39901, 39902, 39905, 74904 e 71104 (ação 00M4-PO 0008).

Histórico da Execução Orçamentária e Financeira

Exercício	Dotação Atual	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% Pago
2020	9.926,5	3.921,6	3.699,2	3.471,9	88,5%
2021	9.187,4	3.764,7	3.566,7	3.356,1	89,1%
Até nov/2022	13.232,6	3.714,7	3.355,5	3.182,9	85,7%

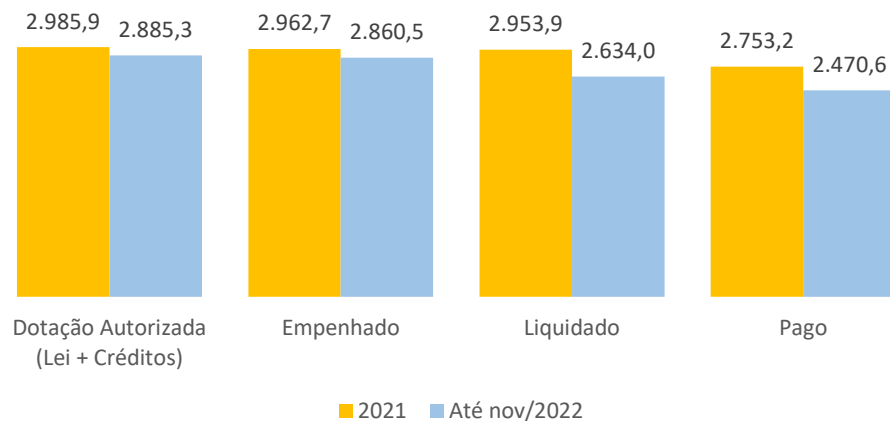
Fonte: Tesouro Gerencial

No exercício de 2022, o Ministério da Infraestrutura (Administração Direta e Fundos) recebeu autorização para executar dotação orçamentária na ordem de R\$ 13.232,6 milhões. Desse total, foram empenhados R\$ 3.714,7 milhões, liquidados R\$ 3.555,5 milhões e pagos R\$ 3.182,9 milhões. Em comparação com o aferido nos anos de 2021 e 2020, constata-se que houve um aumento de 44,0% e 33,3% nas dotações, respectivamente. Apesar disso, o índice de pagamento (valor pago/despesa empenhada) apresentou uma diminuição de 5,2% e 8,3% em relação aos exercícios de 2021 e 2020, respectivamente, alcançando um percentual de 85,7%.

Para melhor demonstração da performance orçamentária, apresentaremos, a seguir, representações gráficas da execução orçamentária por resultado primário: Despesas Obrigatórias, Discricionárias e Financeiras.

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA

Despesas Obrigatórias (valores em milhões)

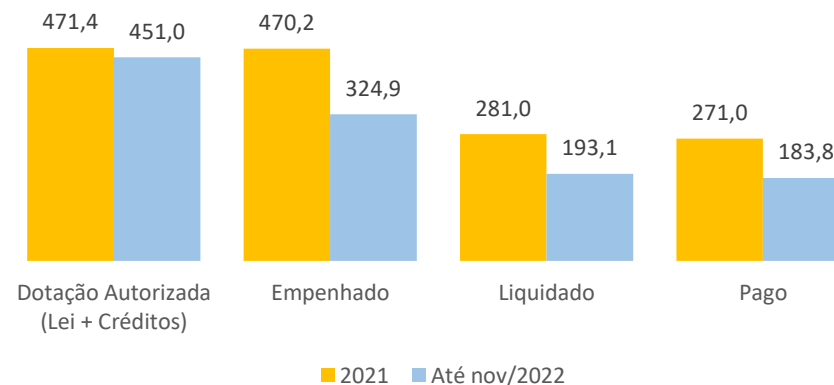


Fonte: Tesouro Gerencial

Conforme se depreende do quadro acima, a dotação autorizada 2022 para as despesas obrigatórias foi inferior em 3,4% (R\$ 100,6 milhões) ao montante do ano de 2021. A diminuição dos valores orçados refletiu-se na despesa empenhada, a qual apresentou redução de R\$ 102,2 milhões (3,4%) em relação ao montante realizado no exercício anterior.

Por força de vinculação de recursos, as dotações orçamentárias para pagamento das obrigações com aposentados e pensionistas foram alocadas originariamente em programação específica do MInfra, sendo posteriormente movimentadas para o Departamento de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos (DECIPEX/SGP/ME), por conta do Acordo de Cooperação Técnica, firmado no início de 2020, e do Decreto nº 10.620, de 5 de fevereiro de 2021. Esses instrumentos transferiram para aquele órgão do Ministério da Economia a responsabilidade de administrar em torno de 64 mil aposentados e pensionistas.

Despesas Discricionárias (valores em milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial

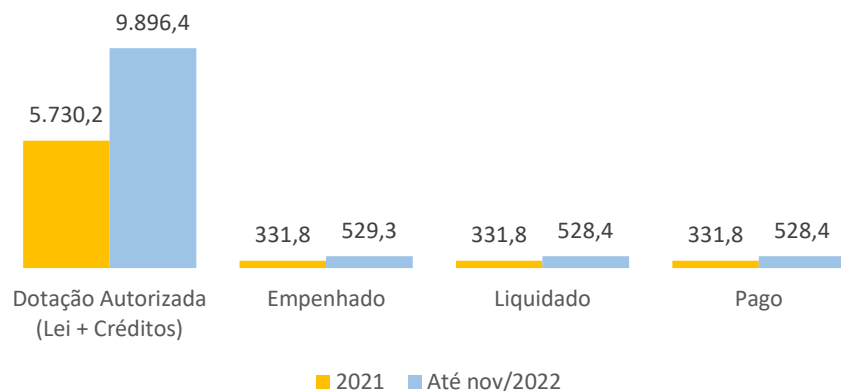
Em 2022, os créditos orçamentários fixados às despesas discricionárias totalizaram R\$ 451,0 milhões, o que representou uma redução de R\$ 20,4 milhões em relação ao montante autorizado no ano de 2021, conforme demonstrado acima.

No exercício de 2022 a despesa empenhada atingiu 72,0% do total autorizado. Já a execução orçamentária de 2021, o percentual foi de 99,8%. Tal performance contou com a importante atuação da Junta de Execução Orçamentária interna (JEO/MInfra), instaurada por meio da Portaria MInfra nº 65, de 17 de junho de 2020. Trata-se de uma instância de governança que acompanha e analisa a execução orçamentária, incentivando os gestores à realização de ações no sentido de promover a alocação eficiente dos recursos orçamentários e financeiros.

As reuniões da JEO/MInfra ocorrem bimestralmente, em caráter ordinário, ou a qualquer tempo, sempre que se fizerem necessárias.

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA

Despesas Financeiras (valores em milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial

As dotações orçamentárias destinadas às despesas financeiras em 2022 totalizaram R\$ 9.896,4 milhões contra R\$ 5.730,2 milhões em 2021, o que corresponde a um acréscimo de 72,7%. Em valores monetários, o desempenho orçamentário e financeiro das referidas despesas sofreu aumento no período 2021/2022, passando de R\$ 331,8 milhões para R\$ 529,3 milhões. Quando comparamos tais números com os valores orçados, constata-se uma pequena queda no índice de execução, cujo percentual movimentou-se de 5,8% em 2021 para 5,3% em 2022.

Os pagamentos efetuados à conta da dotação orçamentária até novembro/2022 totalizaram R\$ 3.182,9 milhões, o que representou uma execução de 85,7% sobre o total empenhado no exercício, na ordem de R\$ 3.714,7 milhões. Os valores pagos com base em dotações de exercícios anteriores (Restos a Pagar) perfizeram a quantia de R\$ 326,2 milhões, ou seja, 63,8% do estoque de restos a pagar inscritos e reinscritos líquidos. Assim, a execução financeira até novembro/2022 atingiu a importância de R\$ 3.509,2 milhões, cujo detalhamento explicitaremos no quadro abaixo.

Quadro - Execução Financeira

valores em milhões

Finalidade (GND)	Dotação até nov/ 2022 Valores Pagos	Despesas Empe- nhadas	Restos a Pagar			Execu- ção Finan- ceira Total - até nov/ 2022
			Inscritos e Reinscritos Líquidos	RP Pagos	RP a Pagar	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (c) - (d)	(f) = (a) + (d)
Pessoal	2.454,9	2.834,9	206,5	200,7	5,8	2.655,6
Custeio	179,2	286,2	144,5	56,3	88,2	235,5
Investimentos	28,4	73,2	159,9	69,2	90,7	97,6
Inversões Financeiras	520,5	520,5	0,3	-	0,3	520,5
TOTAL	3.182,9	3.714,7	511,2	326,2	185,0	3.509,2

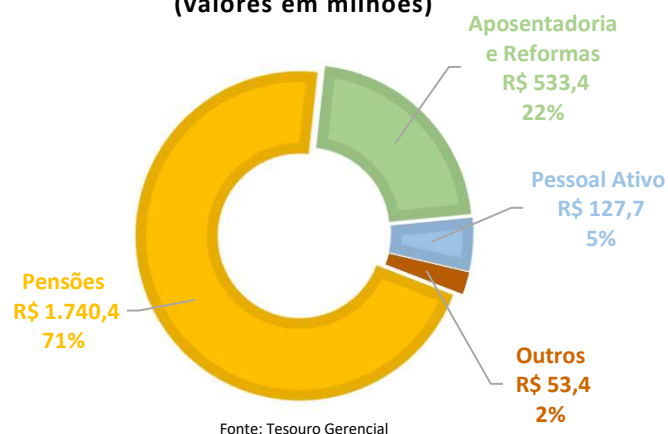
Fonte: Tesouro Gerencial

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA

Valores Pagos – Até novembro/2022

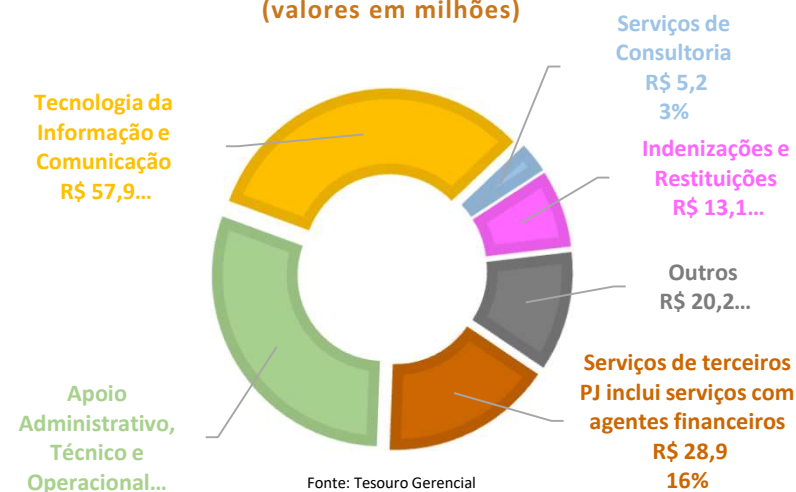
Os pagamentos realizados pelo Ministério da Infraestrutura (Administração Direta e Fundos) com base nas dotações orçamentárias até novembro/2022 totalizaram R\$ 3.182,9 milhões. Os gráficos abaixo demonstram a distribuição dessa execução por finalidade das despesas, cujos dados foram agrupados levando em conta as ações orçamentárias envolvidas, os elementos e subelementos de despesas nelas compreendidos.

Despesas Pagas com Pessoal (valores em milhões)



No que tange às despesas com pessoal, os valores pagos com dotação até novembro/2022 totalizaram R\$ 2.454,9 milhões. Desse montante, R\$ 1.740,4 milhões (70,9%) resultaram do pagamento de pensionistas. Acrescente-se, ainda, o desembolso de R\$ 533,4 milhões (21,7%) e de R\$ 127,7 milhões (5,2%) com o pagamento de aposentadorias e de servidores ativos, respectivamente. Já o montante de R\$ 53,4 milhões (2,2%) foi aplicado em outros itens, nos quais sobressaem o pagamento com sentenças judiciais e ressarcimento com pessoal requisitado.

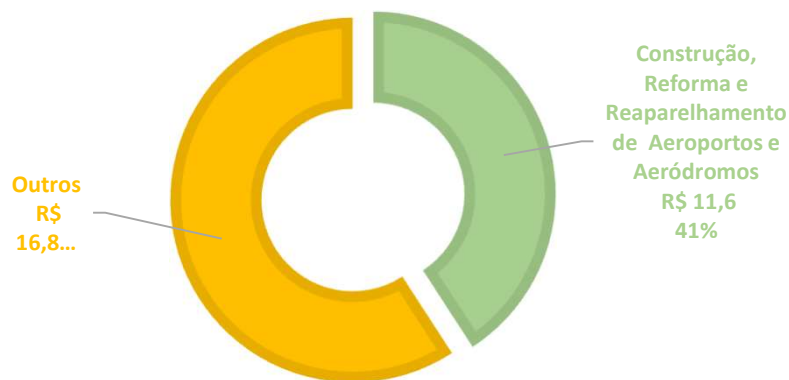
Despesas Pagas com Custeio (valores em milhões)



As despesas de custeio pagas com dotações até novembro/2022 somaram R\$ 179,2 milhões. Desse total, R\$ 28,9 milhões (16,2%) foram gastos com serviços de terceiros – pessoa jurídica, como vigilância ostensiva, brigada de incêndio, energia elétrica, limpeza e conservação, copeiragem, serviço com agentes financeiros; R\$ 53,8 milhões (30,0%) derivam do atendimento de despesas com serviços de apoio administrativo, técnico e operacional (terceirizados); e R\$ 57,9 milhões (32,3%) foram empregados em despesas com serviços de tecnologia da informação e comunicação. Ressalte-se que no item “outros” encontram-se computadas despesas administrativas não especificadas acima, tais como pensões especiais, diárias e passagens, contratação de pessoal por tempo determinado, etc.

Esclareça-se que os gastos com agentes financeiros referem-se ao pagamento de serviços prestados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na operacionalização dos recursos do Fundo da Marinha Mercante, despesas estas custeadas com créditos orçamentários descentralizados pelo Ministério da Economia provenientes da ação orçamentária OOM4 – Remuneração de Agentes Financeiros pertencente ao órgão 71000 – Encargos Financeiros da União – EFU.

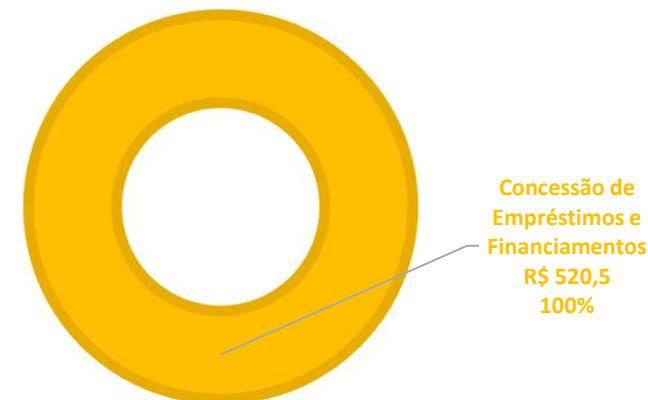
Despesas Pagas com Investimento
(valores em milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial

Os pagamentos realizados na rubrica de investimentos com base nas dotações orçamentárias até novembro/2022 perfizeram o montante de R\$ 28,4 milhões, sendo que 40,8% desse valor destina-se à construção, reforma e reaparelhamento de aeroportos e aeródromos, de acordo com as programações orçamentárias aprovadas para o Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC. Registre-se que parte dos citados valores foram transferidos para determinados municípios, sendo contabilizados no SIAFI/2022 no elemento de despesa 42 - auxílios, dada a parceria do governo federal com os entes da federação com vistas à ampliação e à modernização da infraestrutura de transporte aéreo do país.

Despesas Pagas com Inversões Financeiras
(valores em milhões)



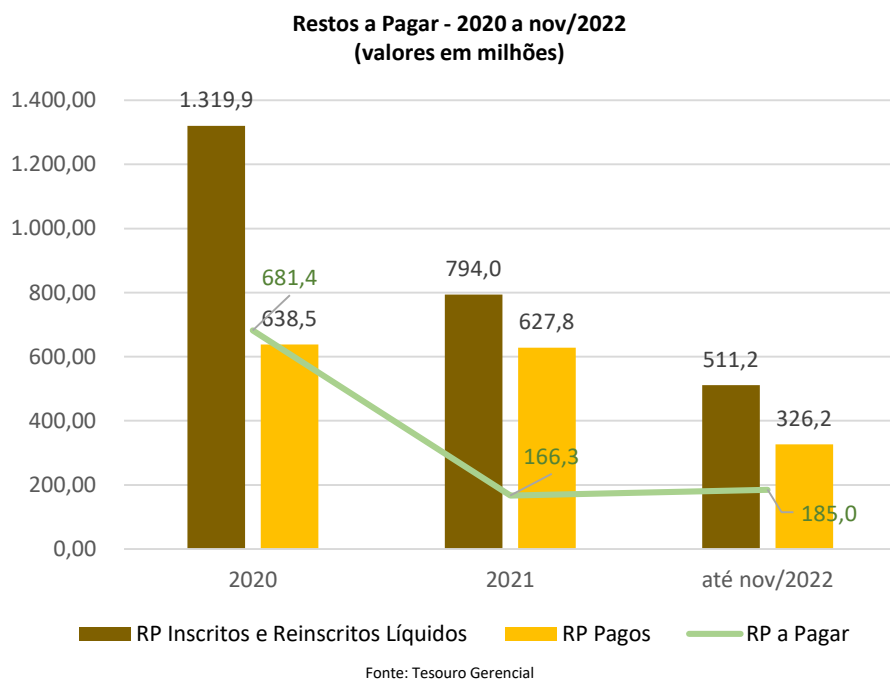
Fonte: Tesouro Gerencial

As despesas pagas com inversões financeiras até novembro/2022 atingiram R\$ 520,5 milhões, os quais se referem às despesas com concessão de empréstimos e financiamentos previstas especificamente na ação orçamentária 0118 – Financiamentos à Marinha Mercante e à Indústria de Construção e Reparação Naval, vinculada ao Programa 3005 – Transporte Aquaviário, no âmbito do Fundo da Marinha Mercante – FMM.

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA

Restos a Pagar

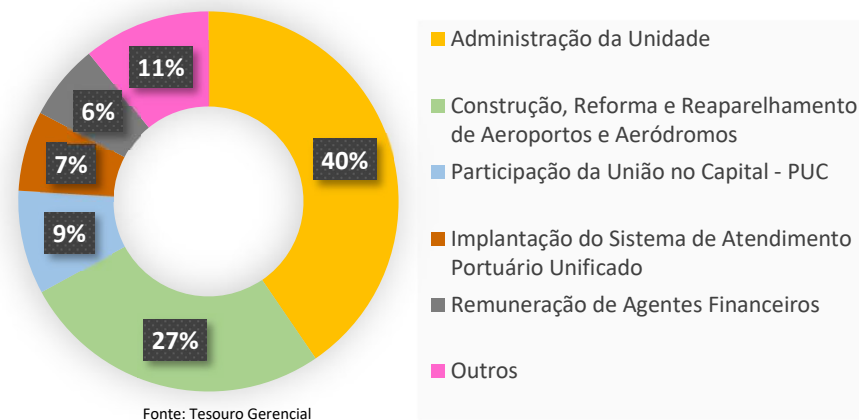
O gráfico abaixo apresenta a tendência do saldo a pagar de restos a pagar processados e não processados ao longo dos últimos anos.



Observa-se que o estoque de restos a pagar teve decréscimo de 36,6% em relação ao ano de 2021. Cerca de 63,8% dos restos a pagar inscritos e reinscritos líquidos foram pagos até novembro/2022, totalizando o montante de R\$ 326,2 milhões. Os valores pagos concentram-se, em sua maioria, em programações orçamentárias destinadas às seguintes finalidades: a) Despesas com aposentadorias e pensões civis (57,9%); b) construção, reforma e reaparelhamento de aeroportos e aeródromos (19,7%); c) administração da unidade (5,7%); e d) demais despesas (16,7%).

Quanto ao saldo final de obrigações a pagar, o índice aumentou de 20,9% para 36,2% no período 2021-nov/2022.

Composição do RAP Cancelado até nov/2022 (valores em milhões)



Os cancelamentos de restos a pagar totalizaram R\$ 62,5 milhões, dos quais merecem destaque o valor de R\$ 25,3 milhões (40,5%) destinados à administração da unidade; o valor de R\$ 16,6 milhões (26,6%) computados em programações direcionadas à construção, reforma e reaparelhamento de aeroportos e aeródromos; e o valor de R\$ 5,5 milhões (8,8%) compreendidos em ações orçamentárias de PUC.

Contingenciamento

A execução orçamentária 2022 iniciou-se com a sanção da LOA 2022, que ocorreu no dia 21 de janeiro de 2022. Antes desta data ocorreu a execução provisória do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2022 – PLOA 2022, a qual foi autorizada pelo art. 63 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 – LDO 2022.

No início do mês de janeiro de 2022, o empenho de dotações discricionárias ficou restrita às seguintes programações constantes do PLOA 2022: a) despesas custeadas com receitas próprias; e b) despesas correntes com recursos do Tesouro Nacional. Essas últimas foram voltadas para atender, exclusivamente, as situações de caráter inadiável, até o limite de 1/12 avos do valor previsto no PLOA 2022 para cada unidade orçamentária.

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA

Em fevereiro de 2022, com a publicação do Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, foram estabelecidos os limites de movimentação e o empenho das dotações orçamentárias aprovadas no exercício de 2022.

As variações ocorridas no LME 2022 da UPC acompanharam as alterações orçamentárias efetivadas no âmbito daquela Unidade, tanto que houve simetria entre a dotação primária discricionária e o limite orçamentário, cujos valores até novembro de 2022 encontram-se reproduzidos no quadro abaixo.

Limite Orçamentário – Até nov/2022

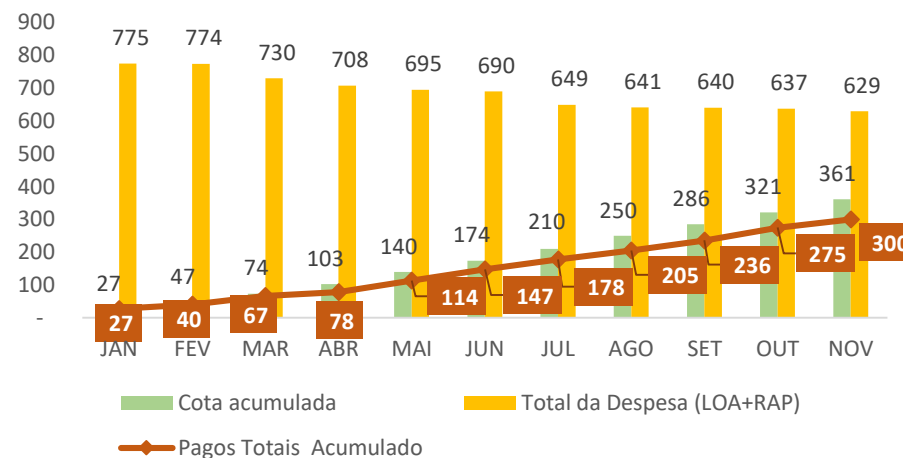
valores em milhões

RP	Dotação Atual	Limite Orçamentário
2	362,7	307,1
6	0,9	0,9
7	42,3	42,3

* Não inclui UO 71104.

Fonte: Siafi e Tesouro Gerencial

Evolução dos Pagamentos até nov/2022 - RP2, RP3, RP8, RP9 e Ação 00M4 (Direta e Fundos) Limite Financeiro x Despesa Total (valores em milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial

5.



Anexos e
apêndices

5.1 Lista de siglas e abreviações

AECI - Assessoria Especial de Controle Interno
AESCOM - Assessoria Especial de Comunicação
AESINT - Assessoria Especial de Assuntos Institucionais e Internacional
AFRMM - Adicional ao frete para renovação da marinha mercante
AGEF - Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S.A
AGU - Advocacia-Geral da União
AL - América Latina
ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil
ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres
APFD - Administração Pública Federal Direta
APT - Avaliação das Políticas de Transportes
ASCOM - Assessoria de Comunicação
ASSAM - Assessoria Socioambiental
ATIT - Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre
BF - Boletim Financeiro
BGU - Balanço Geral da União
BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento
BO - Boletim Orçamentário
BP - Boletim Patrimonial
BPM - Business Process Management
BR-LEGAL - Programa de Segurança e Sinalização Rodoviária
BSC - Balanced Scorecard
CADIPP - Cadastro de Interessados Ponto de Parada
CAPPL - Consultar Andamento de Processos Livre
CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CC - Casa Civil
CDC - Companhia Docas do Ceará
CDFMM - Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante
CDP - Companhia Docas do Pará
CDRJ - Companhia Docas do Rio de Janeiro
CDT - Canal Direto com os Transportes
CDU - Classificação Decimal Universal
CE - Comissão de Ética
CEG - Comitê Estratégico de Governança
CELAC - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CETIT - Comitê Executivo de Gestão de Tecnologia da Informação e Informática dos Transportes
CGAA - Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação
CGCAP - Coordenação-Geral de Programação e Captação para o Desenvolvimento de Transportes
CGDC - Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade
CGJA - Coordenação Geral Jurídica de Assuntos Administrativos
CGMO - Coordenação-Geral de Modernização e Organização
CGRC - Comitê de Gestão, Riscos e Controles Iternos

CGRL - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
CGTI - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CGU - Controladoria-Geral da União
CIDE - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico
CIL - Centro de Integração Logística
CLE - Corredores Logísticos Estratégicos
CNH-e - Carteira Nacional de Habilitação Eletrônica
CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos
COAD - Coordenação de Administração do Pessoal Ativo
COAP - Controle Organizativo a Ação Pública de Saúde
CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia
CODERN - Companhia Docas do Rio Grande do Norte
CODESA - Companhia Docas do Espírito Santo
CODESP - Companhia Docas do Estado de São Paulo
CODOMAR - Companhia Docas do Maranhão
COE - Contratos Operacionais Específicos
COEX - Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira
COGEP - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
COGETI - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
COINF - Coordenação de Infraestrutura de Informática
COMAP - Coordenação de Material e Patrimônio
COMEX STAT - Sistema para consultas e extração de dados do comércio exterior brasileiro
CONAC - Conselho de Aviação Civil
CONAERO - Conselho Nacional de Autoridade Aeroportuárias
CONAGH - Comitê Nacional de Gestão Hidroviária
CONAPORTOS - Conselho Nacional de Autoridades nos Portos
CONIT - Conselho Nacional de Integração das Políticas de Transportes
CONJUR - Consultoria Jurídica
CONSETRANS - Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Transportes
CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito
CORREG - Corregedoria
COSIPLAN - Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
COTEC - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CPGF - Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPPI - Conselho do Programa de Parceria de Investimentos
CREMA - Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais
CRLV-e - Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo Eletrônico
CTICS - Comitê Técnico da Indústria, Comércio e Serviços
CTLAG - Comitê Técnico de Logística da Agricultura e do Agronegócio
CVC - Contagem Volumétrica Classificatória
DAS - Direção e Assessoramento Superior
DEADE - Departamento de Avaliação e Desenvolvimento Estratégico
DECEX - Departamento de Educação e Cultura do Exército

DECON - Departamento de Concessões
DEDL - Departamento de Desenvolvimento e Logística
DEINT - Departamento de Informações de Transportes
DEPLAN - Departamento de Planejamento de Transportes
DEPTA - Departamento de Programas de Transportes Aquaviários
DEPTT - Departamento de Programas de Transportes Terrestres
DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa
DGTI - Desenvolvimento de Gestores de Tecnologia da Informação
DIBEN - Divisão de Benefícios
DICOP - Divisão de Concessão e Revisão de Pensão
DINOR - Divisão de Estudos e Normas de Recursos Humana
DITC - Divisão de Treinamento e Capacitação
DIVAP - Divisão de Cadastro de Aposentados e Instituidores de Pensão
DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOU - Diário Oficial da União
DP - Direito de Passagem
DT-e - Documento Eletrônico de Transporte
DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais
EF - Estrada de Ferro
EGA - Sistema Eletrônico de Gabinete
EGP-TI - Escritório de Gerenciamento de Projeto de TI
EPL - Empresa de Planejamento e Logística
ETAV - Empresa de Transportes Ferroviários de Alta Velocidade
ETC - Estação de Transbordo de Cargas
ETC - Estação de Transbordo de Carga
EVTEA - Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental.
FCPE - Funções Comissionadas Técnicas do Poder Executivo
FEP - Fundo de Estruturação de Projetos
FG - Funções Gratificadas
FHWA - Federal Highway Administration
FICO - Ferrovia Integração Centro Oeste
FIOL - Ferrovia de Integração Oeste-Leste
FMM - Fundo da Marinha Mercante
FNAC - Fundo Nacional da Aviação Civil
FNS - Ferrovia Norte-Sul
FORMAR - Acompanhamento de Formação de Servidores
FRANAVE - Companhia de Navegação do São Francisco
GCN - Gestão de continuidade de Negócios
GEIPOT - Grupo de Estudos de Integração da Política de Transportes
GM - Gabinete do Ministro
GPWEB - Gestão de Projetos WEB
GT - Grupo de Trabalho
GTPE - Grupo de Trabalho de Peso por Eixo
HDM-4 - Highway Development and Management Model
HELP ONLINE - Guia prático de ajuda

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
 IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus
 ICE - Índice de Conformidade Executiva
 ICP - Índice de Pertinência Complementar Propositivo
 IDE-T - Infraestrutura de Dados Espaciais em Transporte
 IDG - Indicador de Desempenho Geral
 iGG - Índice Integrado de Governança e Gestão Pública
 IG-MInfra - Índice de Governança do Ministério da Infraestrutura
 IIRSA - Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul
 INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 INDE - Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
 InfraBR - Aplicativo para caminhoneiro gerenciar sua jornada
 IP4 - Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte
 IPC - Índices de Preços ao Consumidor
 IPE - Índice de Porte Econômico
 IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
 IPR - Instituto de Pesquisas Rodoviárias
 ITE - Índice de Temporalidade Executiva
 ITP - Índice de Temporalidade Propositivo
 JEO - Junta de Execução Orçamentária
 LAI - Lei de Acesso à Informação
 LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados
 LOA - Lei Orçamentária Anual
 MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 MAPi - Meta Anual Projetada
 MBC - Movimento Brasil Competitivo
 MF - Ministério da Fazenda
 MFN - Estudos para Implantação do Museu Ferroviário Nacional
 MInfra - Ministério da Infraestrutura
 MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
 MRE - Ministério de Relações Exteriores
 MTPA - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
 NEAT - Número Médio de Obras em Execução Acompanhadas por Técnico
 NF-e - Nota Fiscal Eletrônica
 NMAM - Número Médio de Ações Monitoradas no Ano
 NMAT - Número Médio de Ações Monitoradas por Técnico
 NMEA - Número Médio de Obras em Execução Acompanhadas
 OAC - Obras de Arte Correntes
 OFI - Operadores Ferroviários Independentes
 OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
 OGU - Orçamento Geral da União
 OMS - Organização Mundial da Saúde
 ONTL - Observatório Nacional de Transporte e Logística
 ONU - Organização das Nações Unidas
 OTM - Operadores de Transporte Multimodal de Cargas
 OUV - Ouvidoria-Geral

PA - Processo Administrativo
 PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
 PAEA - Percentual de Obras em Execução Acompanhadas
 PAG - Prima Associação dos Governos
 PAM - Percentual de Ações Monitoradas
 PAN - Plano Aeroviário Nacional
 PANAC - Política Nacional de Aviação Civil
 PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
 PCN - Plano de Continuidade de Negócios
 PDA - Plano de Dados Abertos
 PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
 PEF - Pagamento Eletrônico de Frete
 PEI - Planejamento Estratégico Institucional
 PER - Programas de Exploração de Rodovias
 PETIC - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do Setor Transportes
 PFA - Posto de Fiscalização e Atendimento
 PGEO - Plano Estratégico de Geoinformação do Setor Transportes
 PGF - Procuradoria-Geral Federal
 PGINF - Programa Gestão da Informação
 PGPE - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
 PHE - Plano Hidroviário Estratégico
 PIAF - Postos Integrados Automatizados de Fiscalização
 PIL - Programa de Investimentos em Logística
 PIT - Planejamento Integrado de Transportes
 PMGP - Programa Modernizando a Gestão Pública
 PMI - Plano de Metas e Investimentos
 PNCV - Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade
 PNIH - Plano Nacional de Integração Hidroviária
 PNL - Plano Nacional de Logística
 PNLI - Plano Nacional de Logística Integrada
 PNLT - Plano Nacional de Logística e Transportes
 PNP - Plano Nacional de Pesagem
 PNT - Política Nacional de Transportes
 PNTH - Política Nacional de Transporte Hidroviário
 PPA - Plano Plurianual da União
 PPei - Percentual de Participação do Projeto
 PPI - Programa de Parceria de Investimento
 PPP - Parceria Público-Privada
 PPV - Programa de Pesagem de Veículos
 PROCREMA - Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas
 PRODEFENSAS - Programa de Defensas Metálicas nas Rodovias Federais
 PROMEF - Programa de Modernização e Expansão da Frota de Transportes
 PROPASS - Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário

Interestadual e Internacional de Passageiros
 PROSINAL - Programa de Sinalização da Malha Rodoviária Nacional
 PSP - Plano Setorial de Parcerias
 RAD - Reuniões de Avaliação do Desempenho
 RAE - Reuniões de Acompanhamento da Estratégia
 RDC - Regime Diferenciado de Contratação
 REIDI - Regime Especial para o Desenvolvimento da Infraestrutura
 RFB - Receita Federal do Brasil
 RFFSA - Rede Ferroviária Federal
 RNTRC - Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas
 SAAD - Subsecretaria de Assuntos Administrativos – MT
 SAC - Secretaria Nacional de Aviação Civil
 SAECI - Sistema da Assessoria de Controle Interno
 SAFF - Sistema de Acompanhamento e Fiscalização de Transporte Ferroviário
 SAMS - Serviço de Atendimento Médico-Social
 SAPPI - Sistema de Alimentação Ações de Estados
 SCA - Sistema de Controle de Acesso
 SCEPL - Sistema de Consulta Extrema Controle
 SCI - Subsecretaria de Conformidade e Integridade
 SCIMO - Sistema de controle de Instrumentos Médico e Odontológico
 SE - Secretaria Executiva – MT
 SEAINF - Serviço de Articulação e Informação
 SECR - Serviço de Cálculos e Remuneração – MT
 SEGES - Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes – MT
 SEI - Sistema Eletrônico de Informação
 SEP - Secretaria Especial de Portos
 SEPEN - Serviço de Cálculos e Pagamento de Pensões
 Seref - Serviço de Registro Funcional
 SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados
 SEST - Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
 SFAT - Secretaria de Fomento para Ações de Transportes – MT
 SFF - Sistema Ferroviário Federal
 SFPP - Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias
 SGD - Sistema de Gestão de Documentos
 SGETI - Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação
 SGF - Sistema de Gestão de Frotas
 SGI - Sistema de Gestão Internet
 SGINP - Sistema de Gestão de Impressão de Processos
 SGON - Setor de Garagens Oficiais Norte
 SGP - Sistema de Gestão Processos
 SIADRE - Sistema de Avaliação de Desempenho e Regimento Interno
 SIAEP - Sistema de Acompanhamento de Estudos e Pesquisas
 SIAEX - Sistema de Extração
 SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
 SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
 SIC - Serviço de Informação ao Cidadão

SICAF - Sistema de cadastramento Unificado de Fornecedores
 SICAP - Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos
 SICAR - Sistema de Controle de Arquivo
 SICONV - Sistema de Convênios do Governo Federal
 SICPAG - Sistema de Controle de Pagamento
 SICPAT - Sistema de controle de Pagamentos atrasados
 SIGAT - Sistema de Gestão das Ações de Transporte
 SIGEF - Sistema de Gestão Funcional
 SIGESA - Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental
 SIGPAC - Sistema de Gestão de Programa de Aceleração do Crescimento
 SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
 SIGT - Sistema de Informações de Planejamento Regional de Transportes
 SIMIC - Sistema de Microfilmagem
 SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
 SIORC - Sistema de Orçamento
 SIORG - Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
 SIPEC - Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal
 SISAC - Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
 SISG - Sistemas de Serviços Gerais
 SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
 SISPF - Sistema de Programação Financeira

SITRA - Sistema de Tramitação
 SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
 SNPTA - Secretaria Nacional de Portos e Transportes
 Aquaviários SNTT - Secretaria Nacional de Transportes Terrestres
 SNV - Sistema Nacional de
 Viação SOF - Secretaria
 Orçamento Federal
 SOPHIA - Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas
 SPATIC - Sistema de Acompanhamento de Tecnologia da Informação e Comunicação
 SPCE - Sistema de Pannel de Controle de
 Eficácia SPF - Sistema de Programação
 Financeira
 SPI - Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos
 SPIUnet - Sistema de Gerenciamento do Patrimônio
 Imobiliário de Uso Especial da União
 SPL - Sistema de Passe Livre
 SPNLT - Sistema Nacional de Pesquisa de
 Tráfego SPNT - Secretaria de Política
 Nacional de Transportes
 SPO - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – MT
 SPOA - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e
 Administração SPU - Secretaria de Patrimônio da União
 SREAP - Sistema de Recadastramento de Aposentado e
 Pensionista
 STN/MF - Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda

SUST - Subsecretaria de Sustentabilidade
 TAC - Termo de Ajuste de Conduta
 TAV - Trem de Alta Velocidade
 TCU - Tribunal de Contas da União
 TED - Termo de execução descentralizada
 TIC - Tecnologia da Informação e da Comunicação
 TM - Tráfego Mútuo
 TRC - Transporte Rodoviário de Cargas
 TRF - Tribunal Regional Federal
 TRIC - Transporte Rodoviário Internacional de Cargas
 TRIIP - Transporte Interestadual e Internacional Terrestre de Passageiros
 TUP - Terminais de Uso Privativo
 TUP - Terminal de Uso Privado
 UFF - Universidade Federal Fluminense
 UFPA - Universidade Federal do Pará
 UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
 UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
 UG - Unidade Gestora
 UNASUL - União das Nações Sul-Americanas
 UPC - Unidade Prestadora de Contas
 VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S. A.
 VMDA - Volume Médio Diário Anual
 Wi-fi - Rede Sem Fio
 ZAL's - Zonas de Atividades Logísticas e Elaboração de Estudos Técnicos das Hidrovias.